



Número: **0833517-89.2019.8.18.0140**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **19/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0833517-89.2019.8.18.0140**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO ALDO SOARES ALVES (INTERESSADO)		RAURISTENIO LIMA BEZERRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (INTERESSADO)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17643082	17/06/2021 14:13	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
17642735	17/06/2021 14:08	<a href="#">Petição</a>	Petição
17422962	09/06/2021 13:11	<a href="#">comprovante de transferência</a>	Certidão
17422963	09/06/2021 13:11	<a href="#">CT - 0833517-89.2019- IGOR</a>	Comprovante
17331137	07/06/2021 11:11	<a href="#">DOCUMENTO COMPROBATÓRIO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
17331138	07/06/2021 11:11	<a href="#">comprovante email 4</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
17286286	07/06/2021 09:06	<a href="#">ALVARÁ</a>	ALVARÁ
17252415	02/06/2021 15:23	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
17216871	01/06/2021 15:45	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
17216870	16/04/2021 06:02	<a href="#">Sistema</a>	Sistema
17216866	01/03/2021 10:26	<a href="#">Acórdão</a>	ACÓRDÃO SEGUNDO GRAU
17216867	01/03/2021 10:26	<a href="#">Relatório</a>	Relatório
17216868	01/03/2021 10:26	<a href="#">Voto do Magistrado</a>	Voto
17216869	01/03/2021 10:26	<a href="#">Ementa</a>	Ementa
17216865	26/02/2021 09:34	<a href="#">Certidão de julgamento</a>	CERTIDÃO DE JULGAMENTO
17216864	11/12/2020 20:54	<a href="#">Petição</a>	Petição
17216863	25/11/2020 09:32	<a href="#">Sistema</a>	Sistema
17216862	24/11/2020 16:57	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

17216 861	13/09/2020 21:16	<a href="#">Manifestação</a>	Manifestação
17216 860	26/08/2020 12:47	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
17216 859	26/08/2020 12:47	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
17216 858	13/08/2020 09:30	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
11132 304	04/08/2020 08:33	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
11102 882	02/08/2020 21:05	<a href="#">Petição</a>	Petição
11102 883	02/08/2020 21:05	<a href="#">contrarrazões a apelação</a>	Petição
10723 240	10/07/2020 10:40	<a href="#">Petição JUNTADA DE RECURSO DE APELAÇÃO</a>	Petição
10723 242	10/07/2020 10:40	<a href="#">2677211_RECURSO_DE_APELACAO_01</a>	Petição
10723 495	10/07/2020 10:40	<a href="#">2677211_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02</a>	Documentos
10145 667	09/06/2020 18:05	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
10124 214	05/06/2020 18:00	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
88765 01	17/03/2020 12:42	<a href="#">MANIFESTAÇÃO</a>	MANIFESTAÇÃO
88765 03	17/03/2020 12:42	<a href="#">MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL JUDICIAL</a>	MANIFESTAÇÃO
88229 21	13/03/2020 09:56	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
87909 67	11/03/2020 21:19	<a href="#">Laudo Pericial</a>	Laudo Pericial
87909 68	11/03/2020 21:19	<a href="#">JB - Antônio Aldo</a>	Laudo Pericial
85386 30	27/02/2020 14:33	<a href="#">Habilitação em processo</a>	MANIFESTAÇÃO
83743 90	14/02/2020 10:54	<a href="#">Petição</a>	Petição
83747 94	14/02/2020 10:54	<a href="#">2677211_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01</a>	Petição
83748 02	14/02/2020 10:54	<a href="#">2677211_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_Anexo_02</a>	Documentos
81602 51	04/02/2020 11:54	<a href="#">Petição</a>	Petição
81602 55	04/02/2020 11:54	<a href="#">2677211_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01</a>	Petição
80536 51	27/01/2020 15:58	<a href="#">Ata da Audiência</a>	Ata da Audiência
80536 53	27/01/2020 15:58	<a href="#">833517 ATA</a>	Ata da Audiência
80278 74	24/01/2020 14:20	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
77613 43	05/01/2020 08:27	<a href="#">Réplica à Contestação</a>	Petição
77613 44	05/01/2020 08:27	<a href="#">Réplica à Contestação</a>	Petição
77234 49	20/12/2019 09:00	<a href="#">CONTESTAÇÃO</a>	CONTESTAÇÃO
77234 50	20/12/2019 09:00	<a href="#">2677211_CONTESTACAO_01</a>	CONTESTAÇÃO
77234 51	20/12/2019 09:00	<a href="#">Anexo_01</a>	Documentos
77234 52	20/12/2019 09:00	<a href="#">Anexo_02</a>	Documentos
77234 53	20/12/2019 09:00	<a href="#">Anexo_03 subs atos procuracao</a>	Documentos
77234 54	20/12/2019 09:00	<a href="#">Anexo_03</a>	Documentos

77234 55	20/12/2019 09:00	<a href="#">CARTA DE PREPOSTOS--</a>	Documentos
77234 56	20/12/2019 09:00	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO</a>	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
73390 97	26/11/2019 12:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
72999 71	22/11/2019 12:09	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
72496 13	19/11/2019 18:43	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
72496 14	19/11/2019 18:43	<a href="#">peticao antonio aldo</a>	Petição
72496 15	19/11/2019 18:43	<a href="#">procuração</a>	Procuração
72496 16	19/11/2019 18:43	<a href="#">docs pessoais</a>	Documentos
72496 19	19/11/2019 18:43	<a href="#">comprovante de residencia</a>	Documentos
72496 24	19/11/2019 18:43	<a href="#">declaração de renda</a>	Documentos
72496 21	19/11/2019 18:43	<a href="#">BO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72496 29	19/11/2019 18:43	<a href="#">documento veiculo e chn</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72496 32	19/11/2019 18:43	<a href="#">pedido adm negado</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72496 34	19/11/2019 18:43	<a href="#">laudo médico</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72496 36	19/11/2019 18:43	<a href="#">receituário</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72496 38	19/11/2019 18:43	<a href="#">ATESTADO MEDICO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72497 49	19/11/2019 18:43	<a href="#">protuario hgv</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72497 47	19/11/2019 18:43	<a href="#">protuario cont hgv</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72497 46	19/11/2019 18:43	<a href="#">protuario cont3 hgv</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72497 44	19/11/2019 18:43	<a href="#">prontuario cont4 hgv</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
72496 41	19/11/2019 18:43	<a href="#">prontuario cont5 hgv</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

**PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140**  
**CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**INTERESSADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**  
**INTERESSADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO DE CONCLUSÃO**

Certifico que, tendo em vista a petição retro, foi realizada a alteração da classe processual para cumprimento de sentença, e nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho.

TERESINA-PI, 17 de junho de 2021.

**LIANA MARIA SOUSA LIMA GONDIM**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



**Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 10ª Varal Cível de Teresina/PI**

**Processo: 0833517-89.2019.8.18.0140**

**ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, devidamente qualificado nos autos do processo acima epigrafado, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, requerer o

### **CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA**

em face de **LÍDER ADMISTRADORA DO SEGURO DPVAT – CNPJ 09.248.608/0001-04 (localizável na nesta capital na autorizada MAPFRE SEGUROS especializado em Corretores de Seguros), com endereço Rua Coelho de Resende, 530 - Centro, Teresina - PI, 64001-370.** o que faz pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos:

**A dívida ora executada importa hoje no valor conforme dispositivo da respeitável sentença, abaixo, *verbis*:**

*“Em face do exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo EM PARTE PROCEDENTES os pedidos do autor ANTONIO ALDO SOARES ALVES para condenar a suplicada SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. ao pagamento de R\$ 1.687,50 a título de indenização do seguro DPVAT, conforme previsto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, corrigido monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 43, STJ), incidindo juros de mora de 1% a partir da citação (súmula 426, STJ)*

*Entendo que o valor da condenação é irrisório, de modo que, caso utilizados os percentuais previstos no §2º do art. 85 do CPC (10% a 20% sobre o valor da condenação), chegar-se-ia a valores entre R\$ 168,75 e R\$ 337,50 a título de honorários advocatícios, o que se revelaria muito baixo, sendo incapaz de remunerar de forma digna o trabalho prestado pelo advogado atuante na causa. Por esse motivo, condeno a suplicada ao pagamento de custas e despesas processuais, bem assim em honorários advocatícios de R\$ 1.045,00, ante o irrisório proveito econômico obtido, consoante disposto no §8º do art. 85 do CPC.”*

**No Acórdão proferido pela Douta Turma Recursal, a sentença foi mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.**



A condenação já transitou em julgado (id 17216871), a parte autora postula o presente pedido de cumprimento definitivo de sentença quanto a condenação a título de restituição do débito.

Diante do exposto, requer de Vossa Excelência, o seguinte:

- a) O deferimento do pedido de cumprimento definitivo de sentença, determinando a elaboração dos cálculos por servidor judicial, sendo a condenação de R\$ 1.687,50 a título de indenização do seguro DPVAT, conforme previsto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, corrigido monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 43, STJ), incidindo juros de mora de 1% a partir da citação (súmula 426, STJ). Também a empresa requerida ao pagamento do valor R\$ 1.045,00 em honorários advocatícios.
- b) Após, seja realizada a intimação do requerido para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo da multa de 10%, nos termos do art. 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil;
- c) Caso a parte requerida não efetue o pagamento dentro prazo de 15 (quinze) dias, requer a aplicação da multa de 10% prevista no artigo 523, § 1º, primeira parte, do Código de Processo Civil, e que seja realizada a penhora "on line" em ativos financeiros da requerida, por intermédio do sistema Bacen-Jud, CNPJ 09.248.608/0001-04, no valor atualizado da condenação, conforme ordem de preferência contida no artigo 835, I, do Código de Processo Civil;
- d) Decorrido o prazo de impugnação à penhora, sem manifestação da parte requerida, requer seja liberado o valor bloqueado e penhorado à parte autora, mediante o competente alvará judicial.

Nestes Termos, pede e espera deferimento.

Teresina, 17 de junho de 2021

**Rauristênio Lima Bezerra**

**OAB/PI 13123**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº:** 0833517-89.2019.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]  
**AUTOR:** ANTONIO ALDO SOARES ALVES

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE**, nesta data, faço juntada de comprovante de transferência

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 9 de junho de 2021.

**SILVANA MARIA SILVA DE CARVALHO**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



Agendamento de Resgate Justiça Estadual

-----  
Numero de Protocolo : 0000000052701468  
Processo : 08335178920198180140  
Numero do Alvará : 2000107146240,  
Data do Alvará : 04/06/2021  
Data do Levantamento : 07/06/2021  
Beneficiário : ANTONIO ALDO SOARES ALVES  
CPF/CNPJ : 200.900.053-68  
Agência do Resgate : 8397 PSO TERESINA  
-----

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital : R\$ 200,00  
Valor dos Rendimentos: R\$ 5,03  
Valor Bruto Resgate : R\$ 205,03  
Valor do IR : R\$ 0,00  
Valor Líquido Resgate: R\$ 205,03

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB  
Banco : Banco do Brasil S.A.  
Agência : 4710  
Conta : 00000010427-2  
Titular da Conta : IGOR NORONHA PEREIRA CALE  
CPF/CNPJ : 020.201.583-10  
Valor Líq. Pagamento : R\$ 205,03  
Previsão do Pagamento: 07/06/2021  
INFORMAÇÕES ADICIONAIS  
Conta Resgatada : 2000107146240  
=====

Autenticação Eletrônica: A67D85DB1A686337

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), no menu Judiciário > Serviços Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes. Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.





Comprovante de envio do e-mail ao banco.



07/06/2021

De:	sec.unicivter@tjpi.jus.br
Para:	pso8397@bb.com.br
Data:	Seg, Jun 7, 2021, 09:10
Assunto:	PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140
Anexos:	ALVARÁ (4).pdf

Em anexo, alvará judicial referente ao **PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140**



PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### ALVARÁ JUDICIAL N.º 417/2021

O MM. Juiz de Direito da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina-PI, deferiu pedido nos autos do processo acima identificado e autoriza a parte abaixo qualificada a efetuar o levantamento pretendido, conforme as informações a seguir:

**OBJETO DO ALVARÁ:** Transferência do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), acrescidos de eventuais ajustes e correções, depositado na Conta Judicial de ID nº 2000107146240, da Agência nº 3791, do Banco do Brasil S.A., para a Conta Corrente nº 10427-2, da Agência nº 4710-4, do Banco do Brasil, de titularidade de Igor Noronha Pereira Calegari, portador de CPF nº 020.201.583-10.

**ANEXOS:** Cópias da decisão que deferiu a expedição do alvará e do comprovante de depósito judicial.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Teresina/PI aos 4 de junho de 2021 (04/06/2021). Eu, JOAO DE SOUSA BARROSO PRIMO FILHO, **Diretor de Secretaria** digitei.

**Antonio Soares dos Santos**

Juiz de Direito da 9ª Vara Cível em substituição automática à 10ª vara cível da Comarca de Teresina



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº:** 0833517-89.2019.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]  
**AUTOR:** ANTONIO ALDO SOARES ALVES

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO**

CERTIFICO QUE, nesta data, os presentes autos foram recebidos do Tribunal de Justiça do Piauí, com o julgamento da Apelação. Certifico mais que, o Recurso foi negado provimento, mantendo a sentença inalterada. Certifico ainda haver determinação na sentença (ID 1014566) para expedir Alvará Judicial ao perito.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 2 de junho de 2021.

**ANA REGIA MOREIRA DA SILVA**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL E CÂMARAS REUNIDAS - SEJU**

**APELAÇÃO CÍVEL (198): 0833517-89.2019.8.18.0140  
Desembargador FERNANDO CARVALHO MENDES**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**Advogado do(a) APELANTE: EDNAN SOARES COUTINHO - PI1841-A**

**APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**Advogado do(a) APELADO: RAURISTENIO LIMA BEZERRA - PI13123-A**

**CERTIDÃO DE TRÂNSITO\_**

CERTIFICO, para os devidos fins, que a **Decisão de ID nº 3453927 transitou em julgado no dia 18 de maio de 2021**. Remeto, em consequência, os presentes autos eletrônicos de APELAÇÃO ao Juízo de Origem da 1ª Instância por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI e/ou Processo Judicial Eletrônico - PJe. O referido é verdade e dou fé.

COOJUD-CÍVEL, em Teresina, 1 de junho de 2021



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL E CÂMARAS REUNIDAS**  
, Praça Edgard Nogueira, s/n, TERESINA - PI - CEP: 64000-920

---

**PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140**

**CLASSE: APELAÇÃO CÂVEL (198)**

**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

Advogado do(a) APELANTE: EDNAN SOARES COUTINHO - PI1841-A

APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Advogado do(a) APELADO: RAURISTENIO LIMA BEZERRA - PI13123-A

**INTIMAÇÃO**

Trata-se de **INTIMAÇÃO** da(s) parte(s) **REQUERENTE(S) E REQUERIDA(S)**, via **SISTEMA**, para ciência e manifestação, no prazo legal, se for o caso.

TERESINA-PI, 16 de abril de 2021.

**GABRIELA LUSTOSA LIRA**  
**1ª Câmara Especializada Cível**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**

ÓRGÃO JULGADOR : 1ª Câmara Especializada Cível

**APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0833517-89.2019.8.18.0140**

APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

Advogado(s) do reclamante: EDNAN SOARES COUTINHO

APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Advogado(s) do reclamado: RAURISTENIO LIMA BEZERRA

RELATOR(A): Desembargador FERNANDO CARVALHO MENDES

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR CONSIDERADO IRRISÓRIO. VERBA HONORÁRIA FIXADA ACIMA DOS LIMITES PREVISTOS NO §2º DO ART. 85 DO CPC. AUTOR QUE SUCUMBIU DA PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 86 DO CPC. SUCUMBÊNCIA INTEGRAL DA SEGURADORA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. O valor dos honorários sucumbenciais, quando se apresentar irrisório, deve ser majorado pelo magistrado, que o fixará com razoabilidade e bom senso, conforme o trabalho desenvolvido pelo patrono.

2. Mesmo que tenha sido julgado parcialmente procedente o feito pelo magistrado, condenando a empresa requerida em valor inferior ao pleito inicial, houve o reconhecimento de que houve a sucumbência da parte mínima do pedido, razão pela qual, em aplicação ao princípio da causalidade, a empresa requerida deve suportar integralmente o ônus da sucumbência, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC.

3. Apelação conhecida e não provida.



## RELATÓRIO

**APELAÇÃO CÍVEL (198) -0833517-89.2019.8.18.0140**

Origem:

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

Advogado do(a) APELANTE: EDNAN SOARES COUTINHO - PI1841-A

**APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

Advogado do(a) APELADO: RAURISTENIO LIMA BEZERRA - PI13123-A

**RELATOR(A): Desembargador FERNANDO CARVALHO MENDES**

**Trata-se de Apelação Cível (Id. 2002825) interposta pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A em face da sentença (Id. 2002822) proferida nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT n. 0833517-89.2019.8.18.0140, ajuizada por ANTÔNIO ALDO SOARES ALVES, na qual o magistrado de piso julgou parcialmente procedente a demanda, condenando a apelante ao pagamento de R\$1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de indenização de Seguro DPVAT, e ao pagamento de honorários de sucumbência em favor do advogado do apelado na quantia de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais), ante o irrisório proveito econômico obtido.**

**Inconformada, a apelante interpõe o presente recurso, alegando que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade, tampouco exigiu zelo demasiado pelo patrono do apelado, tornando-se injustificado o patamar dos honorários advocatícios estipulado na sentença.**

**Afirma que o proveito econômico obtido corresponde a menos de 15% (quinze por cento) do valor pleiteado, de modo que se mostra inquestionável a sucumbência mínima do apelado, razão pela qual requer que seja conhecido e provido o recurso para reduzir o valor dos honorários sucumbenciais ao patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.**

**Devidamente intimado, o apelado apresentou contrarrazões (Id. 2002828), refutando os argumentos expendidos pela parte adversa, requerendo que seja negado provimento ao recurso interposto. O Ministério Público Superior deixou de emitir parecer por entender não restar configurado interesse público que justifique sua intervenção na lide (Id. 2974137). É o que importa relatar. Devidamente relatados, solicito a inclusão do feito em pauta para**





**Julgamento.Cumpra-se.**

**VOTO**

**1. DO CONHECIMENTO DO RECURSO**

Preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, conheço da Apelação Cível.

**2. DO MÉRITO**

Insurge-se a empresa apelante contra a sentença que lhe condenou ao pagamento de honorários de sucumbência em favor do advogado do apelado na quantia de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Em suas razões, alega que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade, tampouco exigiu zelo demasiado pelo patrono do apelado, tornando-se injustificado o patamar dos honorários advocatícios estipulado na sentença.

Com efeito, em que pese o entendimento esposado pela apelante, entendo que não merece prosperar, visto que o valor dos honorários sucumbenciais, quando se apresentar irrisório, deve ser majorado pelo magistrado, que o fixará com razoabilidade e bom senso, conforme o trabalho desenvolvido pelo patrono. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO (R\$ 81,07). VALOR CONSIDERADO IRRISÓRIO. VERBA HONORÁRIA MAJORADA PARA R\$ 500,00. AGRAVO INTERNO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Como já consignado na decisão agravada, não há falar em incidência da Súmula 182/STJ, visto que a parte recorrente, ainda que sucintamente, impugnou todos os fundamentos da decisão agravada. **2. A Corte Especial do STJ pacificou o entendimento, no julgamento do REsp. 1.155.125/MG, representativo de controvérsia, que o Juiz, mediante apreciação equitativa, poderá fixar os honorários advocatícios em um valor fixo ou em percentual incidente sobre o valor da causa ou da condenação, não estando vinculado aos limites estabelecidos no art. 20 do CPC/73. 3. No presente caso, a verba honorária fixada em, aproximadamente, R\$ 20,00, revela-se insuficiente**



**para remunerar condignamente o trabalho profissional advocatício. Realmente, em se tratando de causa de pequeno valor, e ainda que não haja grande complexidade na demanda, não é razoável fixar o valor da verba honorária com base no valor da condenação (R\$ 81,07), mas, sim, em valor fixo, a fim de prestigiar o trabalho profissional desenvolvido.** Assim, os honorários advocatícios devem ser majorados para R\$ 500,00. 4. Agravo Interno do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AgRg no AREsp: 808952 RS 2015/0284872-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 17/06/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2019) (grifo não autêntico)

Noutra linha, sustenta ainda que o proveito econômico obtido corresponde a menos de 15% (quinze por cento) do valor pleiteado, de modo que se mostra inquestionável a sucumbência mínima do apelado, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC, razão pela qual deveria responder pelas despesas e honorários.

Entretanto, de uma análise detida dos autos, não obstante as alegações da seguradora apelante quanto à sucumbência mínima, vislumbro que no julgamento do processo houve o reconhecimento do direito da parte autora/apelada à indenização do Seguro DPVAT.

Assim, mesmo que tenha sido julgado parcialmente procedente o feito pelo magistrado, condenando a empresa requerida em valor inferior ao pleito inicial, entende-se que houve o reconhecimento de que houve a sucumbência da parte mínima do pedido, motivo pelo qual, em aplicação ao princípio da causalidade, a empresa requerida deve suportar integralmente o ônus da sucumbência, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC, consoante se observa:

Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.

Nesse contexto, colaciono o seguinte julgado:

SEGURO DPVAT - CORREÇÃO MONETÁRIA - DATA DO ACIDENTE - RECURSO REPETITIVO (RESP. Nº 1.483.620/SC) – AUTOR QUE DECAIU DE PARTE MÍNIMA DO PEDIDO – AFASTAMENTO DA HIPÓTESE DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – APELAÇÃO DO SEGURADO PARCIALMENTE ACOLHIDA, IMPROVIDA A DA SEGURADORA. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários. (TJ-SP 10003141220158260063 SP 1000314-12.2015.8.26.0063, Relator: Renato Sartorelli, Data de Julgamento: 14/09/2017, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/09/2017).

Portanto, deve ser integralmente mantida a sentença apelada.

### 3. CONCLUSÃO



Por todo o exposto, conheço da presente Apelação Cível para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sentença apelada em todos os seus termos.

É o voto.

Teresina, 26/02/2021



**APELAÇÃO CÍVEL (198) -0833517-89.2019.8.18.0140**

Origem:

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

Advogado do(a) APELANTE: EDNAN SOARES COUTINHO - PI1841-A

**APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

Advogado do(a) APELADO: RAURISTENIO LIMA BEZERRA - PI13123-A

**RELATOR(A): Desembargador FERNANDO CARVALHO MENDES**

**Trata-se de Apelação Cível (Id. 2002825) interposta pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A em face da sentença (Id. 2002822) proferida nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT n. 0833517-89.2019.8.18.0140, ajuizada por ANTÔNIO ALDO SOARES ALVES, na qual o magistrado de piso julgou parcialmente procedente a demanda, condenando a apelante ao pagamento de R\$1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de indenização de Seguro DPVAT, e ao pagamento de honorários de sucumbência em favor do advogado do apelado na quantia de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais), ante o irrisório proveito econômico obtido.**

**Inconformada, a apelante interpõe o presente recurso, alegando que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade, tampouco exigiu zelo demasiado pelo patrono do apelado, tornando-se injustificado o patamar dos honorários advocatícios estipulado na sentença.**

**Afirma que o proveito econômico obtido corresponde a menos de 15% (quinze por cento) do valor pleiteado, de modo que se mostra inquestionável a sucumbência mínima do apelado, razão pela qual requer que seja conhecido e provido o recurso para reduzir o valor dos honorários sucumbenciais ao patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Devidamente intimado, o apelado apresentou contrarrazões (Id. 2002828), refutando os argumentos expendidos pela parte adversa, requerendo que seja negado provimento ao recurso interposto. O Ministério Público Superior deixou de emitir parecer por entender não restar configurado interesse público que justifique sua intervenção na lide (Id. 2974137). É o que importa relatar. Devidamente relatados, solicito a inclusão do feito em pauta para julgamento. Cumpra-se.**



## 1. DO CONHECIMENTO DO RECURSO

Preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, conheço da Apelação Cível.

## 2. DO MÉRITO

Insurge-se a empresa apelante contra a sentença que lhe condenou ao pagamento de honorários de sucumbência em favor do advogado do apelado na quantia de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Em suas razões, alega que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade, tampouco exigiu zelo demasiado pelo patrono do apelado, tornando-se injustificado o patamar dos honorários advocatícios estipulado na sentença.

Com efeito, em que pese o entendimento esposado pela apelante, entendo que não merece prosperar, visto que o valor dos honorários sucumbenciais, quando se apresentar irrisório, deve ser majorado pelo magistrado, que o fixará com razoabilidade e bom senso, conforme o trabalho desenvolvido pelo patrono. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO (R\$ 81,07). VALOR CONSIDERADO IRRISÓRIO. VERBA HONORÁRIA MAJORADA PARA R\$ 500,00. AGRAVO INTERNO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Como já consignado na decisão agravada, não há falar em incidência da Súmula 182/STJ, visto que a parte recorrente, ainda que sucintamente, impugnou todos os fundamentos da decisão agravada. **2. A Corte Especial do STJ pacificou o entendimento, no julgamento do REsp. 1.155.125/MG, representativo de controvérsia, que o Juiz, mediante apreciação equitativa, poderá fixar os honorários advocatícios em um valor fixo ou em percentual incidente sobre o valor da causa ou da condenação, não estando vinculado aos limites estabelecidos no art. 20 do CPC/73.** 3. No presente caso, a verba honorária fixada em, aproximadamente, R\$ 20,00, revela-se insuficiente para remunerar condignamente o trabalho profissional advocatício. Realmente, em se tratando de causa de pequeno valor, e ainda que não haja grande complexidade na demanda, não é razoável fixar o valor da verba honorária com base no valor da condenação (R\$ 81,07), mas, sim, em valor fixo, a fim de prestigiar o trabalho profissional desenvolvido. Assim, os honorários advocatícios devem ser majorados para R\$ 500,00. 4. Agravo Interno do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AgRg no AREsp: 808952 RS 2015/0284872-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 17/06/2019, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2019) (grifo não autêntico)



Noutra linha, sustenta ainda que o proveito econômico obtido corresponde a menos de 15% (quinze por cento) do valor pleiteado, de modo que se mostra inquestionável a sucumbência mínima do apelado, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC, razão pela qual deveria responder pelas despesas e honorários.

Entretanto, de uma análise detida dos autos, não obstante as alegações da seguradora apelante quanto à sucumbência mínima, vislumbro que no julgamento do processo houve o reconhecimento do direito da parte autora/apelada à indenização do Seguro DPVAT.

Assim, mesmo que tenha sido julgado parcialmente procedente o feito pelo magistrado, condenando a empresa requerida em valor inferior ao pleito inicial, entende-se que houve o reconhecimento de que houve a sucumbência da parte mínima do pedido, motivo pelo qual, em aplicação ao princípio da causalidade, a empresa requerida deve suportar integralmente o ônus da sucumbência, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC, consoante se observa:

Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.

Nesse contexto, colaciono o seguinte julgado:

SEGURO DPVAT - CORREÇÃO MONETÁRIA - DATA DO ACIDENTE - RECURSO REPETITIVO (RESP. Nº 1.483.620/SC) – AUTOR QUE DECAIU DE PARTE MÍNIMA DO PEDIDO – AFASTAMENTO DA HIPÓTESE DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – APELAÇÃO DO SEGURADO PARCIALMENTE ACOLHIDA, IMPROVIDA A DA SEGURADORA. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários. (TJ-SP 10003141220158260063 SP 1000314-12.2015.8.26.0063, Relator: Renato Sartorelli, Data de Julgamento: 14/09/2017, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/09/2017).

Portanto, deve ser integralmente mantida a sentença apelada.

### 3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conheço da presente Apelação Cível para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sentença apelada em todos os seus termos.

É o voto.



PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR CONSIDERADO IRRISÓRIO. VERBA HONORÁRIA FIXADA ACIMA DOS LIMITES PREVISTOS NO §2º DO ART. 85 DO CPC. AUTOR QUE SUCUMBIU DA PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 86 DO CPC. SUCUMBÊNCIA INTEGRAL DA SEGURADORA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. O valor dos honorários sucumbenciais, quando se apresentar irrisório, deve ser majorado pelo magistrado, que o fixará com razoabilidade e bom senso, conforme o trabalho desenvolvido pelo patrono.

2. Mesmo que tenha sido julgado parcialmente procedente o feito pelo magistrado, condenando a empresa requerida em valor inferior ao pleito inicial, houve o reconhecimento de que houve a sucumbência da parte mínima do pedido, razão pela qual, em aplicação ao princípio da causalidade, a empresa requerida deve suportar integralmente o ônus da sucumbência, nos termos do parágrafo único do art. 86 do CPC.

3. Apelação conhecida e não provida.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**  
#

**0833517-89.2019.8.18.0140 - Apelação Cível**

Origem: Teresina 10ª Vara Cível

Apelante: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado: Ednan Soares Coutinho (OABPI nº 1.841)

Apelado: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Advogado: Rauristênio Lima Bezerra (OABPI nº 13.123)

**Relator: Des. Fernando Carvalho Mendes**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, na Sessão Virtual Ordinária da Egrégia 1ª Câmara Especializada Cível, presidida pelo Exmo. Senhor Desembargador FERNANDO CARVALHO MENDES (em exercício) foi **JULGADO** o processo em epígrafe.

**DECISÃO:** “Acordam os componentes da egrégia 1ª Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, conhecer da presente Apelação Cível para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sentença apelada em todos os seus termos.

Participaram os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Fernando Carvalho Mendes, Haroldo Oliveira Rehem. e Dr. Anônio Soares dos Santos - Juiz Titular da 9ª Vara Cível, Convocado pela Portaria da Presidência Nº 272/2021 – PJPI/TJPI/Presidência/SEJU/COOJUDPLE de 22.01.2021 para substituir o Exmo. Sr. Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho, que se encontra de licença médica para tratamento de saúde.

**Impedimento/suspeição:** não houve

**Presente a Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Dra. Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando**

. O referido é verdade e dou fé.

SALA DAS SESSÕES VIRTUAIS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ, em Teresina, de 12 a 19 de fevereiro de 2021

Bela. Elisa Pereira Leal de Oliveira

**Secretária da 1ª Câmara Especializada Cível**









**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**13ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA**

**APELAÇÃO CÍVEL**  
**PROC. Nº 0833517-89.2019.8.18.0140**  
**TERESINA (PI) / 10ª VARA CÍVEL**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. FERNANDO CARYALHO MENDES**  
**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A**  
**ADVOGADO(S): EDNAN SOARES COUTINHO**  
**APELADO (A): ANTONIO ALDO SOARES ALVES**  
**ADVOGADO(S): RAURISTENIO LIMA BEZERRA**

**Excelentíssimo Senhor Relator,**

Trata-se, na origem, de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT, que não se encontra no âmbito de proteção ministerial, nos termos do art. 127 da Constituição Federal c/c art. 178 do Código de Processo Civil. Assim, o Ministério Público Superior devolve os presentes autos, sem manifestação acerca da questão de fundo, por não vislumbrar motivo que a justifique, devendo o processo tramitar normalmente em superior instância, ao largo da participação deste órgão, conforme recomenda o art. 2º, §1º, da Resolução CPJ/PI nº 01/2018.

**MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA**





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA JUDICIÁRIA - SEJU**

**APELAÇÃO CÍVEL (198):**

0833517-89.2019.8.18.0140

Desembargador FERNANDO CARVALHO MENDES

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**VISTAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Faço vista dos autos ao Ministério Público para se manifestar no prazo legal.

Teresina, 25 de novembro de 2020





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR FERNANDO CARVALHO MENDES**

**Processo nº** 0833517-89.2019.8.18.0140

**Classe:** APELAÇÃO CÍVEL (198)

**Assuntos:** [Acidente de Trânsito]

**APELANTE:** SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
**REPRESENTANTE:** SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**APELADO:** ANTONIO ALDO SOARES ALVES  
**DESPACHO**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Superior para que lhe seja dada a oportunidade de se manifestar, na qualidade de *custos legis*, a respeito do mérito do presente recurso, conforme o art. 178, CPC.

Cumpra-se

Após voltem-me os autos conclusos.

Teresina (PI), 24 de novembro de 2020.



Ciente





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL E CÂMARAS REUNIDAS - SEJU**

**APELAÇÃO CÍVEL (198): 0833517-89.2019.8.18.0140**  
**Desembargador FERNANDO CARVALHO MENDES**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**  
**REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**Advogado do(a) APELANTE: EDNAN SOARES COUTINHO - PI1841-A**

**APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**Advogado do(a) APELADO: RAURISTENIO LIMA BEZERRA - PI13123-A**

**INTIMAÇÃO**

Trata-se de **INTIMAÇÃO** da(s) parte(s) **REQUERIDA(S)**, via **SISTEMA**, para ciência e manifestação, se for o caso, do(a) despacho/decisão/acórdão de **ID nº 2040629**.

COOJUD-CÍVEL, em Teresina, 26 de agosto de 2020





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL E CÂMARAS REUNIDAS - SEJU**

**APELAÇÃO CÍVEL (198): 0833517-89.2019.8.18.0140**  
**Desembargador FERNANDO CARVALHO MENDES**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**  
**REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**Advogado do(a) APELANTE: EDNAN SOARES COUTINHO - PI1841-A**

**APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**Advogado do(a) APELADO: RAURISTENIO LIMA BEZERRA - PI13123-A**

**INTIMAÇÃO**

Trata-se de **INTIMAÇÃO** da(s) parte(s) **REQUERENTE(S)**, via **SISTEMA**, para ciência e manifestação, se for o caso, do(a) despacho/decisão/acórdão de **ID nº 2040629**.

COOJUD-CÍVEL, em Teresina, 26 de agosto de 2020







**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DESEMBARGADOR FERNANDO CARVALHO MENDES**

**Processo nº 0833517-89.2019.8.18.0140**

**Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)**

**Assuntos: [Acidente de Trânsito]**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**APELADO: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

Tendo sido preenchidos os requisitos legais dos arts. 1.003, 1.009 e 1.010, recebo o presente recurso em seu duplo efeito, nos termos do art. 1.012 do CPC.

Intimem-se as partes. Após, voltem-me conclusos.

Cumpra-se.

Teresina (PI), 12 de agosto de 2020.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE

---

PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE, a parte requerida apresentou recurso de apelação no prazo legal. Certifico mais, que a parte requerente apresentou contrarrazões ao referido recurso espontaneamente.**

O referido é verdade e dou fé.

Teresina-PI, 4 de agosto de 2020.

**MARIA CELIA LEITAO RODRIGUES**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



Contrarrazões em anexo





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO  
DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA- PI.**

**Processo: 0833517-89.2019.8.18.0140**

**ANTÔNIO ALDO SOARES ALVES**, devidamente qualificado nos autos epigrafados, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência através de seu procurador signatário apresentar Contrarrazões ao Recurso de Apelação, que seguem em anexo requerendo que após a juntada aos autos sejam remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Nestes termos, pede deferimento.

Teresina/PI, 14 de julho de 2020.

**Rauristênio Lima Bezerra**  
**OAB/PI 13123**





**Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**

## **Contrarrazões de Apelação**

Processo de Origem nº 0833517-89.2019.8.18.0140  
Vara de Origem: 10º Vara Cível da Comarca de Teresina - Piauí  
Apelante: LÍDER ADMINISTRADORA DO SEGURO DPVAT  
Apelado: ANTÔNIO ALDO SOARES ALVES  
Egrégio Tribunal  
Nobres Julgadores

### **I. Breve Histórico do processo**

O Apelado moveu ação indenizatória em desfavor da Apelante, ação que restou procedente, condenando a Apelante ao pagamento de R\$ 1.687,50 a título de indenização do seguro DPVAT, conforme previsto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, corrigido monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 43, STJ), incidindo juros de mora de 1% a partir da citação (súmula 426, STJ).

A Apelante foi condenada ainda ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em R\$ 1.045,00, ante o irrisório proveito econômico obtido, consoante disposto no §8º do art. 85 do CPC.

Da sentença, sobreveio Apelação, da qual se apresenta contrarrazão.

### **Breve é o relatório.**

### **II. Das Contrarrazões Recurso**

Insurge-se as alegações da Apelante, que pleiteia a reforma da sentença proferida pelo Nobre Julgador, alegando ser excessivo o valor arbitrado para honorários advocatícios.

Isto porque, a pretensão de reforma pela Apelante não merece prosperar. Veja bem Excelência, como sabiamente proferida a sentença, o valor arbitrado pelo julgador *a quo* foi fixado observando os parâmetros de valoração a que se reporta as alíneas do § 2º do art.85 do NCPC, quais sejam: o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.





Ou seja, a pretensão aludida pela Apelante de que o valor dos honorários devem observar apenas a margem de 10% a 20%, no máximo, sobre o valor da condenação não merece acolhimento.

Conforme preceitua o art. 85, § 8º, do NCPC, ***“Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º”***, restando demonstrado que a sentença proferida pelo juiz a quo está dentro dos critérios par fixação proporcional dos honorários advocatícios.

Ressalta-se que os honorários fixados em sentença não se mostram exorbitantes, como assim tenta aludir a Apelante, visto porque deve ser levado em consideração o tempo de tramitação da demanda, sendo que esta foi ajuizada em 19/11/2019), sendo que somente em 09/06/2020 foi proferida sentença, bem como deve-se levar em consideração ainda o número de intervenções das partes, e ainda aos princípios da razoabilidade e modicidade, mostra-se adequado, de sorte que reduzir o montante certamente levaria ao aviltamento da verba em questão.

Insurge a Apelante que o trabalho realizado pelo Advogado da parte contrária revestiu-se de relativa simplicidade.

Veja bem Excelência, tal alegação desmerece consideravelmente o trabalho e esforços realizados pela Advogada, demonstra desmerecimento ao trabalho apresentado pela procuradora da parte contrária.

Corroborando com o alegado supra, colaciona-se julgados em que a redução das verbas advocatícias restou descabidas, ainda que os julgados sejam do CPC de 1973, podem ser utilizados no caso em apreço, eis que a matéria, quando alterado o código em 2015, não teve grande mudanças nestas passagens, se não vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL.NEGÓCIOS JURÍDICOS  
BANCÁRIOS.AÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO.  
CONTRTO DE CARTÃO DE CRÉDITO.  
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.REDUÇÃO.NÃO  
CABIMENTO.VALOR ADEQUADO AOS  
PARÂMETROS DO §4º DO ART.20 DO  
CPC.APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação cível nº  
70042122895, Segunda Câmara Especial Cível,





Tribunal de Justiça do RS, Relator: Fernando Flores Cabral Junior, julgado em 25/05/2011.

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. DEVER DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DE PRESTAR CONTAS À PARTE AUTORA. HONORÁRIOS. ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. O. DESCABIMENTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível nº 70041866187 Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Glênio José Wasserstein Herkman, julgado 11/07/2012).

Deste modo, não assiste razão a Apelante, pois fixados na sentença o referido valor de honorários advocatícios de R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais), estes mostram-se adequados à situação, tendo em vista a natureza da causa. Ademais, os honorários advocatícios não podem ser estabelecidos de modo a não cumprir com a sua finalidade, ou seja, a remuneração do causídico, força no art. 85, § 8º, do NCPC, o que ocorreria caso o valor fosse inferior ao mencionado.

### III. Do Pedido

Diante do exposto, requer aos Nobres Julgadores sejam apreciadas as contrarrazões do recurso de Apelação, para confirmar a decisão prolatada pelo Nobre Julgador *a quo* na íntegra.

Nestes termos, pede deferimento.

Teresina/PI, 02 de agosto de 2020.

**Rauristênio Lima Bezerra**  
**OAB/PI 13123**



## Petição JUNTADA DE RECURSO DE APELAÇÃO







EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n. 08335178920198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 8 de julho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 10/07/2020 10:41:47  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20071010404435000000010171076>  
Número do documento: 20071010404435000000010171076

Num. 10723242 - Pág. 1

**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA / PI**

**Processo n.º 08335178920198180140**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “a quo” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

**DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Pretendia o Autor/Apelado com a demanda, o recebimento de indenização no importe de R\$ 13.500,00, contudo, obteve a condenação da Seguradora ao pagamento de **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

Ressalta-se que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, logo, torna-se injustificável o patamar estipulado na r. sentença.

Quanto ao isto, dispõe o parágrafo único do artigo 86, afirma que “*Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários*”.

*“Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.*

*Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários”.*

No presente caso, o proveito econômico obtido corresponde a menos de 15% do valor pleiteado, de modo que se mostra inquestionável a sucumbência mínima da Apelada, o que não foi devidamente reconhecido pelo juízo.

Ademais, a apelante foi condenada ao pagamento de R\$ 1.045,00 ( UM MIL E QUERENTA E CINCO REAIS)!

Portanto, repita-se, diante da sucumbência na parte mínima do pedido não há que se falar na condenação da apelante ao pagamento dos honorários advocatícios no montante de R\$ 1.045,00 ( UM MIL E QUERENTA E CINCO REAIS).

**CONCLUSÃO**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reduzido a valor dos honorários sucumbenciais a para **10% sobre o valor da condenação.**

**DO MÉRITO**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 8 de julho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito na **1841 - OAB/PI** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, em curso perante a **10ª VARA CÍVEL** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08335178920198180140.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Poder Judiciário do Estado do Piauí  
Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização  
Sistema de Emissão e Recolhimento de Cobranças Judiciais

## Montagem do Boleto de Serviços/Taxas Judiciais

### Informações Gerais (RECURSO DE APELAÇÃO)

**Comarca:** TERESINA  
**Serventia:** SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL  
**Requerente:** ANTONIO A S ALVES X LIDER PROC  
08335178920198180140  
**CNPJ:** 09.248.608/0001-04  
**Emissão:** 08/07/2020  
**Vencimento:** 07/08/2020

**Valor da Ação:** R\$ 1.687,50  
**Tramita em:** Justiça Comum  
**Litisconsórcio acima de 10:** Não

### Observações

Boleto emitido por **Usuário da Justiça**

### Demonstrativo de Valores dos Serviços

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	uni. (R\$)	Selos	Valor (R\$)
24.03	Recurso de Apelação e Competência Originária	1	400,98	0	400,98
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	16,88	0	16,88
TOTAL					417,86

(Digite o número correto do processo para vinculação)

**Número do processo:** 08335178920198180140

☐ Declaro a inexistência de processo de origem

Cancelar

Gerar Boleto

### Tabelas de Serviços por Categorias

Serviços Judiciais (referentes ao processo)

Selecione um serviço...

Serviços, Taxas e Complementações Diversas

Selecione um serviço...

### Buscar Serviço

Código

Nome/Descrição



Digite parte do texto que descreve o serviço desejado...

Selecione um serviço...





Poder Judiciário do Estado do Piauí  
**Tribunal de Justiça do Piauí**  
Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

**COMARCA DE TERESINA / SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL**  
**Guia de Recolhimento da Justiça** (por usuário da justiça)

Somente Serviços Judiciais Número do Proc. de Origem: **08335178920198180140**

Justiça  
Comum  
RECURSO  
DE  
APELAÇÃO

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)
24.03	Recurso de Apelação e Competência Originária	1	0	<b>400,98</b>
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	<b>16,88</b>
<b>TOTAL</b>				<b>417,86</b>

Cedente		Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ		3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001358596-7
Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento	
631 DDA 1356229		10.540.909/0001-96	07/08/2020	417,86	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(-) Valor cobrado	
				417,86	

Sacado	
ANTONIO A S ALVES X LIDER PROC 08335178920198180140 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



| 001-0 |

00190.00009 03088.125004 01358.596177 1 83400000041786

Local de pagamento		Vencimento			
Pagável em qualquer banco até o vencimento.		07/08/2020			
Cedente		Agência/Código cedente			
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)		3791 / 9665-2			
Data do documento	No. documento	Espécie doc.	Aceite	Data process.	Nosso número
08/07/2020	631 DDA 1356229	DM	N	08/07/2020	30881250001358596-7
Uso do banco	Carteira	Espécie	Quantidade	x Valor	(=) Valor documento
	17	R\$	1	417,86	417,86

<b>Texto de Responsabilidade do Cedente</b> (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)		(-) Desconto / Abatimento
TERESINA / SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL		(-) Outras deduções
Emitida por <b>Usuário da Justiça</b>		(+) Mora / Multa
Valor da Ação: R\$ 1.687,50		(+) Outros Acréscimos
, Justiça Comum : 24.03 ( R\$ 400,98 ) , 123 ( R\$ 16,88 )		(=) Valor cobrado
		417,86

Sacado	
ANTONIO A S ALVES X LIDER PROC 08335178920198180140 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação





## Consultas - Emissão de comprovantes

G337091617982413024  
09/07/2020 16:31:24

09/07/2020 - BANCO DO BRASIL - 16:31:21  
125101251 0014

### COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS  
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4

=====

BANCO DO BRASIL

-----

00190000090308812500401358596177183400000041786

BENEFICIARIO:

FUNDO E R M P JUD FERMOJUPI

NOME FANTASIA:

FUNDO ESPECIAL REAP MODER PODER JUD

CNPJ: 10.540.909/0001-96

PAGADOR:

ANTONIO A S ALVES X LIDER PROC 0833

CNPJ: 09.248.608/0001-04

-----

NR. DOCUMENTO 70.901

NOSSO NUMERO 30881250001358596

CONVENIO 03088125

DATA DE VENCIMENTO 07/08/2020

DATA DO PAGAMENTO 09/07/2020

VALOR DO DOCUMENTO 417,86

VALOR COBRADO 417,86

=====

NR.AUTENTICACAO 7.3A6.AE4.549.E15.6B0

-----

Transação efetuada com sucesso por: J7663175 JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**

**AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

## **SENTENÇA Nº 0475/2020**

### **1 RELATÓRIO**

Trata-se de Ação de Cobrança de Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT ajuizada por **ANTONIO ALDO SOARES ALVES** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, ambos individualizados na peça inicial.

Alega, em suma, que sofreu grave acidente de trânsito aos 12/05/2019 que ocasionou sua invalidez permanente, encontrando-se incapacitado para suas ocupações habituais.

Requer o pagamento da indenização do seguro DPVAT na importância de R\$ 13.500,00.

Juntou documentos (IDs 7249615-7249641).

Designou-se audiência de conciliação (ID 7339097), na qual deferiu-se a realização de prova pericial, concedendo-se às partes o prazo de 05 dias para manifestação acerca do laudo (ID 8053653).

A demandada ofertou contestação, na qual sustenta a ausência de documentos obrigatórios, no caso, o laudo do IML, impugna o boletim de ocorrência e demais documentos apresentados pelo autor. Defende a ausência de nexo de causalidade e aduz que não houve a comprovação de invalidez permanente.

Discorre ainda sobre a inversão do ônus da prova, o valor indenizável, o termo inicial dos juros de mora e da correção monetária e requer a improcedência dos pleitos autorais (ID 7723450).





Juntou documentos (ID 7723450-7723456).

O suplicante apresentou réplica à contestação, pleiteando a realização de perícia médica (ID 7761344).

Realizou-se a perícia médica na parte autora (ID 8790968), concluindo-se pela invalidez parcial permanente incompleta em grau médio (50%) no ombro direito, decorrente do acidente relatado.

O demandante manifestou-se acerca do laudo pericial, requerendo a procedência da ação (ID 8876503).

A demandada não apresentou nenhuma manifestação, embora devidamente intimada (ID 10124214).

Sucinto relatório.

Decido.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO**

O presente feito comporta julgamento na fase em que se encontra, uma vez que foram produzidas todas as provas necessárias para a compreensão do tema.

### **2.1 DO MÉRITO**

#### **2.1.1 DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML**

A parte suplicada sustenta que o autor deixou de apresentar documentos essenciais para a instrução do processo, na hipótese, laudo do IML, inviabilizando a constatação da veracidade de suas alegações.

Entendo que não assiste razão ao suplicante, uma vez que o aludido documento não é essencial para a propositura de ação de cobrança de seguro DPVAT, mormente a considerar a produção de prova pericial que permite a constatação da alegada invalidez.

Ainda no ponto, conquanto a parte demandada afirme que somente por meio do laudo do IML seria possível comprovar o nexo de causalidade, o grau de limitação do membro afetado e quantificar a indenização, a produção de prova pericial permite a constatação da alegada invalidez, devendo ser analisado o



mérito da questão de acordo com a prova produzida.

Logo, rejeito a preliminar em questão.

### **2.1.2 DA IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Nesse ponto, embora a parte suplicada afirme que o boletim de ocorrência juntado aos autos é documento unilateral que não possui valor probatório, tendo sido lavrado 3 meses após a data do acidente em questão, constato que o Boletim de Ocorrência fora produzido pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Trânsito, sendo devidamente assinado por agente de polícia, constando inclusive o número de sua matrícula, o que viabiliza a verificação de sua autenticidade e afasta, de plano, o pleito de impugnação.

Merece nota, ainda, que o suplicado não trouxe nenhum elemento de prova que pudesse infirmar a validade do documento em questão, nem sequer suscitou a falsidade do aludido documento.

Ademais, acentuo que o boletim de ocorrência não é documento essencial para a propositura de ação objetivando o recebimento de indenização decorrente de evento coberto pelo seguro DPVAT, podendo ser substituído por outro meio de prova admitido em direito, inclusive prova produzida no curso do processo, tal como a prova pericial, de modo que, ainda que fosse acolhida a impugnação em questão, não haveria nenhum efeito prático.

### **2.1.3 DA INDENIZAÇÃO**

De início, merece nota que *“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa”*, nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.

Acerca do valor a ser indenizável no caso de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) para os casos de invalidez permanente, é de destacar que o acidente ocorreu quando já vigentes as alterações efetuadas pela Lei 11.945/09 em relação ao valor previsto na Lei 6.194/74 para o pagamento da indenização que se pleiteia nestes autos.

Destaco que a jurisprudência é unânime acerca da constitucionalidade da referida norma que não ofende, de modo algum, o princípio da dignidade da pessoa humana, pois apenas regrou o constante na Lei nº 6.194/74, estabelecendo o valor máximo de indenização em cada caso específico de invalidez.



Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECLAMO DO SEGURADO. LEI DO SEGURO DPVAT. INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. MÁCULAS INEXISTENTES. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. VIOLAÇÕES NÃO EVIDENCIADAS. "A jurisprudência desta Casa é unânime em assentar a constitucionalidade e legalidade da Lei n. 11.945/2009, por ausência de eiva a inquinar o regramento ou afronta à dispositivo (infra) constitucional. Na ausência de decisão, oriunda do Supremo Tribunal Federal, a declarar a inconstitucionalidade da lei ou de suspensão da aplicação da norma, permanece o regramento em vigor e produzindo efeitos no mundo jurídico". (TJ-SC - AC: 20140318618 Ituporanga 2014.031861-8, Relator: Odson Cardoso Filho, Data de Julgamento: 03/07/2014, Quinta Câmara de Direito Civil)

Seguro obrigatório. Inconstitucionalidade das Leis nº 11.428/07 e 11.945/09. Não verificação. Diferença de indenização. Perícia conclusiva. Medida Provisória nº 451/08 aplicável ao caso em espécie. Indenização já recebida administrativamente. Sentença mantida. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00473526820118260001 SP 0047352-68.2011.8.26.0001, Relator: Nestor Duarte, Data de Julgamento: 12/08/2015, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/08/2015).

Pois bem. O laudo pericial é conclusivo no sentido de que o autor foi acometido de invalidez parcial permanente no ombro direito de grau médio (50%) decorrente do acidente relatado (ID 8790968), evidenciando o nexo de causalidade entre o acidente e as lesões.

Quanto ao nexo de causalidade, vislumbro sua comprovação pelos documentos produzidos após o acidente em questão. No ponto, merece relevo os documentos produzidos no Hospital Getúlio Vargas, ID 7249746, consubstanciados na avaliação médica inicial (pág. 02), no laudo para solicitação de autorização de internação hospitalar (pág. 03), no relatório de evolução pós-cirúrgico decorrente de fratura no úmero direito (ID 7249749) e no laudo médico de ID 7249634, dos quais se extraem a ocorrência do fato (acidente) e as lesões sofridas pelo demandante.

Ainda quanto ao tema, não se pode desvalorizar o Boletim de Ocorrência Policial sobre o sinistro (ID 7249621, página 01), que noticia o acidente de moto em debate.

Da conjugação da tabela constante do ANEXO da Lei nº 6.194/74 com o disposto no inciso II do referido artigo, conclui-se que os valores de indenização para PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DOS OMBROS, COTOVELOS, PUNHOS OU DEDO POLEGAR varia entre R\$ 3.375,00 caso seja total (100%); R\$ 2.531,25 caso seja intensa (75%); R\$ 1.687,50 caso seja média (50%); R\$ 843,75 caso seja leve (25%); ou R\$ 337,50 caso seja residual (10%).



Entendo ser devido ao autor o montante de R\$ 1.687,50, por sua situação amoldar-se à invalidez parcial permanente no ombro direito em grau médio (50%) decorrente do acidente relatado, nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 6.194/77.

Nessa quadra, não tendo comprovado o pagamento da indenização na via administrativa, condeno a suplicada ao pagamento do montante de R\$ 1.687,50, correspondente à totalidade do valor devido, incidindo juros de mora de 1% a partir da citação.

### **3 DISPOSITIVO**

Em face do exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo EM PARTE PROCEDENTES os pedidos do autor ANTONIO ALDO SOARES ALVES para condenar a suplicada SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. ao pagamento de R\$ 1.687,50 a título de indenização do seguro DPVAT, conforme previsto no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, corrigido monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 43, STJ), incidindo juros de mora de 1% a partir da citação (súmula 426, STJ).

Entendo que o valor da condenação é irrisório, de modo que, caso utilizados os percentuais previstos no §2º do art. 85 do CPC (10% a 20% sobre o valor da condenação), chegar-se-ia a valores entre R\$ 168,75 e R\$ 337,50 a título de honorários advocatícios, o que se revelaria muito baixo, sendo incapaz de remunerar de forma digna o trabalho prestado pelo advogado atuante na causa. Por esse motivo, condeno a suplicada ao pagamento de custas e despesas processuais, bem assim em honorários advocatícios de R\$ 1.045,00, ante o irrisório proveito econômico obtido, consoante disposto no §8º do art. 85 do CPC.

Expeça-se alvará judicial ao perito nomeado, observando-se o comprovante de depósito dos honorários periciais juntado no ID 8374802.

Após os expedientes necessários, baixem-se e arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

**TERESINA-PI, 09 de junho de 2020.**

**EDSON ALVES**



**Juiz de Direito da 10ª Vara Cível**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE, nesta data, verifiquei que a transcorreu o lapso temporal de 15 dias da intimação de ID 8822921 , da qual ambas as partes foram devidamente intimadas, havendo, no entanto, apenas a manifestação da parte autora sob ID 8876501.**

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 5 de junho de 2020.

**LAIANE DOS SANTOS OLIVEIRA**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



## MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL JUDICIAL EM ANEXO





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO  
DA 10ª VARA CÍVEL DE TERESINA- PI**

**Processo nº. : 0833517-89.2019.8.18.0140**

**ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu procurador infra-assinado, vem, à presença de Vossa Excelência, requerer o julgamento da presente ação, reiterando os pedidos protocolados nos autos, mormente **MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL JUDICIAL**.

## **DAS CONCLUSÕES DO EXAME PERICIAL**

Restou evidentemente demonstrado pelo exame realizado em 06/03/2020 que o requerente se encontra com debilidade dano anatômico e/ou funcional permanente no membro superior direito (ombro) no percentual de acometimento de 50% (cinquenta por cento)

Os danos causados à integridade física do requerente foram comprovados. É incontestável ainda, que as referidas lesões foram ocasionadas por acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre, o que estabelece então o NEXO ETIOLÓGICO (item I do Laudo).

## **DOS PEDIDOS**

Desta forma, ratifica a inicial e requer a procedência, condenando-se a requerida ao pagamento do Seguro DPVAT, no valor de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)** com o enquadramento da lesão sofrida, conforme Lei nº 6.194/74, resultando em:

**\* 50% de perda anatômica ou funcional = 50% de R\$ 13.500,00 = R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).**







**Vez que o laudo oficial apontou em 50% (setenta e cinco por cento) de perda anatômica ou funcional do membro superior (ombro direito)**

Requer ainda:

- a) o acréscimo de juros legais desde a datada citação (Súmula 426 do STJ), correção monetária desde a data do sinistro (Súmula 508 do STJ);
- b) condenação da ré em custas e honorários advocatícios sucumbenciais no valor de 01 (um) salário mínimo vigente, por apreciação equitativa, tendo em vista o irrisório proveito econômico obtido, conforme preceitua o art. 85,§ 8º do NCPC, ou, não sendo este o entendimento de Vossa Excelência, que sejam arbitrados no percentual de 20% sobre o valor da causa, considerando o zelo profissional e o trabalho despendido por este Advogado.

Nestes termos, Pede deferimento

Teresina(PI), 17 de março de 2020

**Rauristênio Lima Bezerra**  
**OAB/PI 13123**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

**PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**

**AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **ATO ORDINATÓRIO**

(Fundamentação legal: art.27,§4º do Provimento Conjunto nº 11//2016)

Intime-se as partes para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação acerca do laudo pericial de ID.8790968.

TERESINA-PI, 13 de março de 2020.

**JOSE AYLSON LAURINDO DOS SANTOS**  
**10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA PIAUÍ**

**Nº DO PROCESSO:** 0833517-89.2019.8.18.0140

**IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI**, brasileiro, casado, perito médico legal com inscrição nº PC/PI 280.574-0, registrado no Conselho Regional de Medicina no CRM-PI sob o nº 4871, com CPF sob o nº 020.201.583-10, residente e domiciliado na Rua Farmacêutico João Carvalho nº 4344 – Santa Isabel, em Teresina/PI, CEP 64053-150, com endereço eletrônico [dr.igorcalegari@hotmail.com](mailto:dr.igorcalegari@hotmail.com), onde recebe as intimações pessoais, perito médico legista nomeado deste douto juízo, com base na Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, nosso código civil brasileiro, vem, respeitosamente, requer-se,

**JUNTADA DE LAUDO PERICIAL**

da perícia médica realizada no **06/03/2020**, do autor da presente demanda judicial, pelo que vem respeitosamente à presença V. Exma, nos autos do processo em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.



## I – DOS FATOS

Excelência, o perito médico legista nomeado deste douto juízo, realizou a perícia médica do senhor(a) **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, autor(a) desta presente demanda judicial, com maestria e excelência, com fulcro na Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, nosso código civil brasileiro, em acatamento de todo o rito processualista.

## II – DO DIREITO

Este juízo requisitou os serviços do perito médico legal, ao qual aceitou e realizou os seus serviços de acordo com a Lei 13.105 de 16 de Março de 2015.

Vejamos:

**Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.**

Conforme aduz o próprio Código Civil brasileiro, o perito deste douto juízo é indispensável para a conclusão da presente demanda.

Ainda, consonância Lei 13.105 de 16 de Março de 2015, conforme posto:

**Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.**

**§ 1º O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente.**

§ 2º A quantia recolhida em depósito bancário à ordem do juízo será corrigida monetariamente e paga de acordo com o [art. 465, § 4º](#).

I - custeada com recursos alocados no orçamento



do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;

O perito deste douto juízo, realizou com maestria e excelência a perícia médica e nunca sequer recebeu o pagamento de seus honorários periciais sobre seus serviços, nem 50% antes da realização da perícia, muito menos após finalizado os procedimentos.

Diante dos fatos, o perito vem por meio deste, fim de que seja feito o alvará para liberação dos seus honorários periciais da perícia já fora realizada.

### **III – DOS PEDIDOS**

Em face do exposto, respeitosamente, requer-se:

- A) Fazer a juntada do Laudo Pericial da perícia realizada;**
- B) Que seja liberado os honorários periciais no valor de R\$200,00(Duzentos Reais) corrigidos já depositados neste douto Juízo tendo em vista que a perícia já fora realizada;**
- C) Que seja este perito informado sobre o resultado da sentença para seu endereço eletrônico [dr.igorcalegari@hotmail.com](mailto:dr.igorcalegari@hotmail.com); [advisaelcalegari@gmail.com](mailto:advisaelcalegari@gmail.com) e telefone (86) 99954-5514;**

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 11 de março de 2020

**IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI**

**PERITO MÉDICO LEGISTA**

**PC/PI 280.574-0**

**CRM-PI nº 4871**





Dr. Igor Calegari  
Perícias Médico-Legais  
Pareceres e perícias Judiciais  
Antropologia Forense

**AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE INVALIDEZ PERMANENTE**

PROCESSO NÚMERO: 0833517-89.2019.8.18.0110

10ª Vara cível

**INFORMAÇÕES DA VÍTIMA**

Nome completo: Antônio Aldo Soares Alves

CPF: 200.900.053-68

Endereço: Av. Dr. Aragão, nº 300, Centro, São Miguel do Tapuió-PI

**INFORMAÇÕES DO ACIDENTE**

LOCAL: Município Castelo - PI

DATA: 12/05/2019

**CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial supracitado, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Vara Cível acima mencionada

Antônio Aldo Soares Alves

Assinatura da Vítima

Castelo - PI 06/07/2020

Local e data

Scanned with CamScanner



AVALIAÇÃO MÉDICA

- I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(X)  
1-SIM

( )  
2- NÃO

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

- II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Ombro direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

- 1- (X) limitação de amplitude de movimento 50%
- 2- ( ) perda de força \_\_\_\_%
- 3- ( ) hemiparesia
- 4- ( ) perda ou inutilização de membro ou estrutura: \_\_\_\_\_
- 5- ( ) deformidade

OBSERVAÇÕES \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

( )  
1- SIM

(X)  
2- NÃO

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

( )

(X)

1- Disfunções temporárias

2- Dano anatômico e/ou funcional definitivo

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Limitação de amplitude de movimento  
de ombro direito 50%

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário  
exame complementar?

( )

(X)

1-Sim, em que prazo:

2-Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

1 - ( ) Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

2 - (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

1 - ( ) Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

2 - (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)



**Dr. Igor Calegari**  
Perícias Médico-Legais  
Pareceres e perícias Judiciais  
Antropologia Forense

Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Percentual de acometimento			
<b>1ª LESÃO:</b> <i>Ombro direito</i>	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	(X) 50% Média	( ) 75% Intensa
<b>2ª LESÃO:</b>	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( ) 75% Intensa
<b>3ª LESÃO:</b>	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( ) 75% Intensa
<b>4ª LESÃO:</b>	( ) 10% Residual	( ) 25% Leve	( ) 50% Média	( ) 75% Intensa

Assistente Técnico

*Dr. Igor Noronha P. Calegari*  
Médico  
CRM-MA 6835 CRM-PI 4871

**Dr. Igor Noronha Pereira Calegari**  
Perito Médico-Legal  
Perícias Judiciais  
CRM-PI 4871  
CRM-MA 6835



Requer habilitação da Dra. Ednan Soares Coutinho OAB/PI 1841



segue em anexo juntada de honorários periciais.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

**Processo:** 08335178920198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

TERESINA, 14 de fevereiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PI 10201

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
1841 - OAB/PI





Banco do Brasil



segue em anexo petição de quesitos.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08335178920198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 04/02/2020 11:54:37  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020411543748400000007793969>  
Número do documento: 20020411543748400000007793969



7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 3 de fevereiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PI 10201

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





---

PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SEGUE EM ANEXO ATA DE AUDIÊNCIA.**

TERESINA-PI, 27 de janeiro de 2020.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





**ATA DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO Nº 0002/2019**

**PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

**AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Aos 27 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte (2020), às 08h:30min horas, na sala das audiências da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina, presente o MM. Juiz de Direito da referida Vara, Dr. EDSON ALVES DA SILVA, declarada aberta a **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** e feito o pregão, compareceu o autor, Sr. ANTONIO ALDO SOARES ALVES, acompanhado de seu advogado, Dr. RAURISTENIO LIMA BEZERRA, inscrito na OAB/PI, sob o Nº 13123, a suplicada, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** através de seu preposto, o Dr. FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO, RG nº 2578463-SSP/PI, acompanhado de seu advogado, Dra. HERISON HELDER PORTELA PINTO, inscrito na OAB/PI, sob o Nº 5367.

**I – INÍCIO DOS TRABALHOS DA AUDIÊNCIA:**

**II – PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO:** O MM. Juiz explicitou a vantagem da solução consensual para o litígio, contudo, não obteve êxito. Ato contínuo, ante a contestação já apresentada aos autos, o MM. Juiz abriu o prazo de 15 (quinze) dias para o autor ofertar réplica, tendo sido a mesma protocolada nos autos anteriormente.


Em seguida, as partes acordaram pela realização da perícia. O MM. Juiz deliberou, em seguida:

01 – As alegações preliminares da contestação encerram matéria cujo deslinde deve ser antecedido de concessão de oportunidade de produção de provas que ainda não se encontram no processo, de forma que a apreciação da matéria preliminar será realizada na sentença.

02 – Em análise aos autos, extrai-se que o objeto da lide está relacionado à existência de danos físicos decorrentes de acidente automobilístico, cuja comprovação de grau e natureza indubitavelmente depende de prova técnica, razão pela defiro a realização de perícia médica pleiteada pelas partes, a fim de se aferir a existência ou não de incapacidade total ou parcial no(a) suplicante em decorrência do acidente que alegou sofrer.

03 – Objetivando a realização da perícia em apreço, nomeio perito o médico legista Dr. **IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI**, inscrito no CRM Nº 4871, que deverá ser intimado para dizer se aceita e cumprir o encargo que lhe foi atribuído, independentemente de termo de compromisso (art. 422 do CPC).

04 – Considerando o que o referido perito já realizou várias perícias nesse sentido, havendo, inclusive data para a materialização de tal ato, designo para **o dia 06 de março de 2020, às 13 horas**, na sala de audiências desta Vara e/ou sala do IML, localizada no subsolo deste Fórum para a realização do exame pericial em comento, saindo os presentes já intimados do ato, com o compromisso das partes de indicar e apresentar assistentes técnicos, que, se desejarem, poderão acompanhar a perícia.

 Antonio Aldo Soares Alves





05 – Em face da hipossuficiência financeira da parte autora, os encargos financeiros com a realização da perícia técnica serão suportados pela Requerida, inclusive com o pagamento dos honorários do perito, desde já arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais). No ponto, é de notar que se trata de ato essencial e indispensável à resolução da lide, portanto, de interesse das partes. Ainda nesta quadra, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS já firmou convênio com o E. TJ/PI para suportar o ônus dessa perícia.

06 – A suplicada sai intimada para, no prazo de 10 dias, efetuar o depósito judicial relativo à perícia na quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais).

07 – Igualmente, as partes já saem intimadas e com o compromisso para indicar assistente técnico e apresentá-lo no ato da perícia, bem assim formular quesitos, se entenderem necessário.

08 – Oficie-se ao perito nomeado para proceder à realização da perícia, com apresentação do laudo em duas vias, observando-se as diretrizes da tabela anexa e aos quesitos formulados pelas partes.

Concluída a perícia em debate, intinem-se as partes, por seus advogados e via DJ-PI, para no prazo de 15 dias manifestarem-se sobre o laudo em apreço.

Nada mais. Lido e achado conforme. Do que, para constar, lavrou-se o presente termo, que vai devidamente assinado.

Juiz de Direito:

Autor(a)

Suplicada (Preposto)

Advogado(a) do(a) autor(a)

Advogado(a) da suplicada





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA  
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]  
AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO QUE, nesta data, verifiquei que a Réplica de ID nº 7761344 foi protocolada tempestivamente.**

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 24 de janeiro de 2020.

**LEONARDO ALAIN ALVES DA CRUZ**  
**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



Réplica à Contestação em anexo







EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 10ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA-PI.

Processo: 0833517-89.2019.8.18.0140

**ANTÔNIO ALDO SOARES ALVES**, devidamente qualificado nos autos epigrafados, vem, perante Vossa Excelência, por seu procurador devidamente habilitado, apresentar **réplica a CONTESTAÇÃO** apresentada pela ré, para tanto expondo e requerendo o que segue:

Considerando o Convênio 69/2015 firmado entre o TJ/PI e a Seguradora Líder, publicado no DJ de 11/02/2016 (abaixo) e por motivo de celeridade e economia processual, tendo em vista o requerimento de perícia formulado por ambas as partes, e que sobre esta prova resta a controvérsia da ação, requerer a realização de perícia médica, a ser realizada por perito designado por este juízo, em local próprio do Fórum, custeada pela requerida no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme compromisso firmado por esta no Convênio.





Requer, portanto, seja intimada a requerida para depósito dos honorários e designado perito local por este juízo para realização da perícia, com intimação das partes para ciência da data designada.

## **.DO INTERESSE DE AGIR**

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, XXXV, que “A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma, o requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.

Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, não cumprem a legislação vigente. Logo, não está obrigado o requerente a receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

## **DA CARÊNCIA DE AÇÃO X PLENA VALIDADE DO RELATÓRIO MÉDICO**

Quanto aos elementos probatórios ora acostados (relatório médico específico), mister se torna apontar a sua inteira aplicabilidade no presente feito, conforme entendimento dos nossos Pretórios, senão vejamos, verbis:

“O laudo do IML não se mostra como o único instrumento capaz de aferir a invalidez permanente, podendo ser comprovada por outros documentos firmados por profissionais da saúde ou mediante realização de perícia médica. ” (Apelação Cível - Sumário -n. -Três Lagoas -Rel. Des. Julizar Barbosa Trindade -j. 9.2.2010)

No mesmo sentido, o seguinte precedente:

“Segunda Turma Cível - Apelação Cível - Sumário - N. - Maracaju. Relator - Exmo. Sr. Des. Julizar Barbosa Trindade. Apelante - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Advogados - Lázaro José Gomes Júnior e outros. Apelada - Ana Carolina de Moraes Benatti. Advogados - Daniel José de Josilco e outros. E M E N T A -APELAÇÃO CÍVEL -AÇÃO DE COBRANÇA -DPVAT -CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML -INVALIDEZ







PERMANENTE -PERÍCIA NÃO PRODUZIDA - ÔNUS QUE INCUMBIA À SEGURADORA -INDENIZAÇÃO NO VALOR MÁXIMO -DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICAS -CORREÇÃO MONETÁRIA -RECURSO IMPROVIDO.

A lei que regulamentou o seguro obrigatório DPVAT não determina a apresentação do laudo do IML como prova do acidente e da lesão. Com a inversão do ônus da prova, deixando a seguradora de produzi-la, há de prevalecer a presunção de veracidade das alegações contidas na inicial. No caso do Seguro DPVAT, basta que esteja configurada a invalidez permanente da vítima, ainda que parcial, para fazer jus ao recebimento do benefício pelo seu valor máximo previsto em lei. Prevalecem as despesas médicas representadas por notas fiscais e recibos, se a seguradora não conseguiu desconstituir os dados ali constantes. Sendo estabelecida a indenização em valor vigente à época do acidente, é também daquele momento o termo inicial para incidência da correção monetária.

A C Ó R D Ã O - Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os juízes da Segunda Turma Cível Tribunal de Justiça, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade negar provimento ao recurso. Campo Grande, 20 de abril de 2010. Des. Julizar Barbosa Trindade -Relator“

## DA PREVISÃO LEGAL

Sucedo que, a invalidez permanente sofrida pelo requerente gerou para este o direito de receber o SEGURO DPVAT, na importância equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme plasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela Lei 11.482/07:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no





caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais ) no caso de invalidez permanente;**

Nesse contexto, a MP nº 451/08 convertida na Lei 11.945/09, em seu artigo 31, acrescentou ao art. 3º acima transcrito, “verbis”:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que **não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura. (grifamos)**

No caso em tela, e conforme demonstrado, a Requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT, cujo valor para fins de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ora, Excelência, verifica-se claramente a obrigatoriedade de pagamento do Seguro DPVAT em seu teto máximo, uma vez que conforme **Laudó (Exame Físico)**, assinado pelo Médico Jader Jesus José Ataíde CRM-PI 807, em 18/11/2019, relata que o **"Paciente apresentando fratura do colo do Úmero Direito consolidada com fixação por placa e parafusos metálicos. Apresenta atualmente limitação de movimento no membro afetado"**. (anexos aos autos)

## DO PEDIDO

“Ex positis”, o autor reitera os pedidos formulados na inicial, requerendo o pagamento do seguro, inclusive perícia médica custeada pela requerida, para que ao final seja julgada PROCEDENTE a presente Ação de Indenização em todos os seus termos, condenando-se a requerida a pagar a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este referente à indenização por invalidez permanente, oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias





Terrestres – DPVAT, acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Teresina/PI, 05 de janeiro de 2020.

***Rauristênio Lima Bezerra***  
***OAB/PI 13123***



...





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08335178920198180140

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **12/05/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **14/08/2019**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, que o autor está em tratamento médico.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

#### **DO MÉRITO**

##### **DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 14/08/2019 após 3 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 12/05/2019, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

**Não há justificativa para delonga tão grande**, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.



No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>1</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

#### **DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE**

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis, tendo em vista que o autor encontra-se em tratamento.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

<sup>1</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

#### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>2</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.





Frise-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>4</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

<sup>4</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>5</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>6</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

<sup>6</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, **EXCLUSIVAMENTE**, em nome da patrona **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita sob o nº 1841 - OAB/PI sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 19 de dezembro de 2019.

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 20/12/2019 09:00:20  
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122009002019000000007379541>  
Número do documento: 19122009002019000000007379541

Num. 7723450 - Pág. 7

### QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que causem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento de senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa de controle esfincteriano; (d) comprometimento de funções vitais ou autonômicas					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou retro-peritoneais causando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou de fala (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos membros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) da baba					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita na OAB/PI sob o nº 1841 e **HERISON HELDER PORTELA PINTO**, inscrito na OAB/PI sob nº 5367, ambos com escritório à RUA BARROSO, N.º 646 – CENTRO/NORTE – TERESINA/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**, em curso perante a **10ª VARA CÍVEL** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08335178920198180140.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 03 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190511924

Vítima: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Data do Acidente: 12/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: LUCIANA DA SILVA SANTOS

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 14915514





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190511924

Vítima: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Data do Acidente: 12/05/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: LUCIANA DA SILVA SANTOS

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14939686

Pag. 00729/00730 - carta\_07 - INVALIDEZ

00780365







Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Nome fantasia

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Mostrar Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Última Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Balote(s): 102595004

Hash: ECC52023-073D-4232-8033-7CC99430A9D4



## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	XXXX	XXXX	XX
	XXXX	XXXX	XX
	XXXX	XXXX	XX
	XXXX	XXXX	XX

#### Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/13



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 20/12/2019 09:00:21

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122009002078900000007379544>

Número do documento: 19122009002078900000007379544

Num. 7723453 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFADE5ECFBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Hello Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 10/13	



## RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Somp/Dsorg n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 2 de janeiro de 2018, página 168, artigo 1, onde se lê: "... no âmbito dos conselhos de administração realizados em 1º de novembro de 2017", lê-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017,

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 3.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 3.275, de 28 de novembro de 2007:

PAULO DOS SANTOS

PONTAIA Nº 156 DE 22 DE JANEIRO 2014

Decreto nº 2.211, de 28 de novembro de 2007);  
 Considerando o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio  
 de 1995, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de  
 Produtos Perigosos;  
 Considerando a Portaria Interam nº 16, de 18 de janeiro  
 de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade  
 para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de  
 Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de

Art. 1º Agregar a decisão de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n. 09.343.608/0001-04, cujo sede no Estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 157, DE 23 DE JANEIRO 2018

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Acreditação da Conformidade para Transportes de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interministerial nº 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br).

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria da IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n. 33.356.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, ao uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pela Departamento de Negociações Internacionais (DENI), com o objetivo de colher

[illegible]

2 As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante a preenchimento integral do formulário, disponível na página do Ministério na Internet, no endereço [http://www.medic.gov.br/avulsa/REPOSITORIO/entrevistascomar/TCO\\_2011/leitor-de-consulacao.doc](http://www.medic.gov.br/avulsa/REPOSITORIO/entrevistascomar/TCO_2011/leitor-de-consulacao.doc). O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2327-7393 e 2027-7234 ou pelo endereço de e-mail [cti@medic.gov.br](mailto:cti@medic.gov.br).

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos técnicos em nomenclatura do CI-T, eventuais manifestações e recursos deverão ser encaminhadas à esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL -		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2917.20.08	• Ácidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, ácidos anídricos, halogênidos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	2917.20	Ácidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou cíclicos, ácidos anídricos, halogênidos, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.1	Peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.11	Grupos de ácidos policarboxílicos cíclicos
		2917.20.15	Carboxilatos de dióxido
		2917.20.90	Outros
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,  
com o código 0061261012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E17B8

Para validar o documento acesse <http://www.tuceria.tj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 20/12/2019 09:00:21

<http://tpj.pje.ius.br:8010/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=191220090020789000000007379544>

Número do documento: 19122009002078900000007379544

Num. 7723453 - Pág. 7





4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4995508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Serwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





de março de 1967.

10/11



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

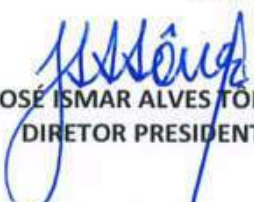
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º</b>  <b>Ofício de Notas</b> DA CAPITAL	<b>Tabelião:</b> Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-0900	<b>ADB2B69D</b> <b>08B674</b>
Reconheço por <b>AUTÊNTICAÇÃO</b> as firmas de: <b>HÉLIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho da verdade.		
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Conf. por: <b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b> <b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b> Escritor 3,96 X00000524453 série 06077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94
ETLP-56891 HX, ETLP-56892 GR5 <a href="https://www3.tjri.jus.br/sitepublico">https://www3.tjri.jus.br/sitepublico</a>		



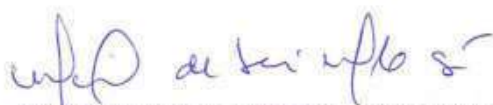
### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADERCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURUS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUBISHI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENTIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**  
OAB/RJ 135.132



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190511924 **Cidade:** Castelo do Piauí **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ANTONIO ALDO SOARES ALVES **Data do acidente:** 12/05/2019 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 12/09/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DO ÚMERO PROXIMAL DIREITO COM DESVIO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO COM OSTEOSÍNTESE.  
P12 / P19

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Em tratamento

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** DEVIDO AO CURTO ESPAÇO DE TEMPO DECORRIDO DO ACIDENTE RECLAMADO E A LESÃO AINDA ESTAR EM PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO, NÃO É POSSÍVEL NO MOMENTO, EVIDENCIAR A INVALIDEZ PERMANENTE. FAZ-SE NECESSÁRIO APRESENTAR, TÃO LOGO O TRATAMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL SEJA FINALIZADO, AS SEGUINTE ALTERNATIVAS DE DOCUMENTAÇÃO MÉDICA:

- RELATÓRIO DO TRATAMENTO REALIZADO INTERNADO OU EM CURSO E/OU A NÍVEL AMBULATORIAL;
- LAUDOS DE EXAMES DE IMAGEM, CASO REALIZADOS DURANTE A INTERNAÇÃO, TAIS COMO: RAIOS X, TOMOGRAFIA OU RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E DE CONTROLE PÓS PROCEDIMENTO CIRÚRGICO OU TRATAMENTO CONSERVADOR A NÍVEL AMBULATORIAL, COM RESPECTIVA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE SEGURADO E DATA DE REALIZAÇÃO;
- EM CASO DE CIRURGIA ANEXAR: FOLHAS DO CENTRO CIRÚRGICO, DESCREVENDO PROCEDIMENTO ADOTADO E MATERIAIS USADOS, FOLHA DE ANESTESIA, FOLHAS DE EVOLUÇÃO MÉDICA E SUMÁRIO DE ALTA. TAIS DOCUMENTOS SÃO EMITIDOS, MEDIANTE SOLICITAÇÃO, SEM CUSTO E SÃO DE DIREITO DOS PACIENTES SUBMETIDOS AOS TRATAMENTOS NAS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES PÚBLICAS OU PARTICULARES, SEJA EM CARÁTER DE INTERNAÇÃO OU AMBULATORIAL. NÃO SÃO SUFICIENTES PARA ANÁLISE MÉDICA DOCUMENTAL, DOCUMENTOS, SOMENTE, EMITIDOS POR ENFERMAGEM OU OUTROS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE QUE NÃO SEJAM EMITIDOS POR MÉDICOS.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00






## CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74,5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO(A)

ADDA BANDEIRA DE MELO DE DEUS -CPF 003.705.143-19, ADÃO NALDO PIRES DE SOUSA -CPF 038.935.033-82, ANA CÉLIA BENVINDO ROCHA MARTNS -CPF 687 827 483 49, AIRLA MEIRELES MELO -CPF 076.123.843-37, ALANA SOARES GOMES Rg 4.060.599 CPF 074.060.463-59, ALISSANDRA SUIME DA SILVA SOUSA -CPF 056.843.563-03, AMANDA ELYZABETH HOLANDA MARINHO -CPF 058.349.493-55, ANA CAROLINA DE SOUSA -CPF 073.877.223-23, ANA CLARA FREITAS BRITO SILVA -CPF 065 778 053-77, ANA PAULA DO NASCIMENTO SILVEIRA DE AZEVEDO -RG 1.194.917 SSP-PI, ANDERSON RAFAEL LEAL BRITO -CPF 030.189.913-46, ANDREIA GOMES DE CARVALHO -CPF 055.880.293-13, ANDREIA VANDRESSA DE SOUSA SILVA -CPF 016.386.953-77, ANDRE LIMA EULALIO -CPF 038.451.883-40, ANLY GONÇALVES FERRAZ COSTA -CPF 006.049.263-59, ARILTON LEMOS DE SOUSA -CPF 789.681.603-25, BARBARA PRISCILA DA SILVA -CPF 002.407.753-41, BIANCA CONSTANCIO DAMASCENO -CPF 043.488.833-86, CARLA RENATA FERNANDES DE MELO -CPF 061.616.273-10, CARLOS HENRIQUE FERREIRA COELHO CPF: 053.117.823-40; CARLOS EDUARDO RODRIGUES LIMA CAVALCANTE -CPF 014.594.843-98, CARLOS RAFAEL SANTOS OLIVEIRA DA SILVA -CPF 028.941.513-65, CARLOS RAFAEL CUNHA -CPF 600.002.863-62, CAROLINA BEZERRA DE ALMEIDA -CPF 041.639.933-98, CHARLANA PAULA MARTINS DA SILVA -CPF 065.480.643-80, CÍNTIA PATROCÍNIO DA SILVA -CPF 057.833.283-32, CLEONICE FERNANDES MAIA -CPF 915.014.233-05, CLEUDEVALDO GONÇALVES DOS SANTOS -CPF 047.800.203-36, CLAUDENEIDE MOREIRA DA SILVA -CPF 714.730.173-00 RG-1.446.289, DENILSON ARAUJO DA SILVA -CPF nº 962.144.731-34 DANILO, RIBEIRO CARVALHO CPF 026.483.053-94, DEUSDEDITH GUERRA DE FREITAS NETO -CPF 997.477.663-53, DIEGO MORAIS COSTA -CPF 035.773.343-63, EDUARDO OLIVEIRA BARROS -CPF 923.931.793-72, EVANDA MARIA DE SOUSA ARAÚJO CPF 048.278.573 00 e RG 3.223.168 EMANUEL DIAS DA SILVA -CPF 046.378.843-57, EMANUEL MESSIAS DA ROCHA VIANA -CPF 551.923.943-68, FABRICIA DE OLIVEIRA FONTENELE -CPF 019.399.272-66, FERNANDO TRINDADE DE CARVALHO FILHO -CPF 014.224.023-04, FERNANDO HENRIQUE LIMA DA SILVA -CPF 077.912.203-85, FERNANDO CARVALHO OLIVEIRA -CPF 018.702.063-98, FERNANDO ITALO SÁ VARANDA, CPF 029.449.573-84, FIRMINA DA CUNHA OLIVEIRA BARROS -CPF: 349 388.503-20, FERNANDO GARCIA ARAÚJO -CPF 167.398.887-36, FERNANDO DA ROCHA E SILVA -CPF 020 976 073-73, FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA -CPF 047.556.643-22, FRANCISCO GUILHERME RAMOS NOELTO CPF: 022.632.013-86, FRANCISCO MARQUES DA SILVA -CPF 077.093.743-87, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JUNIOR -CPF 892.947.773-91, FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO -RG 2.578.463 SSP-PI, FRANCISCO RIGONE SILVA CARNEIRO -CPF 048.865.593-52, FRANCISCO WASHINGTON DE ARAUJO ROCHA -CPF 039.247.113-21, HELDER JOSÉ BRITO DOS SANTOS -CPF 762.043.083-00, GUSTAVO RAPOSO CORDEIRO -CPF 041.996.333-24, GABRIELLA SANTANA COSTA PIMENTEL CPF 078.903.273-23, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO -CPF 035.629.223-10, GLIMARIO RIBEIRO DE ALMEIDA -CPF 008.696.703-79, IGOR VINICIUS DE ARAUJO MESQUITA -CPF 058.106.803-02, IRMA DANIELE FORTALEZA DE SOUSA -CPF 04787823302, ITALO JOSÉ ALVES DE CARVALHO -CPF 050.487.713-54, ITALO SÁRVIO LIMA FEITOSA -CPF 067.422.233-40, JOSAFÁ BEZERRA DE CARVALHO FILHO -CPF 052.097.983-48, JOÃO PEDRO CARDOSO -CPF 058.923.833-77, JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO CPF 068.003.243-61 RG 3.753.880, JOICE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24 RG 3.532.415 JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO -CPF 068.003243-61 E RG 3.753.880, JACKSON DOUGLAS DE ARAUJO SOUSA -CPF 022.146.833-13, JAYNE VANESSA DA SILVA -CPF 060.307.993-80, JÉSSICA OLIVEIRA SOUSA -CPF 039.905.963-65 JEFFERSON FELIPE FREITAS DIAS -CPF 063.147.983-02 JEFFERSON LUIS DE ARAUJO NASCIMENTO -CPF 057.167.833-50, JOICE RAMOS CERQUEIRA -CPF 004.741.733-13, JOYCE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24, JOSÉ GUILHERME DO RÊGO MONTEIRO NETO CPF 015.538.413-95, JOSÉ FIRMINO DA SILVA JUNIOR CPF 052.829.273-06 JOSÉ VITOR VILARINHO BRITO CPF 065.049.933-60, KARINE VIANE DE FREITAS CPF: 038.877.693-50; KARINA NEGREIROS DE OLIVEIRA -CPF: 071.502.173-70 KARINE SOARES DO NASCIMENTO -CPF 067.466.793-06, KLEBER LOPES DA SILVA -CPF 338.618.383-20, LARA FORTES PORTELA DE CARVALHO CPF 041.909.353-28, LANA MARIA RAMOS NOLETO ESMERALDO -CPF 338.682.633-49, LEONARDO RANIERI LIMA MELO -RG 63.564.595 SSP/PI CPF 061.415.993-89, LÍCIA NUNES GONÇALVES BANDEIRA DE MELO -CPF 184.294.083-04, LUCIANNY DA CUNHA LOPES -CPF 018.910.263-21, LAURA DA SILVEIRA AZEVEDO PESSOA -CPF 026.652.853-80, LUCAS EMANUEL FREIRE GOMES -CPF 035.419.333-30, LUIS MARIANO CASTELO BRANCO CERQUEIRA, CPF 041.405.183-16, LUIZ GONZAGA DE MACEDO FILHO -CPF 389.755.838-69, LUIZ GONZAGA ARAUJO JUNIOR -CPF 063.067.553-81, LUIZ CESAR DE OLIVEIRA -CPF 076.671.803-42, LUIZ CARLOS LIMA JUNIOR -RG 3.220.411, -CPF 059.355.003-02, MARCELO RAFAEL DE SOUSA SOARES CPF 615.446.123-20, MARCELO NUNES LIMA -CPF 908.161.453-34, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA AGUIAR -CPF: 474.468.203-06, MARIANE DE OLIVEIRA MOURA -CPF 069.821.603-27, MARILENE GOMES CELESTINO -CPF 907.534.451 -15, MARIA KALLYANY SOUSA REIS -CPF 074.592.123-00 RG 4.015.221, MARIA JONISLEIA DE DEUS -CPF 045 758 613-32 / RG 3.123 660, MARIA RAIANNY CARVALHO DOS REIS -CPF 046.734.233-48 / RG 3.395.771, MARC BURNIE DE SOUSA ALVES FERREIRA -CPF 035.966.653-10, MARCIONE DA SILVA SANTOS -CPF 038.274.383-06, MATUSALEM BRITO VIEIRA BORGES -CPF 039.322.933-08, MATHEUS CARVALHO ARAUJO -CPF 066.779.193-07, MIRELE SUELEN MARTINS GREGÓRIO -CPF 059.304.033-33, NAYA THAYS TAVARES DE SANTAN CPF 055.764.173-05, OLAVO ALVES LOPES -CPF 071.470.523-31 RG 3.510.782, PEDRO IGOR DE ALBUQUERQUE COSTA CPF 068.487.993-00 PATRÍCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO -CPF 050.145.183-89, PRISCILA BIANCA MORAES DOS SANTOS -CPF 064.859.673-70, RAFAELA DA SILVA LUSTOZA MARQUES, CPF : 032.345.633-22 e RG: 3.408.844, RAFAELA MATOS PORTELA -CPF 633.327.603-00, RAQUEL MENDES BARROS DOS SANTOS -CPF 958.995.963-68, RHANNA DE AZEVEDO SERAINE CUSTÓDIO -RG 3317903 -CPF 039.753.933-94, RAIMUNDO NONATO MARTINS RODRIGUES JÚNIOR -CPF 067.972.593-80, RAIMUNDO DA PAZ SARAIVA NETO -CPF 062.632.513-79 -RG 3.536.503, RAVENA MARIA BEZERRA VIEIRA DE ARAÚJO -CPF 028.557.193-13, RODRIGO SOARES DE SOUSA -CPF 072.006.983-18, ROSIANE AGUIAR SILVA CPF 017.981.403-65, RODRIGO LIMA RODRIGUES -CPF 058.697.113-04, ROMILSON MEDEIROS ROCHA -CPF: 979.425.963-20, RUI BARBOSA DE SOUSA -CPF 872.778.323-53, SAMIA GOMES SOUSA CORREIA -CPF n.º 002.720.973-30, SIMONE MORAIS CASTELO BRANCO CERQUEIRA DE AGUIAR -CPF 059.533.713-15, TAYNÁ CERQUEIRA DOS SANTOS -CPF 073.433.353-67, VANUELLE FONTENELE DE SOUSA -CPF 061.765.453-07, VICTÓRIA KELLER DA FONSECA BESERRA -CPF 062.755.023-12 VIRGINIA AGUIAR DE ARAUJO -CPF 893.859.693-15, WANDERSON DOS SANTOS MACEDO -CPF 025.192.813-67, WALLYSON MARQUES DE SOUSA -CPF 064.022.903-43, WELLINGTON DAS NEVES SOARES -CPF 946.380.123-53, WHALLEF BERNARDES LOPES -CPF 605.022.943-02, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO -CPF 022.632.013-86.

Podendo os mesmos responder nesta qualidade a todos os termos do **PROCESSO Nº 08335178920198180140** que é Parte Autor (a) Srº(a) ANTONIO ALDO SOARES ALVES, tramitando perante o(a) **04ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**.

Teresina (PI), 19 de dezembro de 2019.

  
EDNAN SOARES COUTINHO  
ADVOGADO OAB/PI 5367/07

  
Ednan Soares Coutinho  
OAB/PI 5367/07



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 20/12/2019 09:00:21

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912200900215390000007379546>

Número do documento: 1912200900215390000007379546

Num. 7723455 - Pág. 1



## SUBSTABELECIMENTO

**EDNAN COUTINHO**  
Advogado Associado  
CNPJ: 09.248.608/0001-04

OS ADVOGADOS DR. HERISON HELDER PORTELA PINTO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 5367/07 e EDNAN SOARES COUTINHO advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 1841/88 SUBSTABELECEM, COM RESERVA DE IGUAIS, NA PESSOA DOS ADVOGADOS (A):

ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7.734, ALEXANDRA BEZERRA DE SOUSA OAB/PI SOB O N.º 9051, ANDRESSA STERPHANNIE AMARAL DE ESCORCIO SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 14.239 AGEU ALVES DE SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 13.784, ALANA CELINA BATISTA LIMA - OAB/PI SOB O N.º 14.148, ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR - OAB/PI SOB O N.º 7.734 - ANDREY CARLOS SILVA SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 12.549, ANTONIA MARIELE CIRLEY MARTINS RODRIGUES - OAB/PI SOB O N.º 11583, ARTUR DA SILVA BARROS - OAB/PI SOB O N.º 13.398, ATUALPA RODRIGUES DE CARVALHO NETO, OAB/PI SOB O N.º 14.026, BRUNO LOPES BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 15.626, CAMILA MESQUITA BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 12.69, CAMILLA FARIAS DE C. VIEIRA- OAB/PI SOB O N.º 10688, CLODOMIR CASTRO BRAGA-OAB/PI SOB O N.º 8690, DANIEL JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO CORREIA OAB/PI SOB O N.º 4825, DANILO RIBEIRO CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 8.697, DENIS RIBEIRO CARVALHO OAB/PI SOB O N.º 16.621, DOUGLAS HALEY FERREIRA DE OLIVEIRA-OAB/PI SOB O N.º 10.281, EDSON RENAN DA SILVA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 9930, EGON CAVALCANTE SOARES -OAB/PI SOB O N.º 14.644, ELKENIELLE MENDES FEITOSA-OAB/PI SOB O N.º 4.313, FAGNNER PIRES DE SOUSA, OAB/PI SOB O N.º 8960 FÁBIO SOARES GOMES-OAB/PI SOB O N.º 15.459, FELIPE CARVALHO DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 13.379, FERNANDO ÍTALO SÁ VARANDA -OAB/PI SOB O N.º 18023, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 11.420, FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO MADEIRA CAMPOS NETO-OAB/PI SOB O N.º 14350, FÁBIO SOARES GOMES OAB/PI SOB O N.º 15.459 FLÁVIA LETÍCIA COELHO VIANA-OAB/PI SOB O N.º 9.947, FRANCISCO GESSIÊ DA ROCHA VIANA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 9.456, FREDSON OLIVEIRA VIEIRA -OAB/PI SOB O N.º 15.976, GLEYSON VIANA DE CARVALHO -OAB/PI SOB O N.º 4.442, GILCELLO COELHO COSTA RIBEIRO OAB/PI SOB O N.º 12.713, GLIMÁRIO RIBEIRO DE ALMEIDA-OAB/PI SOB O N.º 14.060, HARISON MOURÃO MILANES -OAB/PI SOB O N.º 14688, HILSON CUNHA NOGUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.870, IVAN BANDEIRA DE MELO DE DEUS -OAB/PI SOB O N.º 11.772, JACINTO VIEIRA DE BRITO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 12.570 JOSÉ DEODATO VIEIRA NETO -OAB PI SOB O N.º 18.013 JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR-OAB PI SOB O N.º 7722, JOSÉ FELIPE LUSTOSA DE SOUSA-OAB/PI SOB O N.º 11.260, JOSIANNE SARAIVA BARBOSA DA SILVA -OAB/PI SOB O N.º 13592, LUANA DA CUNHA LOPES-OAB/PI SOB O N.º 9.152, LUAN FERNANDES DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 16.267, LUCAS BARBOSA DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 7.994, LUIS ÂNGELO DE LIMA E SILVA-OAB/PI SOB O N.º 6.722, LURDIANA GOMES DO NASCIMENTO-OAB/PI SOB O N.º 9.878, MÁRCIA RAVENA PACHECO MARTINS MOURA-OAB/PI SOB O N.º 9.041, MATHEUS TERSANDRO DE CASTRO BRANDÃO-OAB/PI SOB O N.º 13.778, MARIANO GIL CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA -OAB/PI SOB O N.º 17.066, MARÍLIA DIAS SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 16.412, MARIA VITÓRIA DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 9.598, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO CERQUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.266, MARCELO CARVALHO RODRIGUES -OAB/PI SOB O N.º 12.530, MARIANY DOS REIS ARAÚJO DE SOUSA-OAB PI SOB O N.º 15.285, MAYARA DE MOURA MARTINS-OAB PI SOB O N.º 11257, MILTON LUSTOSA NOGUEIRA DE ARAÚJO NETO-OAB PI SOB O N.º 14.347, MIKHAIL DE MORAIS VERAS DA FONSECA-OAB/PI SOB O N.º 12.825, MÔNICA ROCHA LUZ -OAB/PI SOB O N.º 7.640, NAPOLEÃO SOARES DO NASCIMENTO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7936, NÁDIA TALITA TAVARES DE SANTANA-OAB/PI SOB O N.º 13.294, PAULA ESTER PEREIRA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 11961, PAULA APARECIDA GUIMARAES COSTA SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 12.847, PAULO HENRIQUE NASCIMENTO DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 17081, PAULA REGINA DE CARVALHO SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 7.839, RACHEL RODRIGUES MACHADO BARROS-OAB/PI SOB O N.º 14487, REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º OAB/PI 10.317, RENATO ALVES DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 17.294, RICELLY LUIZ DE BRITO OLIVEIRA TRINDADE-OAB/PI SOB O N.º 13.721, ROMILSON MEDEIROS ROCHA - OAB/PI 8709, ROMULO SILVA SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 10.133, SUSANA MARIA UCHÔA DE OLIVEIRA LEITE-OAB/PI SOB O N.º 7.793, TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA-OAB/PI SOB O N.º 9.106, THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA -OAB/PI SOB O N.º 7558, THIAGO CARTUCHO MADEIRA CAMPOS-OAB/PI SOB O N.º 7.555, UBIRACI ALMEIDA BONFIM - OAB/PI 11584, WHALLEF BERNARDES LOPES -OAB/PI SOB O N.º 18.373, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO-OAB/PI SOB O N.º 9.640, ZULMIRA DO ESPÍRITO SANTO CORREIA-OAB/PI SOB O N.º 4.385 E VALDENICE GOMES CELESTINO -OAB/PI SOB O N.º 12.112

Os poderes que lhe foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, n.º 74,5º andar, inscrita no CNPJ SOB N.º 09.248.608/0001-04, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move ANTONIO ALDO SOARES ALVES, em curso perante a(o) **04ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**. Nos autos do Processo N.º 08335178920198180140. Contudo - para que se produza os efeitos legais - o nome a ser registrado na capa dos autos do processo em epígrafe é do advogado - **DRA. EDNAN SOARES COUTINHO - OAB/PI N.º 1841** - com endereço profissional situado na Rua Barroso, 646/N, Centro, Teresina (PI), CEP 64000-130 - devendo este ser comunicado de eventuais intimações de praxe (inclusive publicações oficiais) - **SOB PENA DE NULIDADE**.

Teresina (PI), 19 de dezembro de 2019.

HERISON HELDER PORTELA PINTO  
ADVOGADO OAB/PI 5367/07

Ednan Soares Coutinho  
Ednan Soares Coutinho  
OAB/PI 1841/88

Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 20/12/2019 09:00:21

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122009002170500000007379547

Número do documento: 19122009002170500000007379547

Num. 7723456 - Pág. 1



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**

**Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830**

**PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140**

**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**

**AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**Nome: ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

**Endereço: Avenida Dinha Aragão, 308, centro, São MIGUEL DO TAPUIO - PI - CEP: 64330-000**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: Rua Coelho de Resende, 530, (Zona Sul), Centro, TERESINA - PI - CEP: 64001-370**

**DESPACHO-CARTA**

**Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a RÉU:**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ciente do conteúdo abaixo:**

**DESPACHO-CARTA**

01 – Em face da fundamentação expendida na inicial, da qual se extrai alegação de hipossuficiência financeira da parte autora, defiro a gratuidade da justiça para a tramitação do processo nesta fase (CPC, art. 99, §3º). Por outro lado, havendo alteração na situação financeira da suplicante, o tema será reavaliado no curso do processo ou em sede de sentença.

02 – Presentes os requisitos essenciais da inicial e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, bem assim considerando que a matéria em discussão se apresenta passível de resolução consensual, designo audiência de conciliação/mediação para o dia 27 de janeiro de 2020, às 8h30min, na sala de audiência desta Vara, no Fórum local. Cite-se o réu com pelo menos 20 dias de antecedência para comparecer à audiência (CPC, art. 334) e intime-se o autor(a) para comparecer ao referido ato, via advogado (CPC, art. 334, §3º).

03 – O réu poderá oferecer contestação/resposta, por petição, no prazo de 15 dias, cujo termo inicial será a data:

a) - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;





b) - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, incisol;

c) - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos, tudo conforme dispõe o art. 335 do Código de Processo Civil.

04 – Conste do mandado que **o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, bem assim que as partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, §§ 8º e 9º do art. 334).** Conste, também, que, se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (CPC, 344).

**DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO-CARTA E COMO MANDADO, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.**

Expedientes necessários. Intime(m)-se.

TERESINA-PI, 26 de novembro de 2019.

**EDSON ALVES**  
**Juiz de Direito da 10ª Vara Cível**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

---

PROCESSO Nº: 0833517-89.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação processual, verificando, também, que a parte autora requereu os benefícios da gratuidade da justiça, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 22 de novembro de 2019.

**BARTOLOMEU FERREIRA DE ALMEIDA**

**Secretaria da 10ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



## PETIÇÃO INICIAL E DOCS EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA  
CÍVEL COMARCA E CIDADE DE TERESINA - PIAUÍ.**

**ANTÔNIO ALDO SOARES ALVES, BRASILEIRO, CASADO, LAVRADOR, RG 95545 SSP/PA, CPF 200.900.053-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NA AVENIDA DINHA ARAGÃO, 308, CENTRO, SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PIAUÍ, CEP 64.330-000**, por seu procurador e advogado que esta subscreve, procuração em anexo, com endereço profissional à Rua Paraguai, 3459, Três Andares, Teresina – Piauí, CEP 65017-670, vem, mui respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência, requerer

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT**

em face da **LÍDER ADMINISTRADORA DO SEGURO DPVAT – CNPJ 09.248.608/0001-04** (localizável na nesta capital na autorizada **MAPFRE SEGUROS** especializado em Corretores de Seguros), com endereço Rua Coelho de Resende, 530 - Centro, Teresina - PI, 64001-370, pelas razões a seguir aduzidas:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

O Autor é Lavrador e beneficiário do Programa Bolsa Família, não possuindo, portanto, condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Por tais razões, com fulcro no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal e



pelo artigo 98 do CPC, requer seja deferida a AJG ao requerente. (Declaração de Renda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Tapuio, em anexo.

## 1-DOS FATOS

O Promovente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 12/05/2019, por volta das 07:00h, na Localidade Cumbe de Baixo, na zona rural de Castelo do Piauí, envolvendo o veículo MOTO HONDA CG 125, PLACA ODU-0100, CHASSI 9C2JC2500YR105915, COR VERDE, o mesmo: ***“A VÍTIMA INFORMA QUE NO DIA E HORÁRIO ACIMA DESCRITO QUANDO CONDUZIA A SUA MOTO NA LOCALIDADE CUMBE DE BAIXO, EM CASTELO DO PIAUÍ, EM DIREÇÃO AOS TINGUINS A TRABALHO, O MESMO PERDEU O CONTROLE NA ESTRADA CARROÇAL E DERRAPOU VINDO A CAIR, TENDO FRATURA NO OMBRO CONFORME LAUDOS EM ANEXO: NA OCASIÃO O DECLARANTE FOI SOCORRIDO POR UM POPULAR QUE PASSAVA NO LOCAL; QUE FOI ENCAMINHADO AO HOSPITAL LOCAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO E DEVIDO A GRAVIDADE DAS LESÕES FOI ENCAMINHADO AO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS, EM TERESINA/PI”***, fato este registrado pela autoridade policial como consta o Boletim de Ocorrência em anexo.

Diante do ocorrido, a vítima ora demandante é beneficiária do valor correspondente ao seguro DPVAT, conforme boletim de ocorrência e documentos relatórios do Hospital GETÚLIO VARGAS e HOSPITAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO, pois o mesmo necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares, bem como realizou cirurgia no Ombro Direito (Úmero Direito), no HGV. Em anexo.

De se registrar, ainda, que conforme **Laudo (Exame Físico)**, assinado pelo Médico Jader Jesus José Ataíde CRM-PI 807, em 18/11/2019, relata que o ***“ Paciente apresentando fratura do colo do Úmero Direito consolidada com fixação por placa e parafusos metálicos. Apresenta atualmente limitação de movimento no membro afetado”***.

Como se vê nos documentos hospitalares fornecidos pelos hospitais e médicos acima citados, o acidente automobilístico resultou debilidade com limitações funcionais.



Cumpra informar, ainda, que até a presente data o demandante possui dificuldades de locomoção em razão da fratura do ombro direito ocasionada pelo referido acidente.

O demandante tem direito ao valor correspondente ao seguro DPVAT, entretanto o mesmo nunca recebeu o referido seguro, pois teve seu pedido administrativo negado pela Ré. ABSURDO!

Desta monta, com o fito de obter a reparação da situação elencada, a parte demandante postula, em razão da *jurisdictio* do Estado, a devida prestação jurisdicional, por ser seu lido direito.

## 2-DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL

**EMENTA: SEGURO OBRIGATORIO. DPVAT. LEGITIMIDADE CONCORRENTE DE QUAISQUER SEGURADORAS INTEGRANTES DO CONVÊNIO JUNTO A FENASEG, INDEPENDENTEMENTE DO PEDIDO ADMINISTRATIVO PROCESSADO ANTERIORMENTE POR SEGURADORA DIVERSA DA DEMANDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

**(Recurso Civil Nº 71000694430, Segunda Turma Recursal Civil, Turmas Recursais, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 26/04/2006).**

**Cobrança do seguro DPVAT pode ser ajuizada no local do acidente, do domicílio do réu ou do autor.**

**STJ - 12/8/2011.**

**A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que o autor de ação para receber o seguro DPVAT pode escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento de ação decorrente de acidente de veículo: o do local do acidente, de seu domicílio ou ainda do domicílio do réu.**

**Apesar desse entendimento consolidado, os ministros do STJ ainda julgam conflitos de competência para decidir qual juízo deve julgar esse tipo de ação. Foi o que ocorreu com o caso**



de uma moradora de São Paulo, que ajuizou ação no Rio de Janeiro, local de domicílio da seguradora. De ofício, o juiz rejeitou a competência por entender que a ação deveria ser proposta onde a autora reside.

O Juízo da 6ª Vara Cível de Santo Amaro (SP), para onde foi enviado o processo, também rejeitou a competência para julgar a ação e submeteu o conflito negativo de competência ao STJ. O relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, observou que esse é um caso de competência relativa com base em critério territorial.

Como a exceção de incompetência não foi apontada pela seguradora e a incompetência foi reconhecida de ofício pelo juízo, o ministro aplicou a Súmula 33 do STJ: A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

Segundo Sanseverino, ainda que a incidência da súmula tivesse sido superada, o juiz do Rio de Janeiro não estaria com razão, tendo em vista a faculdade do autor da ação de escolher onde quer ajuizá-la.

Com essas considerações, em decisão individual, o relator conheceu do conflito para declarar a competência do juízo de direito da 16ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

### **3-LEGITIMIDADE PASSIVA**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.



Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

#### **4-DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor a ser recebido pela Promovente é proporcional ao dano, vez que ocorreu debilidade com limitação funcional, documentos hospitalares e relatórios, em anexo.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE  
AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT -  
ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE  
PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE  
PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO -





CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, por tanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despender; que em um caso como este, nunca cessarão.

Sendo assim, tem sim direito, o autor à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, a Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela. Diante de tudo o que sofreu a parte autora e que vem sofrendo, pois esta ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na



forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6194, é o mais justo ao seu caso.

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso do autor.

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência, Pareceres e relatórios hospitalar apresentados, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito da Promovente de receber a devida indenização do seguro obrigatório DPVAT.

Portanto, a Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

## 5- DO PEDIDO

Ante o exposto passa a requerer:

- a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, no importe total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação;
- c) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita a autora, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- d) Requer a aplicação da teoria da distribuição do ônus da prova. com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a



produção da prova pericial. tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal da Promovente;

f) A condenação da requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios, estes no importe de 20% (vinte por cento);

g) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do *Dr. Rauristênio Lima Bezerra, OAB/PI 13123*, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 236, parágrafo 1º do CPC;

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Teresina, 19 de novembro de 2019.

***Rauristênio Lima Bezerra***  
***OAB/PI 13123***



**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"****OUTORGANTE:**

NOME: ANTONIO ALDO SOARES ALVES  
ESTADO CIVIL: CASADO  
PROFISSÃO: LAURADOR  
IDENTIDADE: 95545 SSP PA CPF 200.900.053.68  
ENDEREÇO: AV. ANHA ARACÃO, Nº 308, CENTRO,  
SÃO MIGUEL DO TAPUIÓ - PI

**OUTORGADO(S):** RAURISTÊNIO LIMA BEZERRA, brasileiro, casado, advogado, OAB/PI nº 13.123, com endereço profissional situado na Rua Paraguai, 3459, Três Andares, Teresina-Piauí, CEP 64017-670.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia(m) e constitui(em) seu(s) bastantes procurador(es), o(s) advogado(s) acima qualificados, a quem confere(m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula **AD-JUDICIA E EXTRA**, a fim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possa(m) defender os interesses e direitos do(s) outorgante (s) em qualquer repartição pública federal, estadual ou municipal, administrativamente, e/ou em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, receber intimações, confessar, reconhecer a procedência do(s) pedido(s), renunciar ao (s) direito(s), que se funda(m) a(s) ação(ões), acionar, desistir, transigir, transacionar, passar recibos, receber e sacar alvará judicial, dar quitação, em juízo ou extrajudicialmente, sobre o(os) negócio(s) do(a) Outorgante no que lhe for incumbido, podendo requerer, alegar, defender todo(s), o(s) seus direitos e justiça, em quaisquer demandas ou causas cíveis, trabalhistas ou criminais, movidas ou por mover contra o(s) outorgante(s), em que seja(m) autor(es) ou réu(s), podendo requerer citações, ajuizar ações de todas as espécies, contra quem de direito, apelar, agravar ou embargar, qualquer sentença ou despacho, assinar termo de Inventariante, partilhas amigáveis, oferecer exceções, libelo, embargos, suspeição, contraditar ou inquirir testemunhas, concordar, discordar ou impugnar cálculos, avaliações, descrição de bens, seguindo umas e outras, até final de decisão, usando todos os recursos legais em fim, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, pelo que reputo (amos) como bom firme e valioso.

Teresina - PI, 14 / 11 / 2019.

x Antonio Aldo Soares Alves

Outorgante





**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL	4.694.038	DATA DE EXPIRAÇÃO	20/10/17
NOME	ANTÔNIO ALDO SOARES ALVES		
NÚMERO	MARIA DOS SANTOS E SILVA ALVES		
NATURALIDADE	MANOEL MDAZI ALVES		
DOC. CANCEL	SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI	DATA DE INSCRIÇÃO	13/04/1962
CERT. CASAM.	3229 L 88 F 232		
EXP. SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI	10/08/01		
CNPJ	200.900.053-68		

**1368397**

LEI Nº 7.119 DE 2006 - DECRETO Nº 63.250/10

*Antônio Aldo Soares Alves*

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUIÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS

**CARTERA DE IDENTIDADE**

*Antônio Aldo Soares Alves*

**1368397**

**GOV. ALDO SOARES ALVES**

**1368397**





Av. \*\* Sueli Castelo Branco, 901 - Norte - Teresina - PI  
Estatual: 19.391.856-7 / CNPJ: 05.845.743/0001-22  
Internet: www.agespisa.com.br  
Atendimento ao Consumidor: 0800 00 8208

### Fatura Mensal

<b>Medição</b>		<b>Identificação</b>		<b>Referência</b>	
1110955-6		A120059101		JUL/2019	
<b>Nome do Cliente</b> ANTONIO ALDO S ALVES AVE DINHA ARAGAO, 308 SAO LUIS SAO MIGUEL TAPUIO 64330800 AG= 145					
<b>Relatório</b>		<b>Classificação de Uso</b>		<b>Intensidade</b>	
3/1		1		101 2 03 0145 0101-000	
<b>Data</b>		<b>Data</b>		<b>Data</b>	
21/06/2019		22/07/2019		31	
<b>Forma de Pagamento</b> FATURADO P/ CONSUMO NORMAL					
<b>Edif. Responsável</b> 01109556					
<b>Contas em Aberto</b> 10					
<b>Contas em Aberto</b> 11					
<b>Descrição de Fatura</b>					
Cód. Nome do Serviço Valor (R\$)					
AGUA 37,22					
MANUTENCAO HIDROMETRO 1,99					

**Observações** 29/07/2019 **Valor** 39,12

AVISO DE DEBITO! CONTAS: 3 VALOR: R\$113,49  
CONFORME Lei FEDERAL 11.445/2007 O SERVIÇO SERA SUSPENSO 30  
DIAS APÓS VENCIMENTO.

Parâmetro	Valor	Unid	Unid	Unid	Unid	Unid	Unid
Valor Mínimo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Máximo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Mínimo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Máximo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Mínimo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Máximo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Mínimo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Máximo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Mínimo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1
Valor Máximo Permitido	1,00	1	1	1	1	1	1

Preservar a qualidade da água. Lave os reservatórios do sistema antes de usar.

Manutenção

A AGESPISA NÃO VAI MAIS MANTER SERVIÇO DE ENTREGA DE CONTA  
ALTERATIVA. DE FINE 2 VIA SITE WWW.AGESPISA.COM.BR  
EVITE JOGAR LIXO NA REDE COLETORES. LIXO COLETADO PELA AGES  
PISA RECEBE PROCESSO DE TRATAMENTO ANTES DA DESTINAÇÃO FINAL





SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL DO  
TAPUIO-PI

Rua: Coletor José de Araújo 322, Centro. São Miguel do Tapuio - PI

CNPJ 12.174.157/0001-12

Tele fax: (0\*\*) 86 3249-1307

E-Mail: [sindtrab.rurais@capital.com.br](mailto:sindtrab.rurais@capital.com.br)

## DECLARAÇÃO DE RENDA

Declaro Para os devidos fins junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais que a Sr.  
Antonio Aldo Soares Alves, Brasileiro, Casado Civil, CPF: 200.900.053-68,  
RG:4.694.038 -SSP-PI, Filiado Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Com o  
N.5.126 Filiado Desde 15/10/1983 residente e domiciliado na Avenida Dinha  
Aragão N. 308 Bairro Centro deste Município de São Miguel do Tapuio - PI. O  
mesmo depende unicamente de uma renda Fixa de (87,00) Oitenta e Sete  
Reais mensal proveniente do Programa do Governo Federal (Bolsa Família) Como  
essas informação São verdadeira passo assinar esse documento sobre a pena da lei.  
Código penal Brasileiro Art.299.

São Miguel do Tapuio – PI 19 de novembro de 2019

Antonio Francisco Pereira da Silva  
Presidente  
Sec do Assessorado Rurais  
CPF: 402.645.193-00

Atenciosamente

  
Antonio Francisco Pereira da Silva  
Presidente







Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

780 v. 1.1

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 128567.000475/2019-72**

Unidade de Registro: DP DE CASTELO DO PIAUÍ

Resp. pelo Registro: Edilson Pereira Lima

Data/Hora: 14/08/2019 - 10:19

**DADOS DA OCORRÊNCIA**

Unidade Policial Responsável

DP DE CASTELO DO PIAUÍ

Data/Hora

12/05/2019 - 07:00

Tipo Local

CRUZAMENTO

Município

CASTELO DO PIAUÍ

Endereço

VIA PÚBLICA, Nº:

Complemento

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Ponto de Referência



**DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS**

Nome: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

Endereço: AVENIDA DINHA ARAGÃO, Nº 308

Bairro: CENTRO

Cidade: SÃO MIGUEL DO TAPUIO

**NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA**

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

**VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)**

Marca:

Modelo:

Ano: Placa:

Chassi:

Renavam:

Cor:

1 - HONDA, CG 125

ODU0100 9C2JC2500YR105915

Verde

Condutor: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

End: AVENIDA DINHA ARAGÃO Número: 308 Complemento:

Cidade: SÃO MIGUEL DO TAPUIO UF: PI Bairro:

Proprietário: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Cidade: CASTELO DO PIAUÍ UF: Bairro:

**RELATO DA OCORRÊNCIA**

A VITIMA INFORMA QUE NO DIA E HORARIO ACIMA DESCRITO QUANDO CONDUZIA A SUA MOTO NA LOCALIDADE CUMBE DE BAIXO, EM CASTELO DO PIAUÍ, EM DIREÇÃO AOS TINGUINS A TRABALHO, O MESMO PERDEU O CONTROLE NA ESTRADA CARROÇAL E DERRAPOU VINDO A CAIR, TENDO FRATURA NO OMBRO CONFORME LAUDOS EM ANEXO; NA OCASIÃO O DECLARANTE FOI SOCORRIDO POR UM POPULAR QUE PASSAVA NO LOCAL; QUE FOI ENCAMINHADO AO HOSPITAL LOCAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO E DEVIDO A GRAVIDADE DAS LESÕES FOI ENCAMINHADO AO HOSPITAL GETULIO VARGAS, EM TERESINA/PI; QUE SE RESPONSABILIZA PELO TEOR DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NA DELEGACIA DE POLICIA.

Edilson Pereira Lima - Mat.  
AGENTE DE POL.

ANTONIO ALDO SOARES ALVES - Noticiante  
Responsável pela Informação

Edilson Pereira Lima  
Pol. em Gração e Seg. Pública  
Mat. 128567-8 - APC

Lacy Vitor Leal Paranhos  
Delegado Geral da Polícia Civil  
Mat.: 195.153-7





1 CORRETORA  
DE SEGUROS  
03 SET 2019  
DPVAT

1012750274 1012750274

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES E VIABILIDADE

ANTONIO ALDO SOARES ALVES

CPF: 00348952791  
DATA NASCIMENTO: 19/11/1999  
SEX: M  
ESTADO CIVIL: CASADO  
NOME DO CÔNJUGE: MARIA DO CARMELO  
ENDEREÇO: RUA ALVES, 123 - JARDIM PAZ, 01234-567  
CITY: SÃO PAULO - SP

DATA EMISSÃO: 26/06/2019  
VIGÊNCIA: 26/06/2019 A 26/06/2020

1012750274

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR AUTOMÓVEIS DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A TRANSPORTÁVEIS DO NÚMERO - SEGURO DPVAT

PI Nº 014207497826 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTÉ É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

2019 26/06/2019

PREMIO TARIFARIO

000,00	000,00	000,00
000,00	000,00	000,00
000,00	000,00	000,00

16/05/2019

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR AUTOMÓVEIS DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A TRANSPORTÁVEIS DO NÚMERO - SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI Nº 014207497826

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

1 00348952791 2019

ANTONIO ALDO SOARES ALVES

PLACA: 00090005368

9C2JC2500YR105915

GAOLINA

1999 2000

HONDA/CG 125 TITAN

02P/0124CC

VERDE

26/06/2019

CONTRAM

DETRAN



## SINISTRO 3190511924 - Resultado de consulta por beneficiário

VITIMA ANTONIO ALDO SOARES ALVES

COBERTURA Invalides

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO PACHECO

JUNIOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP



BENEFICIÁRIO ANTONIO ALDO SOARES ALVES

CPF/CNPJ: 200900053611

Pagção em 05-11-2019 08:28:36

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

### Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
10/11/2019	PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO	
20/10/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	





**SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO PIAUÍ**  
**HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ FURTADO DE MENDONÇA**

CNPJ: 06.553.564.0007-23

RUA COLETOR JOSÉ ARAÚJO, S/N – Centro

**LAUDO MÉDICO**

**Nome:** Antônio Aldo Soares Alves  
**Idade:** 57 anos  
**Endereço:** Av. Dinha Aragão, 308  
**Bairro:** Centro  
**Município:** São Miguel do Tapuio – PI  
**CEP:** 64.330-000

**Exame Físico**

Paciente apresentando fratura do colo do Úmero direito consolidada com fixação por placa e parafusos metálicos. Apresenta atualmente limitação de movimento no membro afetado.

São Miguel do Tapuio – PI, 18/11/2019



**JADER JESUS JOSÉ ATAÍDE**  
**MÉDICO**  
**CPF: 077.075.253-53**  
**CRM-PI: 807**



Jader Jesus José Ataíde  
MÉDICO  
CRM-PI 807-CC-077.075.253-53



**SUS****Nº 0165502**

Carimbo do Estabelecimento Solicitante

**HOSPITAL GETULIO VARGAS**  
AV. FREI SERAFIM, 2352**Central de Regulação de Consultas**

Ficha para Agendamento de Consulta		Especialidade		Nº Cartão SUS	
Otorrinolaringologia - Dr. Anderson					
Nome do Paciente (preencher sem abreviar)				Raça/Cor	
Antonio Alôis Soares Alves					
Nascimento		Idade		Sexo	
/ /		57		<input checked="" type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	
Nome da Mãe				RG / CPF	
Endereço (Logradouro, Número/Lote)					
Bairro					
Complemento					
Município					
UF					
Fones					
Dados Clínicos					
Pos. epistomário					
Dr. Aquiles Aguiar Médico M.F.P. 2000					
Data: 03/06/19				Carimbo/Assinatura do Profissional de Saúde	
Dados do Agendamento					
Local de Atendimento					
Endereço (Logradouro, Número/Lote)					
Nome do Profissional de Saúde					
Data e Hora p/ Comparecimento				Carimbo/Assin. Respons. pelo Agendamento	
/ / às :					
CARTÃO USUÁRIO.					
Compareça à unidade de Saúde 30 (trinta) minutos antes da hora marcada.					
Se entregue esta ficha se houver atendimento.					
Se você não for consultado, retorne ao posto mais próximo para que seja agendada nova consulta.					
Nº DA AUTORIZAÇÃO					





**RECEITUÁRIO**  
USO EXCLUSIVO NA  
REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

1ª VIA - FARMÁCIA  
2ª VIA - PACIENTE

**Identificação da Unidade de Saúde**

CNPJ 06.553.564/0104-43

**Hospital Getúlio Vargas**

Av. Frei Serafim, 2352 - Centro - CEP 64.001-020  
Fone: (98) 3221-3240 - Teresina - PI

Paciente: Antônio Augusto Soares Lima

Endereço: \_\_\_\_\_

USO ORAL

**Cefalexina 500mg** \_\_\_\_\_ 28 comp  
Tomar 1 comprimido via oral 6/6hs por 7 dias

**Arflex Retard 200mg** \_\_\_\_\_ 1Cx  
Tomar 1 cápsula via oral 1x ao dia por 7 dias

**ORIENTAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO PÓS CIRÚRGICO:**

O paciente deve procurar o Serviço Único de Saúde (SUS) para acompanhamento ambulatorial do tratamento realizado nesta instituição, devendo o mesmo marcar consulta de retorno para daqui a 10 dias. O acompanhamento poderá ser realizado por ortopedistas que atendam em clínicas e instituições conveniadas ao SUS ou pelo médico ortopedista que realizou o procedimento.

**Clínicas e instituições que atendem pelo SUS:** Ambulatórios da rede municipal de saúde, Ambulatório do Hospital Getúlio Vargas, Centro Integrado de Saúde Lineu Araújo, Hospital da Polícia Militar e clínicas conveniadas ao SUS.

Cirurgia Realizada pelo Dr. Antônio Augusto Soares Lima

Teresina 03/06/19

Dr. Antônio Augusto Soares Lima  
Médico  
CRM-PI 5809  
Carimbo e Assinatura do Médico







## SUMÁRIO DE ALTA HOSPITAL GETULIO VARGAS

Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040  
Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Atendimento:  
**984387**

Paciente:	ANTONIO ALDO SOARES ALVES			Idade:	57 Anos 1 Mês 15 Dias	Sexo:	M	Prontuário:	482645
Endereço:	AV DINHA ARAGAO			Nº:	308	Bairro:	merc:	Cidade:	SÃO MIGUEL DO TAPUIO
UF:	PI	DT. Nasc:	13/04/1962	Profissão:	TRABALHADOR RURAL	Telefone:	86 - 9811.70168	CPF:	200.900.053-68
								Cartão SUS:	203877489320007

Internação:	Alta	03, 06, 19	às	12:00	Permanência:
28/05/2019					

Diagnósticos:	Situação na Admissão:
CID Principal: 5 4 2 2	Transtorno de ansiedade
CID Secundário:	
CID Causa Morte:	

Evolução e Situação na Alta: *paciente em tratamento com medicação e acompanhamento psicológico*

Medicações Utilizadas:

Cirurgia: Data: 01/06/19 Tipo: *Procedimento cirúrgico de emergência*

Planejamento Pós Alta ou Motivo da Transferência: *paciente em tratamento com medicação e acompanhamento psicológico*

Tipo de Alta: ☐ 1.1.1. Curado ☒ 1.2. Melhorado ☐ 1.4. Pedido ☐ 1.5. Alta com prev. retorno ☐ 1.6. Evasão  
☐ 1.8. Outro Motivo ☐ 1.9. Alta pac.agudo ☐ 3. Transferência ☐ 4. Óbito ☐ 5. Administrativo

Transferência:

Vaga cedida por:

Transporte:

Nome:

Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residência

Dr. André Siqueira  
Médico  
CRM-PI 5509



FEPISERH  
FEDERAÇÃO DE EMPREGADOS  
DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ  
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
Av. Frei Serafin, 2352-Centro  
CEP:64.001-000 Teresina-PI.  
CNPJ:06.553.564/0104-43



## ATESTADO MÉDICO

ATESTO que o segurado Antonio Aldo Soares Alves

portador da Carteira Profissional \_\_\_\_\_

Série \_\_\_\_\_, necessita de 60 (sessenta)

dias de afastamento do trabalho a partir desta data por motivo de doença.

CID 5 4 2 2

H6V

Hospital ou Ambulatório

th. 03 de junho 2019

Localidade e Data

C&E

Dr. Agostinho Nogueira  
Médico  
CRM-PI 5809

Ass. do Médico - CRM nº \_\_\_\_\_

NOTA: Este atestado é válido para as finalidades previstas no Art. 86 do RGPS, aprovado pelo Decreto Nº 60.501 de 14/03/67 e será expedido para justificativa de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.

MOD. 128





Paciente 482845 - ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Idade: 57

Data de Nascimento:

Procedido: Assistente: LAD TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA

Conselho / Número Cons.: CRM 2660

Função: MEDICO(A)

## RELATÓRIO DE EVOLUÇÃO

Atendimento 984387

Leito: PNEU ENF-117 L-03

Admissão: 28/05/2019 15:36

Convênio: SUS - INTERNACAO

Plano: PLANO UNICO

EVOLUÇÃO: 835376 (FECHADO)

Responsável: WALKYRIA PEREIRA FERREIRA - COREN  
267124 / ENFERMAGEM

Data de Referência:

02/06/2019

Data/hora do Documento:

02/06/2019 10:42

Paciente segue no 1º DFO tto cirurgico de fratura de úmero D. Consciente, orientado, receptivo ao diálogo. Eupneica  
sem aporte de O2. Dieta oral com boa aceitação. Diurese espontânea.

WALKYRIA PEREIRA FERREIRA  
COREN 267124

Antes de ser dar em FO, segue consciente  
e orientado, eufórico, eufórico. FO cl. orientado  
e orientado. Campo de vis. sob am. msc. Segue  
sob a orientação de enfermagem.



HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 02/06/2019  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO MAT. 312845





14.11.5.10

17.04.12

18.05.18

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
COORDENAÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO  
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA QUIRÚRGICA

Identificação (SAGIT-M)	Confirmações (TMS-OUT)	Registro (CIED-OUT)
<p><b>Identificar com o paciente:</b></p> <p>Identidade (nome e data de nascimento): ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Idade: ( ) Sim - Quantas horas? ( ) Não</p> <p><b>Procedimento programado</b></p> <p>Sítio demarcado: ( ) Sim ( ) Não se aplica</p> <p>Uter dispositivo médico? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Está na sala e conferido?</p> <p>Consentimentos informados preenchidos e assinados:</p> <p>Para a anestesia: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Para a cirurgia: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Exames de imagem essenciais estão disponíveis?</p> <p>Qualificação pré-anestésica realizada (ficha no prontuário):</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>Medicamentos disponíveis para a anestesia disponíveis na sala?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>Monitor cardíaco e Oxímetro de pulso no paciente e funcionando?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>O paciente possui alergia?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>Qual? <u>nenhuma</u></p> <p>O paciente tem via aérea difícil ou risco de aspiração?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>Equipamentos para assistência disponíveis? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>O paciente tem risco de perda sanguínea &gt; 500 ml (cirurgia &gt; 7 ml/kg)? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Tem acesso endovenoso adequado? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Tem reserva de sangue <u>400ml</u> ( ) Sim ( ) Não</p>	<p><b>Verificar se todos os membros da equipe se apresentaram (nome e função):</b></p> <p>Todas as responsabilidades confirmaram verbalmente ( ):</p> <p>( ) Identificação do paciente (nome e data de nascimento)</p> <p>( ) Procedimento programado</p> <p>( ) Sítio Cirúrgico demarcado</p> <p>Placa de bisturi posicionada corretamente:</p> <p>( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p> <p>A profilaxia antimicrobiana foi realizada nos últimos 60 minutos?</p> <p>( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p> <p>Antecipação de eventos críticos:</p> <p>Equipe cirúrgica: alguma etapa crítica prevista?</p> <p>( ) Sim - Qual?</p> <p>( ) Não</p> <p>Equipe de anestesia: alguma prescrição específica com o paciente?</p> <p>( ) Sim - Qual?</p> <p>( ) Não</p> <p>Checkagem da equipe de enfermagem:</p> <p>Todos os instrumentais estão disponíveis?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>Todos os instrumentais estão esterilizados?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>Todos os equipamentos necessários estão disponíveis?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p>	<p><b>Verificar se todos os medicamentos administrados foram registrados e contados?</b></p> <p>( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p> <p>Todos os encaminhamentos médicos para os cuidados no pós-operatório realizados estão corretos?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>Tem algum problema com o paciente que deve ser resolvido?</p> <p>( ) Sim - Qual?</p> <p>( ) Não</p>

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 18.05.18  
Erika Maria Almeida Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO SAG: 0150654

MOD.135-HGV





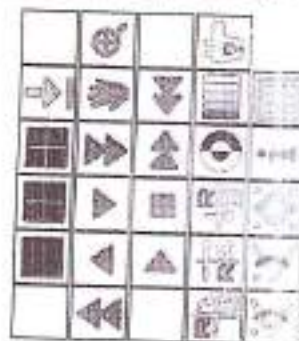
Data do Estudo: 2019-05-29

10-01

Study Description:: Ombro

C

Ab interna Rot



HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM ORIGINAL  
EM 01/08/69  
Edna Maria de Souza Silva  
CÓPIA DE PROTOCOLO Nº 11085-0

[illegible]

# SUMÁRIO DE ALTA HOSPITAL GETULIO VARGAS

Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040  
Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Atendimento:  
**984387**

Paciente: <b>ANTONIO ALDO SOARES ALVES</b>		Idade: <b>57 Anos 1 Mês 15 Dias</b>	Sexo: <b>M</b>	Prontuário: <b>482545</b>
Endereço: <b>AV CINHA ARAGAO</b>		Nº: <b>308</b>	Bairro: <b>centro</b>	Cidade: <b>SAO MIGUEL DO TAPUIO</b>
UF: <b>PI</b>	DT. Nasc: <b>11/04/1962</b>	Profissão: <b>TRABALHADOR RURAL</b>	Telefone: <b>86 - 9811.70168</b>	CPF: <b>200.900.053-68</b>
Internação: <b>28/05/2019</b>		Alta: <b>03/06/19</b>	às: <b>12:00</b>	Permanência: <b>06</b>

Diagnósticos:

CID Principal: ☐ ☐ ☐ ☐

CID Secundário: ☒ ☒ ☒ ☒

CID Causa Morte: ☐ ☐ ☐ ☐

Situação na Admissão: **Exatidão do diagnóstico**

Evolução e Situação na Alta: **Paciente melhorado nos exames e exames físicos sem alterações patológicas**

Medicações Utilizadas:

Cirurgia: Data: **01/06/19** Tipo: **do crânio para a coluna de tórax**

Planejamento Pós Alta ou Motivo da Transferência: **Acompanhamento Ambulatorial**  
**Quintal**

Tipo de Alta: ☐ 1.1.1. Curado ☒ 1.2. Melhorado ☐ 1.4. Peido ☐ 1.5. Alta com prev. retorno ☐ 1.6. Evasão  
☐ 1.5. Outro Motivo ☐ 1.9. Alta pagadora ☐ 3. Transferência ☐ 4. Óbito ☐ 5. Administrativo

Transferência:

Vaga cedida por:

Transporte:

Notas:

**Dr. Aquino Viegas**  
Médico  
CRM-PI 5509  
Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residente

**HOSPITAL GETULIO VARGAS**





ESTADO DO PIAUÍ  
Prefeitura Municipal de São Miguel do Tapuio  
SECRETARIA MUNICIPAL MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Leônidas Mello, S/N Centro CNPJ 01.734.317/0001-14  
Fone: (86) 3248-1314 São Miguel do Tapuio - PI



ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA  
RECEITUÁRIO

Paciente: Luciana Tânia Gomes Lima

Uso: Intermitente

1) Uso: Intermitente 1 comprimido 1 vez  
diariamente após as refeições  
intermitente: 1 comprimido (após as refeições)

Data: 11 / 05 / 2017

Assinatura do Profissional

**"Respeito a nossa gente"**





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ  
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

BOLETIM DE CIRURGIA

0608060190

Nome: Doutor Pedro LEITO: 117-03 PRONTUÁRIO: 68.2695  
Endereço: rua da ... DATA DE NASC: 15.04.62

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Furto de ...

COMPLICAÇÕES CLÍNICAS PRÉ-CIRURGIA: \_\_\_\_\_

DATA: 15.06.12 N° SALA: 09  
CIRURGIÃO: Dr. ... CRM-PI: \_\_\_\_\_  
ANESTESISTA: Dr. ...  
INSTRUMENTADORA: Edna ... CIRCULANTE: Adriano ...  
TÉCNICA E TÁTICA CIRÚRGICA: Retirada de ...

COMPLICAÇÕES TRANSOPERATÓRIAS: \_\_\_\_\_

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: \_\_\_\_\_

PERDA IMPORTANTE DE SANGUE DURANTE A CIRURGIA: ( ) SIM ( ) NÃO ESTIMADA \_\_\_\_\_  
FEZ PARA HISTOPATOLÓGICO: ( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

DATA: 15.06.12 HORA: 10:30  
CIRURGIÃO (Assinatura e Carimbo)

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM ORIGINAL  
EM 01/08/12  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO Nº: 610365



**MATERIAL UTILIZADO NO PROCEDIMENTO**

DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	UNID
<b>VEICULOS E SOLUCOES</b>			<b>AGULHAS E SERINGAS</b>	
SORO FISIOLOGICO 0,9% - ml	frasc		AGULHA DE RACQUE Nº	und
SORO FISIOLOGICO 0,9% - ml	frasc		AGULHA PERCUTANEA Nº	und
SORO FISIOLOGICO 0,9% - ml	frasc		AGULHA 25X7	und
REUSER LACTADO - ml	frasc		AGULHA 40X12	und
AGUA DESTILADA - ml	frasc		AGULHA DE INSULINA	und
AGUA PARA INECCAO 10 ml	frasc		ESCALP Nº	und
MANITOOL 5% 2000 ml	frasc		JELO Nº	und
PC/MADL	ml		SERINGA DE 60ml	und
AGUA OXIGENADA	ml		SERINGA DE 20 ml	und
ALCOOL 70%	ml		SERINGA DE 10 ml	und
P.V.P. I DESBRIMANTE	ml		SERINGA DE 5ml	und
P.V.P. TOPICO	ml		SERINGA DE 3ml	und
CLOREXIDINA	ml		SERINGA DE 1ml	und
BSS	frasc			
VOL/VISIA 8% 500ml	frasc		<b>DRENOS</b>	
			DRENO DE PENHOZE Nº	und
			DRENO DE SUCCO Nº	und
			DRENO DE TORAX Nº	und
			DRENO DE KHER Nº	und
<b>FIOS</b>				
NAYLON Nº	Und			
NAYLON Nº	Und			
CAT GUT 8MM LES Nº	Und		<b>OUTROS MATERIAIS</b>	
CAT GUT CROMADO Nº	Und		LAMINA DE SUTURA Nº 24	und
CAT GUT CROMADO Nº	Und		LAMINA DE SUTURA Nº	und
ALGODAO C/ AGULHA Nº	Und		GASES	und
ALGODAO C/ AGULHA Nº	Und		ESPALMADO	und
VICRYL Nº	Und		NIQUELOS	und
VICRYL Nº	Und		ESPALMADO	und
PROLENE Nº	Und		ALGODAO	und
PROLENE Nº	Und		EQUIPO MICROSCOPAS	und
MONOCRYL Nº	Und		EQUIPO	und
PTG Nº	Und		EQUIPO P/ SANGUE	und
			TORNEIRINHA	und
			POURIN	und
<b>LUMES</b>			TRANSCUT	und
PROCEDIMENTO	PAR		ERUBOLAS - VIAS	und
ESTERIL Nº	PAR		ESLAVA P/ DESBRIMACO	und
ESTERIL Nº	PAR		CATETER DUPLO 17	und
ESTERIL Nº	PAR		CATETER VENCDO DUPLO LUMEN	und
			TUBO ENDOTRACHEA Nº	und
<b>SONOAGEM</b>			FILTRO BACTERIOLOGICO P/UTI	und
SONDA URETRAL Nº	Und		CAPA PARA TIGRO	und
SONDA DE FOLEY 2V Nº	Und		CAPA PARA MICROSCOPAS	und
SONDA DE FOLEY Nº 3V	Und		LENTE RETEX OCULAR Nº	und
SONDA NASOGASTRICA Nº	Und			
SONDA NASOCENTRAL Nº	Und			
COLETOR DE URINA FECHADO	Und			
COLETOR DE URINA ABERTO	Und			
ALOCAINA GELEIA 2%	tub			
TOYDA RETAL Nº	und			
VASILINA	tub			

**ANOTAÇÕES E OCORRÊNCIAS**

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/11/2019  
Edna Maria Andrade Silva  
COPIA DE PROTOCOLO Nº 119335-8  
CIRCULANTE-COREN

HORA \_\_\_\_\_

INSTRUMENTADORA-COREN

*Edna*







SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ  
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO  
GERAL

Dados do Paciente		
Nome: ANTONIO ALDO SOARES ALVES	Nascimento: 13/04/1962	Estado Civil: Casado
Prontuário: 462645		
Cartão SUS: 203977469320007		

Observação: Caso o declarante não seja o paciente, preencher o espaço abaixo.

Representante / Responsável Legal	
Nome: ANTONIO ALDO SOARES ALVES	CPF: 20090005368
Estado Civil: Casado	
Parentesco: O MESMO	

Eu, \_\_\_\_\_  
(paciente ou responsável legal pelo paciente acima citado), que sou/é portador da doença \_\_\_\_\_  
devendo ser submetido ao tratamento e/ou procedimento de \_\_\_\_\_

DECLARO ter recebido todas as explicações necessárias sobre os riscos inerentes a minha doença/doença do paciente e ao tratamento e/ou procedimento que será/será submetido, tais como:

1. Mais exames
2. Mais medicamentos
3. Mais doentes
4. Mais de 20 minutos
5. Mais Anestesia

Estou ciente ainda que o presente termo de consentimento está em conformidade com a Lei 8.078/90 (Código de defesa do consumidor) e o Código de Ética Médica (artigo 22).

Teresina (PI), 28/05/2019

Antonio Aldo Soares Alves  
Assinatura do Paciente ou Responsável e RG

Janielson dos Reis Pires  
MÉDICO  
Assinatura do Médico Responsável - CRM

Av. Frei Serafim, 2352 - Centro/Sul - CEP: 64001-020 - Teresina - PI - Tel. 86-3221-3040

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/06/19  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO Nº: 013065



HISTÓRICO DE ENFERMAGEM

**IDENTIFICAÇÃO**  
Nome: Arturino Alido Soares Alves Data de Nascimento: 13/04/1962  
Local de origem: São Miguel do Tapuio - PI

**1 - ASPECTO SOCIO ECONÔMICO E ESPIRITUAL**  
Religião/crença: \_\_\_\_\_  
Profissão: Químico  
Escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) Ensino fundamental (X) Ensino médio ( ) Superior  
Aptidão de comunicação: ( ) Não (X) Sim  
Tipo de deficiência: (X) Não ( ) Sim, Qual? ( ) Visual ( ) Auditivo ( ) Motor  
2 ITENS POSITIVOS:  
ACIONAR SERVIÇO SOCIAL

**2 - ANTECEDENTES PESSOAIS (PRESENÇA DE DOENÇAS E/OU TRATAMENTO ANTERIOR)**  
Doenças: (X) Hipertensão Arterial ( ) Dislipidemia (X) Diabetes mellitus ( ) Insuficiência Renal Crônica / Aguda  
( ) Câncer ( ) Doença cardíaca ( ) Tabagismo (X) Etílico ( ) Usuário de drogas ilícitas ( ) Outro: \_\_\_\_\_  
Tratamento em uso: ( ) Não (X) Sim

POSSE	DOSE	VIA	HORÁRIO	NOME	VIA	DOSE	HORÁRIO
<u>Valproato</u>	<u>35mg</u>	<u>V.O</u>	<u>11h</u>				
<u>Sertralina</u>	<u>30mg</u>						

ACIONAR FARMACEUTICO

**3 - EXAME FÍSICO**  
Sinais vitais: \_\_\_\_\_  
Pulso: \_\_\_\_\_ ( ) Filiforme ( ) Cheio ( ) Rápido ( ) Arritmico T: \_\_\_\_\_  
Origem: ( ) Sim ( ) Não Dor: ( ) Não ( )

**4 - DADOS ANTROPOMÉTRICOS E ASPECTOS NUTRICIONAIS**  
Idade: 56 Anos Peso: 99 Kg  
Temperatura: ( ) Não (X) Sim, Peso ponderal: 4.0 Kg  
Hemoglobina: \_\_\_\_\_ G/L Hematócrito: \_\_\_\_\_ %  
Índice de massa corporal: \_\_\_\_\_ ( ) Normal ( ) Obesidade mórbida III (IMC > 50 Kg/m²)  
2 ITENS POSITIVOS  
ACIONAR A NUTRICIONISTA  
(Atenção nutricional)

**5 - NÍVEL DE CONSCIENTIZAÇÃO**  
(X) Desorientado (X) Orientado ( ) Desorientado ( ) Consciente ( ) Sonolento ( ) Sedado ( ) Torporoso

**6 - ESCALA DE COMA GLASGOW**  
1. Aberto: (X) Aberto ( ) Torcido ( ) Agitado ( ) Apático ( ) Eufórico  
( ) Comatado ( ) Tônico ( ) Outra alteração, Qual? \_\_\_\_\_  
2 ITENS POSITIVOS  
ACIONAR O PSICÓLOGO

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 21/04/19  
Edna Maria Andrade Silva  
Cópia de prontuário MAT. 010055





HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O SUPLENTE  
EM 11/11/2019  
Edna Maria Andreia Silva  
CÓPIA DE PROTOCOLO Nº 1100000006928048

<p><b>e) CABEÇA</b>          Couro cabeludo: <input checked="" type="checkbox"/> Sem anormalidades / <input type="checkbox"/> Ferimento / <input type="checkbox"/> Hematoma. Alterações: _____          Face: <input checked="" type="checkbox"/> Simétrica / <input type="checkbox"/> Assimétrica / <input type="checkbox"/> Ferimento / <input type="checkbox"/> Hematomas          Nariz: <input checked="" type="checkbox"/> Simétrico / <input type="checkbox"/> Assimétrico / <input type="checkbox"/> Sem anormalidades / <input type="checkbox"/> Secreção / <input type="checkbox"/> Lesão / <input type="checkbox"/> Epistaxe          Pupilas: <input checked="" type="checkbox"/> Isocóricas / <input type="checkbox"/> Anisocóricas / <input type="checkbox"/> Reativas / <input type="checkbox"/> Arreativas / <input type="checkbox"/> Mióticas / <input type="checkbox"/> Midríases / <input type="checkbox"/> Puntiformes / <input type="checkbox"/> Médias          Olhos: <input checked="" type="checkbox"/> Normal / <input type="checkbox"/> Hemorragia / <input type="checkbox"/> Ictéria da esclerótica / <input type="checkbox"/> Baixa acuidade visual / <input type="checkbox"/> Lentes corneais  <input type="checkbox"/> Processo inflamatório/infeccioso          Orelhas: <input checked="" type="checkbox"/> Normal / <input type="checkbox"/> Otite / <input type="checkbox"/> Lesão. Outros: _____          Boca: <input checked="" type="checkbox"/> Sem anormalidades / <input type="checkbox"/> Cãibras / <input type="checkbox"/> Falhas dentárias / <input type="checkbox"/> Prótese / <input type="checkbox"/> Lesão</p>		
<p><b>f) SISTEMA RESPIRATÓRIO</b>          Padrão: <input checked="" type="checkbox"/> Espirítico / <input type="checkbox"/> Irregular / <input type="checkbox"/> Tequípneico / <input type="checkbox"/> Dispneico / <input type="checkbox"/> Tiragem intercostal          Inspeção pulmonar: <input checked="" type="checkbox"/> Normal / <input type="checkbox"/> Diminuída / <input type="checkbox"/> Simetria / <input type="checkbox"/> Assimetria          Ausculta: Murmúrio vesicular: <input type="checkbox"/> Presente / <input type="checkbox"/> Diminuído / <input type="checkbox"/> Ausente          Ruidos adventícios: <input type="checkbox"/> Roncos / <input type="checkbox"/> Sibilos / <input type="checkbox"/> Estertores / <input type="checkbox"/> Tosse          Tipo: _____          Alterações: _____          Aporte de O2: <input type="checkbox"/> Trequeostomizado / <input type="checkbox"/> TOT / <input type="checkbox"/> VM / <input type="checkbox"/> Micronebulização / <input type="checkbox"/> O2 sob cateter nasal  <input type="checkbox"/> O2 venturi</p>		<p>ACIONAR O FILIOTERPEUTA QUANDO O PACIENTE APRESENTAR TERAPIA INTERCOSTAL</p>
<p><b>g) SISTEMA CARDIOVASCULAR</b>          Perifusão Periférica: <input checked="" type="checkbox"/> Normal / <input type="checkbox"/> Diminuída / <input type="checkbox"/> Cianose. Outros: _____          Ausculta cardíaca: <input checked="" type="checkbox"/> Normal / <input type="checkbox"/> Bradicardia / <input type="checkbox"/> Taquicardia. Ritmo: <input type="checkbox"/> Regular / <input type="checkbox"/> Irregular          Acesso Venoso: <input type="checkbox"/> Sim / <input checked="" type="checkbox"/> Não. Qual: _____          Faz uso de marcapasso: <input type="checkbox"/> Sim / <input checked="" type="checkbox"/> Não. Há quanto tempo: _____</p>		
<p><b>h) SISTEMA GASTROINTESTINAL</b>          Abdomen: <input type="checkbox"/> Flácido / <input type="checkbox"/> Tenso / <input type="checkbox"/> Plano / <input checked="" type="checkbox"/> Globoso / <input type="checkbox"/> Simétrico / <input type="checkbox"/> Assimétrico / <input type="checkbox"/> Escavado / <input type="checkbox"/> Distendido  <input type="checkbox"/> Timpânico / <input type="checkbox"/> Doloroso          Ruidos Hidroaéreos: <input checked="" type="checkbox"/> Ausente / <input type="checkbox"/> Presente, tipo: <input type="checkbox"/> Hiperativos / <input type="checkbox"/> Hipotativos          Estomias: <input checked="" type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____          Dieta: Tipo: <input type="checkbox"/> Enteral / <input type="checkbox"/> Parenteral. Vias: <input checked="" type="checkbox"/> Oral / <input type="checkbox"/> SNG / <input type="checkbox"/> SOG / <input type="checkbox"/> SNE / <input type="checkbox"/> Jejunostomia / <input type="checkbox"/> Gastrostomia          Aceitação da dieta: <input checked="" type="checkbox"/> Sim / <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Parcialmente          Eliminações Intestinais: <input checked="" type="checkbox"/> Normal / <input type="checkbox"/> Constipação / <input type="checkbox"/> Diarreia / <input type="checkbox"/> Melena / <input type="checkbox"/> Enterorragia / <input type="checkbox"/> Obstipação</p>		
<p><b>i) MUSCULO ESQUELÉTICO</b>          Deambulação: <input checked="" type="checkbox"/> Sem auxílio / <input type="checkbox"/> Com auxílio. Qual dispositivo? <input type="checkbox"/> Aluleta / <input type="checkbox"/> Andador          Utiliza prótese/órtese? <input checked="" type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Onde? _____          Sensibilidade: <input checked="" type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Tipo: <input type="checkbox"/> Parestia / <input type="checkbox"/> Parestesia / <input type="checkbox"/> Direita / <input type="checkbox"/> Esquerda          Déficit motor: <input checked="" type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Tipo: <input type="checkbox"/> Hemiplegia / <input type="checkbox"/> Hemiparesia / <input type="checkbox"/> Orto / <input type="checkbox"/> Esquerdo  <input type="checkbox"/> Tetraplegia          Tonicidade: <input type="checkbox"/> Rígido / <input type="checkbox"/> Flácido / <input type="checkbox"/> Direito / <input type="checkbox"/> Esquerdo          Imobilização: <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Direito / <input type="checkbox"/> Esquerdo</p>		<p>ACIONAR O FILIOTERPEUTA QUANDO O PACIENTE APRESENTAR PAREIA, BCU HEMIPAREIA</p>
<p><b>j) MUSCULO ESQUELÉTICO</b>          Deambulação: <input type="checkbox"/> Sem auxílio / <input type="checkbox"/> Com auxílio. Qual dispositivo? <input type="checkbox"/> Aluleta / <input type="checkbox"/> Andador          Utiliza prótese/órtese? <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Onde? _____          Sensibilidade: <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Tipo: <input type="checkbox"/> Parestia / <input type="checkbox"/> Parestesia          Déficit motor: <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Tipo: <input type="checkbox"/> Hemiplegia / <input type="checkbox"/> Hemiparesia / <input type="checkbox"/> Tetraplegia          Tonicidade: <input type="checkbox"/> Rígido / <input type="checkbox"/> Flácido          Imobilização: <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____</p>		
<p><b>k) SISTEMA TEGUMENTAR</b>          Pele: <input checked="" type="checkbox"/> Íntegra / <input type="checkbox"/> Desnuda / <input checked="" type="checkbox"/> Hidratada / <input type="checkbox"/> Desidratada / <input checked="" type="checkbox"/> Hemorrágica / <input type="checkbox"/> Hipocrômica / <input type="checkbox"/> Ictérica / <input type="checkbox"/> Efélica          Lesionada. Onde? _____ Escala de Braden: _____</p>		
<p>Estado de hidratação: <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____          Estado de nutrição: <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____          Estado de higiene: <input type="checkbox"/> Estágio 1 / <input type="checkbox"/> Estágio 2 / <input type="checkbox"/> Estágio 3 / <input type="checkbox"/> Estágio 4</p>		<p>EM CASO DE SUSPEITA DE ÚLCERA, ACIONAR A CONSULTA DE ENFERMAGEM CURATIVO DO HUV</p>
<p><b>l) APARELHO GENITOURINÁRIO</b>          Genitais: <input checked="" type="checkbox"/> Espontâneos / <input type="checkbox"/> Induzidos. Parâmetro Letral: <input type="checkbox"/> Flácido          Aparelho Urinário: <input checked="" type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____          Estado de saúde: <input type="checkbox"/> Normal / <input type="checkbox"/> Anormal. Tipo: <input type="checkbox"/> Infecção / <input type="checkbox"/> Obstrução / <input type="checkbox"/> Fístula / <input type="checkbox"/> Vagina / <input type="checkbox"/> Hematórias</p>		



**SISTEMA REPRODUTIVO**

V - ORÇAMENTO ( ) Sim (X) Não ( ) Não se aplica

**VI - EDUCAÇÃO MULTIPROFISSIONAL:**

O paciente apresenta algum tipo de Educação multiprofissional? ( ) Sim ( ) Não

Em qual necessidade? (X) Inicial ( ) Pós-alta ( ) Hábitos alimentares/Dietoterapia ( ) Autocuidado/Hábito de vida diária ( ) Outro Responda aqui: \_\_\_\_\_

Pessoa a qual deve estar relacionado no processo de Educação multiprofissional: ( ) Paciente ( ) Acompanhante ( ) Familiar

Fazem algum tratamento especializado: ( ) Sim Não (X)

Cidade: \_\_\_\_\_

**VII - PACIENTE COM NECESSIDADES ESPECIAIS:**

1. O paciente faz parte da população especial? (X) Não ( ) Sim ( ) Não se aplica

( ) Idosos debilitados  
( ) Crianças  
( ) Pacientes com distúrbios emocionais ou psiquiátricos  
( ) Indígenas  
( ) Outro Qual: \_\_\_\_\_

2. Qual a assistência dev. e oferecida de forma diferenciada?

( ) Alimentação ( ) Linguagem  
( ) Comunicação/Mobilidade ( ) Surdo e muda  
( ) Sono e repouso ( ) Comunicação  
( ) Acompanhante ( ) Outros Qual: \_\_\_\_\_

3. Registre os cuidados especiais a serem realizados.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**VIII - OUTRAS INFORMAÇÕES:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O(a) Sr.(a) gostaria de fazer alguma pergunta?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**DECLARO A CONFIRMAÇÃO DOS DADOS ACIMA**

Assinatura (Paciente ou Responsável): Antonio Carlos Soares Alves

ASSINATURA DO(A) ENFERMEIRO(A) CARIMBO

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/08/89  
Edne Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO MAT. 119363

Avaliação: 06 a 11 pontos = Risco Alto 12 a 17 pontos = Risco Moderado 18 a 20 pontos = Risco Baixo

ESCALA DE COMA DE GLASGOW		ESCORE
AÇÃO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
Abertura ocular	Esperada	4
	A voz	3
	A dor	2
	Nenhuma	1
Melhor Resposta verbal	Orientada	5
	Confusa	4
	Palavras inapropriadas	3
	Sons incompreensíveis	2
	Nenhuma	1
Melhor Resposta motora	Obedece comando	6
	Orientação	5
	Retirada do membro	4
	Flexão reflexa	3
	Extensão anormal	2
	Nenhuma	1
		15
PONTUAÇÃO: < 3 (probabilidade de morte) 3 a 8 (grave necessidade de intubação) 9 a 12 (moderada) 13 a 15 (leve)		

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/05/19  
Sônia Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO / MAT: 6130652





HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
GERÊNCIA DE ENFERMAGEM

PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM  
PLANO DE ALTA

DATA: 03/06/19

CLÍNICA: Pneumologia

NOME DO PACIENTE: ANTONIO ALDO

SOBRENOME: SILVA

ALUGA

ENFERMEIRO

DATA DE NASCIMENTO: 22/11/62

PRONT.

1. INDICADORES DO PACIENTE NO MOMENTO DA ALTA	2. SIM	3. NÃO
Estado de consciência: ( ) consciente ( ) orientado ( ) desorientado ( ) torporoso		
Estado motor: ( ) sem déficit motor ( ) com déficit motor ( )		
2. INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DE RISCO		
C. FALCÃO - Score + 7.0	5	
D. FLORES - Score 2.0	5	
3. DISPOSITIVOS PARA USO EM CASA		
Caneta		
Caneta de duplo lumen		Na
Sonda vesical de demora		Na
Sonda vesical de sifão (cateterismo intermitente)		Na
Ureter		Na
Fixador externo ortopédico		Na
Bandagem elástica		Na
Curiosidade		Na
Outros, especifique:		Na

4. ORIENTAÇÕES PARA ALTA:

5. GRAU DE DEPENDÊNCIA, avaliado com o uso de: ( ) GRAU I ( ) GRAU II ( ) GRAU III ( ) GRAU IV ( ) GRAU V

6. DISPOSITIVOS PARA ENFERMAGEM (Cite os necessários)

7. CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE DEPENDÊNCIAS DO PACIENTE EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS  
(FUGALIM, 2003)

GRAU I	GRAU II
Desambula com auxílio.	Desambula de auxílio na deambulação, banho, alimentação.
Toma banho e alimenta sozinho.	Sem desvios de comportamento.
Sem desvio de comportamento.	Quant. Moderada de medicamentos.
Orientado e supervisionado com este cuidado.	Orientação e auxílio no auto-cuidado.
	Presença de EVD, curativos e outros.
GRAU III	GRAU IV
Atividade de auxílio na deambulação, banho, alimentação.	Acamado no leito.
Orientado com orientações completas.	Higiene no leito.
Atividade moderada de comportamento.	Alimentação por tubo ou nutrição parenteral total/requer medidas complexas para manutenção de vida.
Observa frequentemente as condições gerais do paciente.	Complicação pós-operatória ou com desvio no padrão de comportamento.

1º Vis - para o paciente 2º Vis - Anexar ao prontuário

Av. Frei Serafim, 3332 - Centro - CEP: 64001-920 - Teresina - PI - Tel. 98 - 3221-3649

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 03/06/19  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO MAT. 010654





Paciente: ANTONIO ALDO SOARES ALVES - 2024774-0120007 - 13/04/1962 (57 anos) - São Miguel do Tapuio -  
CPF: MARIA DOS SANTOS SILVA ALVES  
Leito: Hospital Getúlio Vargas - HGV (Teresina/PI) - 117-3 - Ortopedia e Traumatologia - Adulto - Masculino  
Clínica: Risco: Emergência

### VISÃO GERAL

#### **Estab. Solicitante**

Hospital Jose Furtado de Mendonça (São Miguel do Tapuio/PI)

#### **Motivo Solicitante**

ACER / JESUS JOSE ATAIDE

#### **Unidade Solicitante**

Unidade Padrão

#### **Sessão**

20140512011987

#### **Observação Solicitante**

#### **Observação Executante**

Arlene Lima da Silva em 27/05/2019 14:03

#### **Caráter**

Resguarda

#### **Tipo de Leito**

Ortopedia e Traumatologia

#### **CDOs**

1. Trauma de alta velocidade superior do úmero

#### **Procedimentos**

#### **Descrição Clínica**

PACIENTE SOFREU ACIDENTE DE MOTO, COM TRAUMA EM MEMBRO, RX COM FRATURA FECHADA DE COLO DE ÚMERO. NEUROLÓGICO NORMAL, SSVV ESTÁVEIS. COMORBIDADES: DIABETES.

### EVOLUÇÃO

<https://tyds.sisapi.pi.gov.br/internacoes/113987>

1/1

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/06/2019  
Edna Maria Andrade Silva  
COPIA DE PRONTUÁRIO/MAT. 015065





HOSPITAL GETULIO VARGAS  
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 88 3221-3040  
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 08.553.954/0104-43

Paciente: ANTONIO ALDO SOARES ALVES  
Prontuário: 482645 Atendimento: 984387  
DL Nasc.: 13/04/1962 Idade: 57a 1m 17d Sexo: M  
Pedido: 143641 Data Pedido:  
Médico Solicitante: LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA  
Setor Solicitante: CL MEDICA  
Unid. Internação / Leito: PNEUMOLOGIA / PNEU 117  
Convênio: SUS - INTERNACAO

Data do Laudo: 29 de Maio de 2019

POTASSIO ..... : 4,40 mEq/L  
Intervalo de Referência: 3,5 a 5,5 mEq/L

*Teresa Moura*

2660

MARIA FRANCISCA TERESA DE JESUS B MOURA

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 21/06/2019  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO N.º 482645





**HOSPITAL GETULIO VARGAS**  
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3540  
TERESINA - PI CEP 6400000 CNPJ 08.563.564/0104-41

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
TERESINA - PI  
ORIGINAL

Paciente: **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**  
Prontuário: **482645** Atendimento: **984387**  
Dt. Nasc.: **13/04/1962** Idade: **57a 1m 17d** Sexo: **M**  
Pedido: **143641** Data Pedido:  
Médico Solicitante: **LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA**  
Setor Solicitante: **CL. MEDICA**  
Unid. Internação / Leito: **PNEUMOLOGIA / PNEU 117**  
Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Data do Laudo: **29 de Maio de 2019**

*Teresa Moura*

MARIA FRANCISCA TERESA DE JESUS B MOURA

2560





HOSPITAL GETULIO VARGAS  
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 85 2221-3040  
TERESINA - PI CEP 6400000 CNPJ: 08.553.554/0004-43

Paciente: **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**  
Prontuário: **482845** Atendimento: **984387**  
Dt. Nasc.: **13/04/1962** Idade: **57a 1m 17d** Sexo: **M**  
Pedido: **143641** Data Pedido:  
Médico Solicitante: **LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA**  
Setor Solicitante: **CL. MEDICA**  
Unid. Internação / Leito: **PNEUMOLOGIA / PNEU 117**  
Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Data do Laudo: **28 de Maio de 2019**

SODIO..... : **129,00 mEq/L**

*Teresa Maria*

MARIA FRANCISCA TERESA DE JESUS B NOVA

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM **01/06/2019**  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PROTOCOLO NAT. 019854





Página(s): 1/1

Sr (a) : ANTONIO ALDO SOARES ALVES  
Idade : 57 anos ( 13/04/1962 )  
Dr (a) : JAMELSON DOS REIS PIRES  
Endereço Mo: HGV: PNEUMOLOG: ENF: 117 LEITO  
Convênio : HGV

Data da O.S. : 28/03/2019 - 20:02:40  
Número da O.S. : 016-65161-438  
Impresso em : 31/03/2019 - 18:07:25

**CREATININA**

Referência: JAMN  
Método: Químico  
Valores de Referência: Homem: 0,6 a 1,2 mg/dL

Resultado: 0,88 mg/dL

0,88 mg/dL  
Exatidão: 28/03/2019

Este exame foi realizado por: Roberto Vasconcelos - CRP-15.112

ASSINATURA DIGITAL  
E06A4DC13132

Roberto Vasconcelos  
CR-15.112

Responsável Técnico

Rua Des. Pires de Castro, 87M - Fone: (86) 2106-5959 - Teresina - PI

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 04/04/2019  
Edna Maria de Jesus Silva  
CÓPIA DE PROVA (DI) 01805





HOSPITAL GETULIO VARGAS  
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 36 3221-3040  
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 08.553.554/010443

Paciente: ANTONIO ALDO SOARES ALVES  
Prontuário: 482645 Atendimento: 984387  
Dt. Nasc.: 13/04/1962 Idade: 57a 1m 17d Sexo: M  
Pedido: 143641 Data Pedido:  
Médico Solicitante: LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA  
Setor Solicitante: CL. MEDICA  
Unid. Internação / Leito: PNEUMOLOGIA / PNEU 117  
Convênio: SUS - INTERNACAO

Data do Laudo: 29 de Maio de 2019

## HEMOGRAMA COMPLETO

### ERITROGRAMA

		Valores de
		Homem
Hemácias em milhões/ml.....	4,68	4,5 - 6,5 3,8 - 5,8
Hemoglobina em g/dl.....	13,50	13,5 - 18,0 11,5 - 16,4
Hematócrito em %.....	41,60	40,0 - 54,0 36,0 - 47,0
Vol. Glob. Média em u3.....	88,89	76,0 - 96,0
Em. Glob. Média em ug.....	28,85	27,0 - 32,0
C.H. Glob. Média em %.....	32,45	32,0 - 36,5
OBS:		

### LEUCOGRAMA

	Valores Encontrados	
Leucócitos por ml.....	9.050	4.000 - 10.000
Neutrofilos.....	0,00	
Linfócitos.....	0,00	0
Monócitos.....	0,00	0 - 1
Eosinófilos.....	2,00	1 - 3
Basófilos.....	58,00	40 - 75
Plaquetas.....	2,00	1 - 6
OBS:	0,00	9 - 1
	30,00	20 - 45
	8,00	1 - 10
Plaquetas.....	335.000 mm <sup>3</sup>	142.000 mm <sup>3</sup> a 450.000 mm <sup>3</sup>
OBS:		

*Teresa Moura*

MARIA FRANCISCA TERESA DE JESUS E MOURA

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 08/05/19  
Edna Maria Almeida Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO HGV SUS







HOSPITAL GETULIO VARGAS  
Av. Filipe Serafim, 2352 Centro - Fone: 33 3221-3040  
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 08.553.854/0104-43

Paciente: ANTONIO ALDO SOARES ALVES  
Prontuário: 482645 Atendimento: 984387  
Dt. Nasc.: 13/04/1962 Idade: 57a 1m 17d Sexo: M  
Pedido: 143641 Data Pedido:  
Médico Solicitante: LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA  
Setor Solicitante: CL. MEDICA  
Unid. Internação / Leito: PNEUMOLOGIA / PNEU 117  
Convênio: SUS - INTERNACAO

Data do Laudo: 29 de Maio de 2019

**COAGULOGRAMA**

TEMPO DE SANGRIA..... 1,30min  
VALOR DE REFERENCIA: 1 a 3 minutos  
TEMPO DE COAGULACAO..... 6,0 min  
VALOR DE REFERENCIA: 4 a 12 minutos  
PROVA DO LAÇO..... NEGATIVO  
VALOR DE REFERENCIA: NEGATIVO  
RETRACAO DO COAGULO..... TOTAL  
VALOR DE REFERENCIA: RETRACAO TOTAL  
CONTAGEM DE PLAQUETAS.....  
VALOR DE REFERENCIA: 130.000 a 430.000 /mm3

*Teresa Moura*

MARIA FRANCISCA TERESA DE JESUS B MOURA

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 29/05/2019  
Lina Maria Anderson Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO Nº 482645





HOSPITAL GETULIO VARGAS  
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 85 3221-3040  
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

117-3

Paciente: **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

Prontuário: **482646**

Dt. Nasç.: **13/04/1962**

Pedido:

Atendimento: **984387**

Idade: **57a 1m 18d**

**143641**

Data Pedido:

Sexo: **M**

Médico Solicitante: **LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA**

Sector Solicitante: **CL. MEDICA**

Unid. Internação / Leito: **PNEUMOLOGIA / PNEU 117**

Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Data do Laudo: **29 de Maio de 2019**

**SODIO.....: 129,00 mEq/L**

Metodo: Eletrodo

Metodo: Eletrodo

Valor de Referência:

130 a 145 mEq/L

*Teresa Moura*

MARIA FRANCISCA TERESA DE JESUS B MOURA

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/06/19  
Edna Maria Araújo Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO Nº: 012005





**HOSPITAL GETULIO VARGAS**  
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 88 3221-3040  
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 08.553.554/0104-43

Paciente: **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**  
Prontuário: **482645** Atendimento: **984387**  
Dt. Nasc.: **13/04/1962** Idade: **57a 1m 18d** Sexo: **M**  
Pedido: **143841** Data Pedido:  
Médico Solicitante: **LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA**  
Setor Solicitante: **CL. MEDICA**  
Unid. Internação / Leito: **PNEUMOLOGIA / PNEU 117**  
Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Data do Laudo: **29 de Maio de 2019**

**POTASSIO** ..... : **4,40 mEq/L**  
Material: Soro Método: Eletrodo Valor de Referência:  
Seletivo 3,5 a 5,5 mEq/L

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM **01/06/2019**  
Edna Maria  
VÓGA DE REGISTRO

*Termino*

TERMINO TERMO DE JESUS B MOURA





**HOSPITAL GETULIO VARGAS**  
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 85 3221-3040  
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 08.553.554/0004-43

Paciente: **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**  
Prontuário: **482645** Atendimento: **984387**  
Dt. Nasc.: **13/04/1962** Idade: **57a 1m 18d** Sexo: **M**  
Pedido: **143641** Data Pedido:  
Médico Solicitante: **LAO TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA**  
Setor Solicitante: **CL. MEDICA**  
Unid. Internação / Leito: **PNEUMOLOGIA / PNEU 117**  
Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Data do Laudo: **29 de Maio de 2019**

### COAGULOGRAMA

TEMPO DE SANGRIA.....: **1,30min**  
VALOR DE REFERENCIA: 1 A 4 MINUTOS

TEMPO DE COAGULACAO.....: **6,0 min**  
VALOR DE REFERENCIA: ATÉ 12 MINUTOS

PROVA DO LAÇO.....: **NEGATIVO**  
VALOR DE REFERENCIA: NEGATIVO

RETRAÇÃO DO COAGULO.....: **TOTAL**  
VALOR DE REFERENCIA: RETRAÇÃO TOTAL

CONTAGEM DE PLAQUETAS.....:  
VALOR DE REFERENCIA: 150.000 A 450.000 /mm<sup>3</sup>

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 06/08/19  
EDNA MARIA ABRIL DOS SANTOS SILVA  
COPIA DE PRONTUARIO Nº: 010055-A

*Terminou*

MARIA FRANCISCA TERESA DE JESUS B MOURA

2660

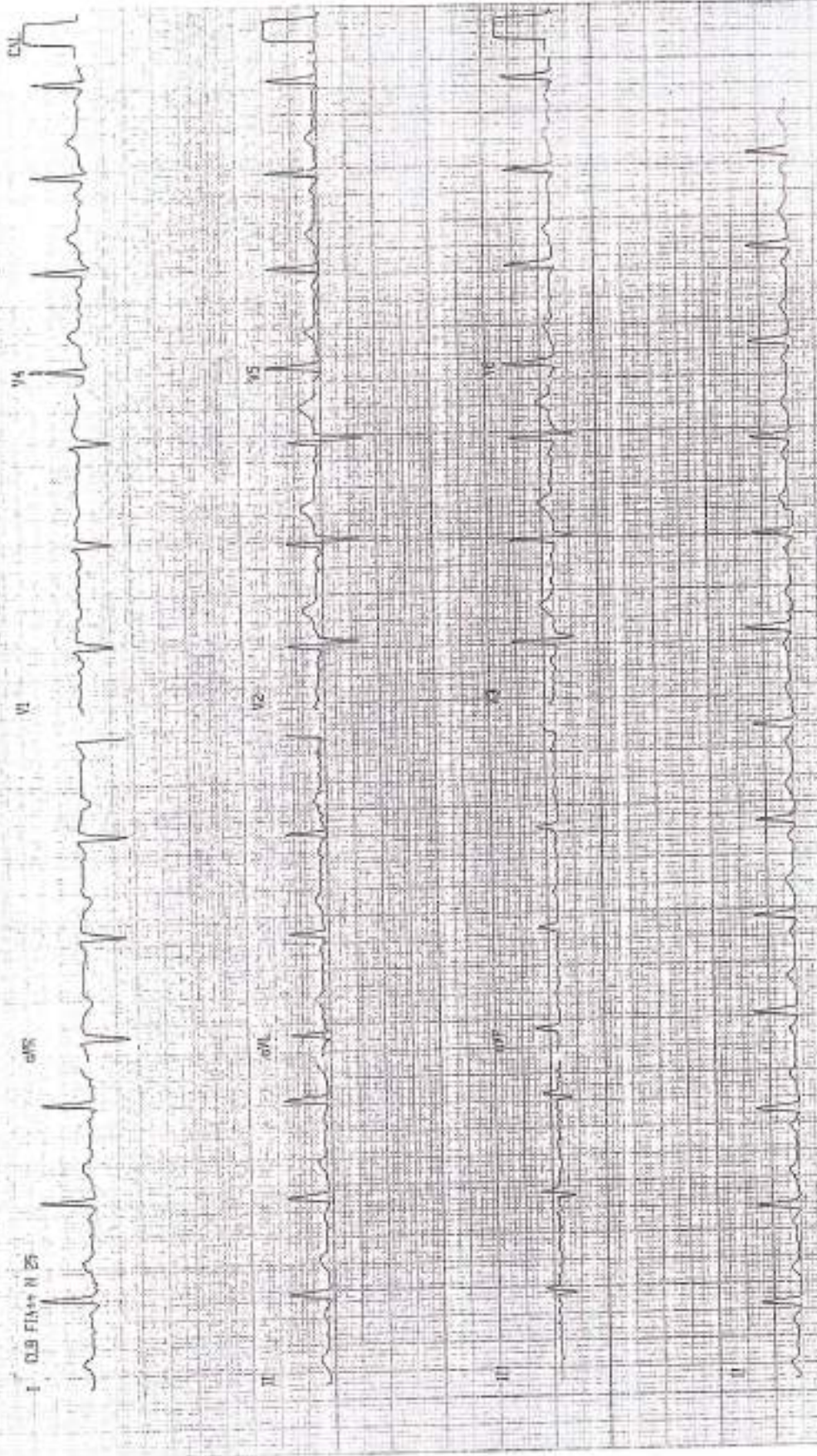






Antônio Adriano Lima Bezerra

28-05-14 idade 57 anos 16:50



HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 28/05/14



HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
E.M. 01/04/2019  
ELISA MARIA AMORIM  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO Nº 110554

2002.138 - MEV

SINAIS VITAIS										ENTRADAS									
HR	TA	FR	PA	TEMP	DI	DI	DI	DI	DI	HR	TA	FR	PA	TEMP	DI	DI	DI	DI	DI
01										01									
02										02									
03										03									
04										04									
05										05									
06										06									
07										07									
08										08									
09										09									
10										10									
11										11									
12										12									
13										13									
14										14									
15										15									
16										16									
17										17									
18										18									
19										19									
20										20									
21										21									
22										22									
23										23									
24										24									
01										01									
02										02									
03										03									
04										04									
05										05									
06										06									
07										07									
08										08									
09										09									
10										10									
11										11									
12										12									
13										13									
14										14									
15										15									
16										16									
17										17									
18										18									
19										19									
20										20									
21										21									
22										22									
23										23									
24										24									
SOMA PARCIAL										SOMA PARCIAL									
SOMA TOTAL										SOMA TOTAL									

LEGENDA: 1. EVACUANDO DE:

(-) Ausente  
(++) Paciente quarentado  
(+++) Paciente quarentado  
(+++++) Paciente quarentado

ENTRADAS:

2. INDICAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO:

SAÍDAS:

DD - Decúbito Dorsal  
DL - Decúbito Lateral Direito  
DV - Decúbito Lateral Esquerdo  
V - Decúbito Ventral

3. ESCALA NUMÉRICA DA DOR:





ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

AValiação de enfermagem

10/11/19 Per. Avaliada pela enfermeira  
a mãe de 42 anos, com  
Circunferência Sub. de 100 cm, peso  
de 60 kg, hipertensão arterial, 10/11/19

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 10/11/19  
Edna Maria Almeida Silva  
COORDENADORA DE ENFERMAGEM



PRESCRIÇÃO MÉDICA

MÉDICO ASSISTENTE

ENFERMAGEM

LEITO

CLÍNICA

DATA NASC.

PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE

MOD. 09-HGV

DATA/HORA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIOS
11:30	Paciente admitida, para ser para procedimento cirúrgico, de fratura do colo do útero, consente, orientado, expõe epifise, radiologicamente de HAS e DM, faz uso de hidroclorazido 50mg HAS. Faz uso de losartan 50mg. Relata que tem que sempre pegar as curativos de enfermagem.	
22:00	Paciente consciente, orientada, expõe que no diálogo, após expor, em uso de terapia em mm porta clite V.O. iluminação presunção.	

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/11/2019  
FARMACIA

# FOLHA DE CONTROLE

NOME: ALDO SOARES ALVES DATA DO NASCIMENTO: 13/04/1962 LEITO: 03 PRONTUÁRIO: 117-3  
 DIAGNÓSTICO: 13 DATA DE ADMISSÃO: 28/10/19 U.B. / P. RH: 99 DATA: 28/10/19

SINAIS VITAIS										ENTRADAS										SAÍDAS									
H	O	R	A	F	P	H	PAU	PR	DOR	PVC	EAT	Q	PLAQUE	MAPHE	IPC	HEB	37	90	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	
07																													
08																													
09																													
10																													
11																													
12																													
13																													
14																													
SOMA PARCIAL																													
15																													
16																													
17																													
18																													
19																													
20																													
21																													
22																													
SOMA PARCIAL																													
23																													
24																													
25																													
26																													
27																													
28																													
29																													
30																													
31																													
32																													
33																													
34																													
35																													
SOMA PARCIAL																													
36																													
37																													
38																													
39																													
40																													
SOMA TOTAL																													

1. EVACUAÇÕES: (-) Ausente (+) Pequena quantidade (++) Média quantidade (+++) Grande quantidade  
 2. MUDANÇA DE DECÚBITO: DD DLD DLE DV  
 3. ESCALA NUMÉRICA DA DOR: 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10  
 BALANÇO 24 HS: 117-3  
 DATA: 28/10/19

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
 COPIA DE PRONTUÁRIO  
 EM COPIA DE PRONTUÁRIO  
 COPIA DE PRONTUÁRIO  
 COPIA DE PRONTUÁRIO



# COLLEGE CONTROLLING

[illegible]

ENTRADAS:

BALANÇO 24 M

- Decúbito Dorsal
- Decúbito Lateral Derecho
- Decúbito Lateral Izquierdo
- Decúbito Ventral

A vertical number line from 0 to 10. At each integer, there is a smiley face. The faces show increasing happiness from 0 to 10.

2. MUDANÇA DE DECÚBITO:

(-) Ausente  
(+) Pequena quantidade  
(++) Média quantidade  
(+++) Grande quantidade

#### 1. EVACUAÇÕES:

WOMEN

MON. 130 - HGV

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/08/2019  
Sra. Maria Aparecida Silva  
CÓPIA DE PROTOCOLO DAT. 01/08/2019











PACIENTE  
ANTONIO ALDO SOARES ALVES

*[Handwritten signature]*





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE-SESAPI  
HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ FURTADO DE MENDONÇA  
RUA COLETOR JOSE ARAUJO, S/N - FONE: (88) 3249-1826  
S80 Miguel do Tapuió - PI  
CNPJ: 06.853.564/0007-23

## Consultas de Urgência e/ou Observação

Nº Cartão SUS: [0][9][7] [16][8] [20][09][7] SIS CPF: \_\_\_\_\_

Nome: Antônioaldo Soares Alves Mãe: Maria dos Santos Silva Almeida Tel.: 981170168

Data de Nascimento: 31/4/67 Sexo: M Profissão: \_\_\_\_\_  
Logradouro: Av. Dinna Aragões Bairro: Centro  
Município: São Gonçalo do Amarante Z.

Dados Clínicos:  
paciente: 77 gmdz da mãe

Diagnóstico Provável: \_\_\_\_\_  
Procedimento: vide volume  
Código: \_\_\_\_\_  
Data da consulta: 12/5/91 Hora: 9:37

Qualidade do Medicamento

*Amphibolus lucasensis*

assinatura ou impressão digital do paciente ou responsável

08





ANTONIO ALDO SOARES  
ALVES  
Data do Estudo: 2019-06-  
01  
Id do Paciente: 482645  
Id do  
Estudo: S-JWEUR268.T  
Study Description: Ombro  
II

Serie	Descrição
I	AP Neutra



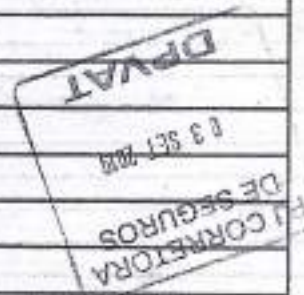


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR

60

000-108967515190004 203927469320007

UNIDADE DE SAÚDE _____					
NOME DO PACIENTE <u>Antonio Aldo S. Alves</u>					
ENDEREÇO <u>Av. Dinha Aragão n.º 308</u>					
SEXO	PESO	E. CIVIL	DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	PROFISSÃO
M			13.04.62		
PRONTUÁRIO Nº _____			DATA _____		
NOME DA MÃE <u>Mãe dos Santos e Silva Alves</u>					
NOME DO PAI <u>Manoel Marcos Alves</u>					
ÓBITO					
DATA _____					
CAUSA _____					
ANAMNESE E EXAME FÍSICO					
QUEIXA PRINCIPAL					
H. D. A.					
A. FISIOLÓGICOS					
A. GINECOLÓGICOS / OBSTÉTRICOS					
A. PATOLÓGICOS					
DOENÇAS EVITÁVEIS POR IMUNIZANTES					
A. FAMILIARES					
H. SÓCIO / ECONÔMICA					
EX. FÍSICO GERAL					
EX. FÍSICO ESPECIALIZADO					
H. DIAGNÓSTICA <u>HA5</u>					
E. COMP. SOLICITADOS					





DATA	RECONSULTA	ATENDIMENTO	EXAMES	VISITAS
25/04/11		Artrose + fleumetose.		
		CA: PSA		
		Albendazole 400mg		
		Meloxicam 15 818		
02/05/11		HAS / Captopril 25 12/11/11		
		HET 2 25 12		
02-02-12		CA=90 PA=		
		paciente hipertenso fizic. em regime de		
		medic. especifico de controle da		
		P.A. 130/80 mmHg		
		paciente hipertenso, fizic. em regime		
		de medic. especifico de controle da		
		P.A. 160/100 mmHg		
22.11/12/11		P.A. 160/100		
		CR: medic. em 12/11		

LENO RODRIGUES TEIXEIRA  
Médico CRM 14.196  
Especialista Clínica - Clínica Geral

MÉDICO  
CRM 14.196  
CRM 14.196

Jader Jesu  
MÉDICO  
CRM 14.196



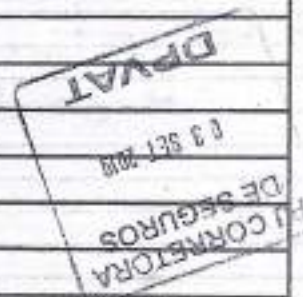


**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PROGRAMA DE SAÚDE FAMILIAR**

60

003-308967515190004 203927469320007

<b>UNIDADE DE SAÚDE</b> _____					
<b>NOME DO PACIENTE</b> <u>Antonio Aldo S. Alves</u>					
<b>ENDEREÇO</b> <u>Av. Dinha Aragão n.º 308</u>					
<b>SEXO</b>	<b>PESSO</b>	<b>E. CIVIL</b>	<b>DATA DE NASCIMENTO</b>	<b>NATURALIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>
M			13.04.62		
<b>PRONTUÁRIO Nº</b>			<b>DATA</b>		
<b>NOME DA MÃE</b> <u>Mª dos Santos e Silva Alves</u>					<b>ÓBITO</b> <b>DATA</b> ____/____/____ <b>CAUSA</b> _____
<b>NOME DO PAI</b> <u>Manoel Manoel Alves</u>					
<b>ANAMNESE E EXAME FÍSICO</b>					
<b>QUEIXA PRINCIPAL</b>					
<b>H. D. A.</b>					
<b>A. FISIOLÓGICOS</b>					
<b>A. GINECOLÓGICOS / OBSTÉTRICOS</b>					
<b>A. PATOLÓGICOS</b>					
<b>DOENÇAS EVITÁVEIS POR IMUNIZANTES</b>					
<b>A. FAMILIARES</b>					
<b>H. SÓCIO / ECONÔMICA</b>					
<b>EX. FÍSICO GERAL</b>					
<b>EX. FÍSICO ESPECIALIZADO</b>					
<b>H. DIAGNÓSTICA</b> <u>4A.5</u>					
<b>E. COMP. SOLICITADOS</b>					





20/06/18  
Paciente em  
1º gestação

HM

PA: 160 x 120

RC: 25

Peso: 102 kg

RC: 21 PA

CP: Análise de sangue -  
do seu controle da diabetes

Dr. Thiago Fontenelle Matias  
Médico  
CRM-PI 6904

20/07/18  
Paciente em  
1º gestação

HM / 1 PA / 1 PA / 1 PA

PA: 170 x 100

Peso: 103 kg

CP: Análise de sangue -  
- controle da glicemia

Dr. Thiago Fontenelle Matias  
Médico  
CRM-PI 6904

20/09/18  
Paciente em  
1º gestação

HM / 1 PA / 1 PA / 1 PA

PA: 170 x 80

Peso: 103 kg

CP: Análise de sangue

Dr. Thiago Fontenelle Matias  
Médico  
CRM-PI 6904



DATA	RECONSULTA	ATENDIMENTO	EXAMES	VISITAS
Histórico a partir de 10-10-2018. <i>Antônio João Soares Alves</i>				
# HIPERTENSÃO				
(21/09/2018)		P=103kg P=150x100		
Pct, 55 anos, portador de HAS, em uso regular de medicações supratônicas. Segue avaliação médica. Co exames, PCE, AAB, hemograma, perfil lipídico, urina, creatinina, eletrodo. Condição: Oportuna.				
Mantém medicação de uso crônico.				
Segue rotina H/H.				
Respeito a nossa gente				
# HIPERTENSÃO				
(01/12/2018)		PA=140x100 P=103kg	valor de PSC e PSCA: 14,15%	
Pct, 55 anos, portador de HAS, em uso regular de medicações supratônicas. Segue avaliação médica. Co exames, PCE, hemograma, perfil lipídico, urina, creatinina, eletrodo. Condição: Oportuna. (Exames: 15/10/2018): ECG: normal.				
(01/10/2018): HbA1c: 15,7; Glicemia: 98mg/dL; Glic: 14; Reg. 200mg.				
CS: 133; CT: 262; TGL: 335; HDLc: 36; LDLc: 189; Apo B: 177; colesterol total: 333; GAT: normal.				
Condição: Oportuna. Reforço de uso crônico.				
Mantém medicação de uso crônico.				
Segue rotina H/H.				
Segue TGL, TGL, C-PK, TSH, G3 e HbA1c.				
Repetição de exames em 3 meses.				
Instituição de metformina 850mg, 1x/dia.				
Respeito a nossa gente				
# HIPERTENSÃO				
(01/03/2019)		PA=120x90 P=101kg		
Pct, 55 anos, portador de HAS, em uso regular de medicações supratônicas, segue avaliação médica. Co exames, PCE, AAB, hemograma, perfil lipídico, urina, creatinina, eletrodo. Condição: Oportuna.				
Condição: Oportuna.				
Exames: (01/10/2018): HbA1c: 14,6.				
(01/03/2019): DM: 8,8%; HbA1c: 3,1; C-PK: 62; TSH: 1,32.				
Condição: Oportuna. Instituição metformina 850mg, 1x/dia (0+1+2) e repartição present 100mg, 1x/dia. Cuidado TGL, TGL.				
Mantém medicação de uso crônico.				
Respeito a nossa gente				





Num. 7249744 - Pág. 8







DATA

24/01/19

pr / 100 / 1000 / 1000

pr: 160000

pr: 10000

pr: 10000

pr: 10000

pr: 10000

Dr. Thiago Espindola Moraes  
Médico  
CRM 10000

24/01/19

pr / 100 / 1000 / 1000

pr: 160000

pr: 10000

pr: 10000

pr: 10000

pr: 10000

Dr. Thiago Espindola Moraes  
Médico  
CRM 10000





LANÇAR  
MUDANÇA  
GESTOR SAÚDE

*Pneum*  
GOVERNO DO EST  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL GETÚLI

432  
645  
X  
3

PPISERH

DPVAT  
03 SET 10B  
PJ CORRETORES  
DE SEGUROS

Antonio aldo Soares alves

Dr. *baete*

PRONTUÁRIO MÉDICO

ELETROCARDIOGRAMA  
EXAME REALIZADO  
02/05/19 HORA 16:50  
NOME

REGULAÇÃO

GESTOR SAÚDE 209478  
AE-984387

*[Signature]*  
AUXILIAR EM ENFERMAGEM

ALTAS EFETIVADAS  
MV / GESTOR SAÚDE

OKTOR  
C. 3. 1. 9.

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COMO ORIGINAL  
EM 01/03/19  
Edno Maria Antônio Silva  
COPIA DE PRONTUÁRIO MV 2004

MOD. 01 - HGV

Ribeiro  
Ferreira





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE-BESAPI  
HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ FURTADO DE MENDONÇA  
RUA COLETOR JOSÉ ARAÚJO, S/N - FONE: (88) 3249-1828  
São Miguel do Tapuio - PI  
CNPJ: 06.553.564/0007-23

Clínica Otopneumologia  
HEJFM  
CID: 5423  
Pneumotórax

D.R.S. 6º	MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PIAUI	Mês	Ano
HOSPITAL ESTADUAL JOSÉ FURTADO DE MENDONÇA RUA COLETOR JOSÉ ARAÚJO S/N FONE: (88) 3249-1828			

## FOLHA DE ENCAMINHAMENTO

A Unidade: HOSPITAL JOSÉ FURTADO DE MENDONÇA	Para: HEV
Nome da Pessoa Encaminhada: ANTONIO ALDO SOARES ALVES	Registro:
Motivo do Encaminhamento: FRATURA DO COTO DO UMBRO DIREITO CON- SEQUENTE A ACIDENTE DE AUTO	
Observações: PACIENTE DIABÉTICO	FR: 19 PB: 130/80 FC: 78 SAT: 97 T: 37°C
Data: 12/05/19	Obs: Deve ser Adquirido no Centro de Saúde Unidade Mista e Hospitalar Local ou Reg
Jader Jesus José Alardi MÉDICO Responsável pelo encaminhamento	

## FICHA DE RETORNO

De Unidade:	Para:
Nome do Cliente:	Registro original:

### Diagnóstico e Orientação:

HGVISERVIÇO SOCIAL  
Autorizo abertura de prontuário  
Teresina, 08/05/19

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 08/05/19  
Edna Maria Almeida Silva  
COPIA DE PRONTUÁRIO NAZ. BISBOSA





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ  
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - SUPAS  
DIR. DE UNID. DE CONTROLE, AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E AUDITORIA - DUCARA  
**SOLICITAÇÃO DE VAGA/TRANSFERÊNCIA**

DATA: 1/1 HORA: 1 Nº DO TELEFONE:   
HOSPITAL SOLICITANTE: IRAC GUARADO DO MENDONÇA  
MUNICÍPIO: 5 ADELDO DE OLIVEIRA CRM: 807  
MÉDICO: DR. JADER

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO  
( ) Obstétrica ( ) Trauma ( ) Clínico ( ) Cirúrgico ( ) Pediátrico ( ) Outro

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: ANTONIO ALDO SOARES ALVES  
IDADE: 57 anos SEXO: (X) MASCULINO ( ) FEMININO  
HDA: FRATURA DO COTO DO ÚMERO CATEGORIA  
A ACIDENTE DE TRÁFICO

ESCALA DE GLASGOW: 15

RESPOSTA VERBAL	RESPOSTA VISUAL	RESPOSTA MOTORA
<input type="checkbox"/> Orientado	<input type="checkbox"/> Orientado	<input type="checkbox"/> Orientado
<input type="checkbox"/> Não responde	<input type="checkbox"/> Não responde	<input type="checkbox"/> Não responde
<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente
<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente
<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente
<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente
<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente	<input type="checkbox"/> Responde parcialmente

SINAIS VITAIS

TAX: 86,9 °C P: 88 R: 19 mm PA: 130/80 mmHg

SAT O<sub>2</sub>: 97 GLICEMIA:  mg/dl

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

( ) Oxigênio ( ) Hidratação Venosa  
( ) Aspiração ( ) Medicação  
( ) Curativo ( ) Outros

EXAMES REALIZADOS (Enviar cópia):

RX

HOSPITAL DE DESTINO  
HOSPITAL: HGV

CLÍNICA: Ortopedia/traumatologia SENHA: 201905120113097

Jader Jesus Jose Araujo  
MÉDICO  
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/06/19  
Edna Maria Araújo Silva  
COORDENADORA DE PROTEÇÃO À SAÚDE





# AVALIAÇÃO MÉDICA INICIAL



## HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040  
Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Atendimento:  
**984387**

Prontuário: 482645 ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Endereço: AV DINHA ARAGAO

Cidade: SAO MIGUEL DO TAPUIO

308 CENTRO

UF: PI CEP: 64330-000

Sexo: M DT. Nasc: 13/04/1962 (Idade: 57 Anos 1 Mês 15 Dias Estado Civil: C Profissão: TRABALHADOR RUR

Cadastro: 28/05/2019 Telefone: 86 9811.70168 Cartão SUS: 203977469320007 CPF: 20090005368

Pai: MANOEL MOACI ALVES

Mãe: MARIA DOS SANTOS E SILVA ALVES

Cônjuge:

Responsável: ANTONIO ALDO SOARES ALVES

Endereço: AV DINHA ARAGAO

Cidade: 2963

308 CENTRO

UF: PI CEP: 64330-000

*Rosa*  
Funcionário do SAME

Queixa Principal:

H.D.A.

*FRATURA UNICO PROXIMAL*

Ant. Pessoais:

Ant. Hereditários:

Exames Físicos:

Genal:

Cabeça e Pescoço:

Tórax:

Abdomen:

Membros:

Genitais:

Específicos

*NDN*

Diagnóstico:

Plano Terapêutico:

*OSTEOSSÍNTISE + EXERCÍCIOS*

Data / Hora: 1. 1 :   

*André Luiz de Vasconcelos*  
Assistente Administrativo / Contador da Mte  
Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residente

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*Edna Maria Andrade Silva*  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO MAT: 010055





# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Nº. de Autorização de Internação Hospitalar (AIIH)

209478

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:  
**HOSPITAL GETULIO VARGAS**

2 - CNES  
**2726971**

Atendimento

3 - Nome do estabelecimento executante:  
**HOSPITAL GETULIO VARGAS**

4 - CNES  
**2726971**

**984387**

## Identificação do Paciente

5 - Nome: **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

6 - Prontuário: **482645**

7 - CNES: **203077489320007**

8 - Nascimento: **13/04/1962**

9 - Sexo: **M**

CPF: **200.900.053-68**

11 - Mãe: **MARIA DOS SANTOS E SILVA ALVES**

12 - Fone: **86-9.81170168 / 981879342**

13 - Respo: **ANTONIO ALDO SOARES ALVES**

14 - Cor: **PARDA**

15 - Endereço: **AV DINHA ARAGAO**

308 CENTRO

28 - CEP: **54330-000**

16 - Município: **SAO MIGUEL DO TAPUAO**

17 - Cod. IBGE: **221040**

18 - UF: **PI**

RG: **46940-38**

## Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

FRATURA ÚMERO PROXIMAL COM  
DESVO

21 - Condições que justificam a internação:

AS ACIMA

32 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

RX.

23 - Diagnóstico Inicial:

24 - Cid Princ.: **S422**

25 - Cid Sec.: \_\_\_\_\_

26 - Cid C.Asa.: \_\_\_\_\_

FRATURA DA EXTREMIDADE SUPERIOR DO UMERO

## Procedimento Solicitado

27 - Doc. Proced.: **27 - Procedimento Solicitado:**

**0405020154**

**REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA / LESÃO FISARIA DO EXTREMO PROXIMAL DO UMERO**

28 - Clínica:

**ORTOPEDIA**

30 - Caracter.: **02**

Ident.: **1**

31 - Documento:

CPF

32 Doc. Med. Solic.

**7466359372**

33 - Nome Profissional / Assistente

**CAC TSE FRONTIERS DA SILVA FEITOSA**

34 - Data de Solicitação:

**28/05/2019**

35 - Assinatura do Médico Solicitante

## Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - ( ) Acidente de Trânsito.

39 - CNPJ Seguradora:

42 - Nº. Bônus.

37 - ( ) Acidente de Trabalho Tipico.

40 - CNPJ Empresa:

43 - CNAE Empresa

38 - ( ) Acidente de Trabalho Tiroto.

41 - Serie

44 - CBOR.

35 - Vínculo com a Previdência: ( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado.

## Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Data Autorização:

17/5/19

48 - Documento

49 - Num. Documento

50 - Assinatura do Médico (RG, Conselho)

51 - Assinatura do Paciente ou Responsável:

Assinatura: **ROSA AEREU**

Assinatura Local:

Assinatura FUB:

Impressão: **15:41:35**

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 28/05/2019  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO Nº 01005

15:36





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR		Nº LAUDO: 209478 AIH: 2219100383280
FUENTE DE ENTRADA: PRÓPRIO ESTABELECIMENTO		

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL GETULIO VARGAS - BGV	CNES 2726371
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL GETULIO VARGAS - BGV	CNES 2726371

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE		NASCIMENTO	SEXO	PRONTUÁRIO
CARTÃO SUS 27 774632007	NOME DO PACIENTE ANTONIO ALDO SOARES ALVES	13.04.1982	M	492643
DOCUMENTO CPF 3093179343	TELEFONE 3093179343	NOME DA MÃE MARIA DOS SANTOS SILVA ALVES		
CEP 642 699	ENDEREÇO - LOGRADOURO AV. D. N. ARAGÃO	RESPONSÁVEL ANTONIO ALDO SOARES ALVES		
Bairro BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DO TAPUIO		
CID - RG		UF PI		

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO	
PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS PACIENTE ADMITIDO NOITE HOSPITAL, VIA CENTRAL, ESTADUAL DE REGULAÇÃO GEMER, ACIDENTE DE TRAFEGO COM TRAUMATISMO EM LOMBARGES COM FRATURA DE CERVICA DE C4/C5 DE C6/C7.	
CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO FRATURA DE CERVICA DE C4/C5 DE C6/C7.	
PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
CID - PRINCIPAL / DIAGNOSTICO INICIAL S02.0 - FRATURA DA EXTREMIDADE SUPERIOR DO UMBILICO	
CID - SECUNDÁRIO	
CID - CAUSAS ASSOCIADAS	

PROCEDIMENTO SOLICITADO	
CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO S02.0 - FRATURA DA EXTREMIDADE SUPERIOR DO UMBILICO	
DESCRIÇÃO CLÍNICA FRATURA DE CERVICA DE C4/C5 DE C6/C7.	
CARACTER URGENTE	DATA SOLICITAÇÃO 28/05/2019
DATA ADMISSÃO 28/05/2019 15:36	DATA ALTA 03/06/2019 12:00
	MOTIVO ALTA MELHORADO
PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO/Nº DO CONSELHO) LAURISTENIO LIMA BEZERRA CPF: 7660193172 CRM:	

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)					
Tipo de acidente	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA
CBOR NATUREZA DA LESÃO					

AUTORIZAÇÃO	
JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO	
PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO/Nº DO CONSELHO) LAURISTENIO LIMA BEZERRA	NOME DO PROFISSIONAL / EXERCER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA Edna Maria Andrade Silva
DATA ANÁLISE 28/05/2019 15:36	DATA ANÁLISE 28/05/2019 15:36
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL	

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COMO ORIGINAL  
EM 01/06/2019  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO MAT. 6190557



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇAS  
DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

Nº LAUDO: 209479  
AIH: 2219180383280

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

#### ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV

CNES

#### ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV

CNES

CNES

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO	PRONTUÁRIO	SEXO
200714020007	ANTONIO ALDO SOARES ALVES	12/04/1962	482048	M
TROQUELAMENTO	TELEFONE	NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL	
	89981879342	MARIA DOS SANTOS SILVA ALVES	ANTONIO ALDO SOARES ALVES	
CEP	ENDEREÇO (LOGRADOURO)	NUMERO / LOTE		
4-2300-0	AV DIRSIO ARAGAO	388		
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO	UF	
CENTRO		SAO MIGUEL DO TAPUO	PI	

### PROCEDIMENTO PRINCIPAL

#### DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

REDUÇÃO DA INFLUÊNCIA DE FRATURA LESÃO FISARIA DO EXTREMO PROXIMAL DO UMBRO

#### CÓD. PROCEDIMENTO PRINCIPAL

0408030164

### MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

#### DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR

#### CÓDIGO

04080 20164.

#### DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA

#### CÓDIGO

0408060190

#### DIAGNÓSTICO INICIAL

#### CID 10 PRINCIPAL

#### CID 10 SECUNDÁRIO

#### CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

### SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

#### PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

R03044112 - ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATORIO COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS QTD: 1  
R03044112 - ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM DISTÚRBIO NEUROMUSCULOPATOLÓGICO COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS QTD: 1  
R03044112 - PLACA EM T 45 MM INCLUI PARAPUSOS QTD: 1

### JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

### PROFISSIONAL SOLICITANTE

#### NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

DR. TMS 1 SONDERS DA SILVA PEREIRA

#### ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)

#### PROFISSIONAL SOLICITANTE

#### DATA SOLICITAÇÃO

28/05/2019

28/05/2019

### AUTORIZAÇÃO

#### NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

EDNA MARIA VASCONCELOS SILVA

#### ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)

#### CNP AUTORIZADOR ORGAO EMISSOR DATA AUTORIZAÇÃO

0000-0018-0218

28/05/2019 16:31:17

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/07/19  
Edna Maria Vasconcelos Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO Nº 010058-9



FICHA DE ANAMNESE SOCIAL

1. NOME:

Antonio Aldo Sales Alves

DATA 28/05/19

2. ENDEREÇO:

Prac. do Lago

3. INFERMIARIA:

119

LEITO: 03

4. DO NASCIMENTO:

13/04/62

5. NATURALIDADE:

Piense

6. NASCIMENTO:

São Miguel do Tapuio - Piauí

7. E CIVIL:

Casado

8. NOME:

Manoel dos Santos e Silva

9. NOME:

Alves

10. ENDEREÇO:

Av. Dinho Azevedo, 308 Centro - São Miguel do Tapuio

11. REFERÊNCIA:

12. FONE:

86-98117-016

13. FONE:

Joelma (Dermatologia)

14. PARENTESCO:

Amiga

15. NOME:

16. NOME:

17. NOME:

18. NOME:

19. NOME:

20. NOME:

21. NOME:

22. NOME:

23. NOME:

24. NOME:

25. NOME:

26. NOME:

27. NOME:

28. NOME:

29. NOME:

30. NOME:

31. NOME:

32. NOME:

33. NOME:

34. NOME:

35. NOME:

36. NOME:

37. NOME:

38. NOME:

39. NOME:

40. NOME:

41. NOME:

42. NOME:

43. NOME:

44. NOME:

45. NOME:

46. NOME:

47. NOME:

48. NOME:

49. NOME:

50. NOME:

51. NOME:

52. NOME:

53. NOME:

54. NOME:

55. NOME:

56. NOME:

57. NOME:

58. NOME:

59. NOME:

60. NOME:

61. NOME:

62. NOME:

63. NOME:

64. NOME:

65. NOME:

66. NOME:

67. NOME:

68. NOME:

69. NOME:

70. NOME:

71. NOME:

72. NOME:

73. NOME:

74. NOME:

75. NOME:

76. NOME:

77. NOME:

78. NOME:

79. NOME:

80. NOME:

81. NOME:

82. NOME:

83. NOME:

84. NOME:

85. NOME:

86. NOME:

87. NOME:

88. NOME:

89. NOME:

90. NOME:

91. NOME:

92. NOME:

93. NOME:

94. NOME:

95. NOME:

96. NOME:

97. NOME:

98. NOME:

99. NOME:

100. NOME:

101. NOME:

102. NOME:

103. NOME:

104. NOME:

105. NOME:

106. NOME:

107. NOME:

108. NOME:

109. NOME:

110. NOME:

111. NOME:

112. NOME:

113. NOME:

114. NOME:

115. NOME:

116. NOME:

117. NOME:

118. NOME:

119. NOME:

120. NOME:

121. NOME:

122. NOME:

123. NOME:

124. NOME:

125. NOME:

126. NOME:

127. NOME:

128. NOME:

129. NOME:

130. NOME:

131. NOME:

132. NOME:

133. NOME:

134. NOME:

135. NOME:

136. NOME:

137. NOME:

138. NOME:

139. NOME:

140. NOME:

141. NOME:

142. NOME:

143. NOME:

144. NOME:

145. NOME:

146. NOME:

147. NOME:

148. NOME:

149. NOME:

150. NOME:

151. NOME:

152. NOME:

153. NOME:

154. NOME:

155. NOME:

156. NOME:

157. NOME:

158. NOME:

159. NOME:

160. NOME:

161. NOME:

162. NOME:

163. NOME:

164. NOME:

165. NOME:

166. NOME:

167. NOME:

168. NOME:

169. NOME:

170. NOME:

171. NOME:

172. NOME:

173. NOME:

174. NOME:

175. NOME:

176. NOME:

177. NOME:

178. NOME:

179. NOME:

180. NOME:

181. NOME:

182. NOME:

183. NOME:

184. NOME:

185. NOME:

186. NOME:

187. NOME:

188. NOME:

189. NOME:

190. NOME:

191. NOME:

192. NOME:

193. NOME:

194. NOME:

195. NOME:

196. NOME:

197. NOME:

198. NOME:

199. NOME:

200. NOME:

201. NOME:

202. NOME:

203. NOME:

204. NOME:

205. NOME:

206. NOME:

207. NOME:

208. NOME:

209. NOME:

210. NOME:

211. NOME:

212. NOME:

213. NOME:

214. NOME:

215. NOME:

216. NOME:

217. NOME:

218. NOME:

219. NOME:

220. NOME:

221. NOME:

222. NOME:

223. NOME:

224. NOME:

225. NOME:

226. NOME:

227. NOME:

228. NOME:

229. NOME:

230. NOME:

231. NOME:

232. NOME:

233. NOME:

234. NOME:

235. NOME:

236. NOME:

237. NOME:

238. NOME:

239. NOME:

240. NOME:

241. NOME:

242. NOME:

243. NOME:

244. NOME:

245. NOME:

246. NOME:

247. NOME:

248. NOME:

249. NOME:

250. NOME:

251. NOME:

252. NOME:

253. NOME:

254. NOME:

255. NOME:

256. NOME:

257. NOME:

258. NOME:

259. NOME:

260. NOME:

261. NOME:

262. NOME:

263. NOME:

264. NOME:

265. NOME:

266. NOME:

267. NOME:

268. NOME:

269. NOME:

270. NOME:

271. NOME:

272. NOME:

273. NOME:

274. NOME:

275. NOME:

276. NOME:

277. NOME:

278. NOME:

279. NOME:

280. NOME:

281. NOME:

282. NOME:

283. NOME:

284. NOME:

285. NOME:

286. NOME:

287. NOME:

288. NOME:

289. NOME:

290. NOME:

291. NOME:

292. NOME:

293. NOME:

294. NOME:

295. NOME:

296. NOME:



## BOLETIN DE CIRURGIA

Photographs  
of camp

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111918431277300000006928042  
Número do documento: 19111918431277300000006928042

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 16/08/2013  
Estim. Maria [assinatura] de Sá  
CÓPIA DE FORTALEÇA, 19/08/2013

STATUS: "FILED NO PROCEEDINGS"

[illegible]

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 02/09/19  
Edna Maria Andrade Silva  
COPIA DE PRONTUÁRIO MAT. 050658

CIRCULANTE, CIREN

NOTE

NETHERLANDS AND CO. INC.

Edin





## BOLETIN DE CIRURGIA

*(unintelligible)*

### FORMAÇÃO E CARGAS HORÁRIAS

2. HISTÓRIA DE PATOLOGIA CIRÚRGICA: 15 de dezembro de 1980. Doença de Crohn, com sintomas de dor abdominal, diarreia e perda de peso. Tratado com corticosteroides e dieta sem lactose. Em 1985, após falha do tratamento, submetido a cirurgia de ileostomia terminal. Evolução satisfatória com dieta sem lactose.

### CONCLUSIONS DES TRANSCRIPTIONS

COMPARISON OF LOG-OPERATORS:

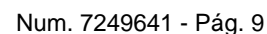
QUANTIDADE DE SANGUE DURANTE A CIRURGIA: ( ) SIM ( ) NÃO ESTIMADA: \_\_\_\_\_ ML

QUALIDADE HISTOPATOLÓGICA: ☒ SIM ☐ NÃO QUAL?

DATE: 1. 06. 19 HOUR: 10:30

Assinatura (Assinatura e Carimbo)

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 21/08/2012  
Edna Maria F. de Souza  
Cópia de prontuário de 2012





FEPISEH  
FÓRUM DE ESPECIALISTAS  
DO PIAUÍ

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ  
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

HGV

## REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: Antônio Augusto Sousa Silva DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_  
DA CLÍNICA: Pneumologia ENF/LEITO: 42763  
A CLÍNICA: Coronária

### MOTIVO DA CONSULTA

Risco Coronário

DATA: 27, 05, 2019

JANILSON DOS REIS PIRES  
MÉDICO  
ASS. MÉDICO CONSULTANTE

### PARECER:

2do JTA  
- HAS 10 M  
monoclor. / Monofásico

ECG o Normal

Baixo risco cardiológico p/  
crucio ortorectra

DATA: 29, 5, 19

ASS. MÉDICO ESPECIALISTA

MOD. 11 - HGV

MOD. 11 - HGV

ASS. MÉDICO ESPECIALISTA

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 02/06/19  
Edna Maria Andrade Silva  
SÓDIA DE FROSTLADSKI MAT. 810665-P

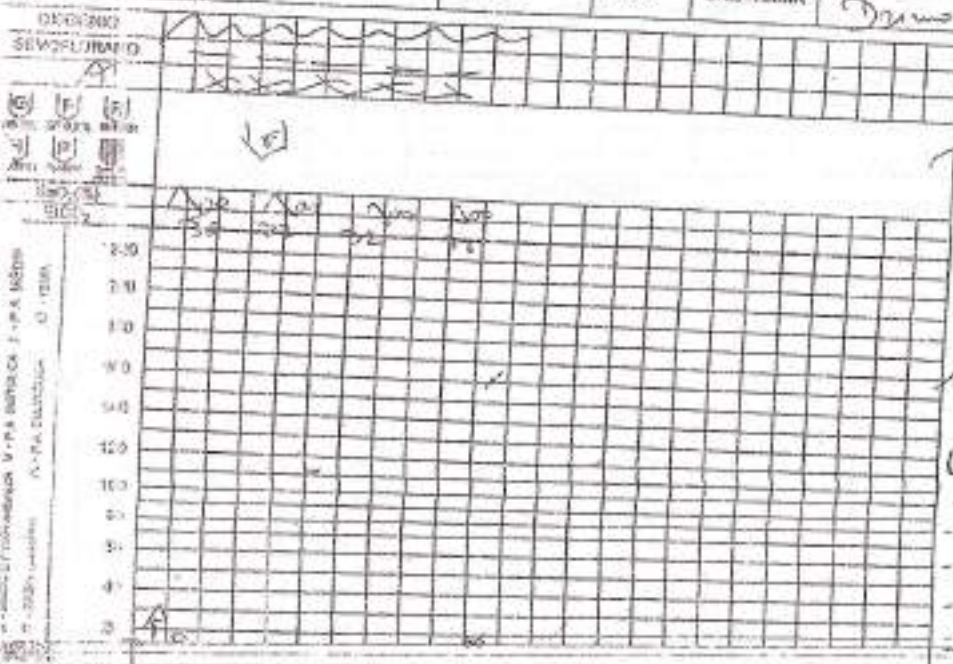




SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI  
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
BOLETIM DE ANESTESIA

DATA 05/06/19  
PRONTUÁRIO 482643

PACIENTE: Infância Alta Louis Alves  
PRONOME: Ele  
RESPIRAÇÃO: 12 TEMPERATURA: 36,5 PESO: 11 ALTURA: 1,1 OUTROS: Diamond 3yr 2  
HEMATÓCRITO: 35 Glicemia: 100 UREIA: 10 CREATININA: 0,8 ESTADO FÍSICO: ASA II



SEQUÊNCIA  
Bloqueio de pleco  
Injeção de 2ml  
de lidocaína 1,5%  
+ atropina  
+ Anestesia geral com:  
- Fentanil 100 mcg  
- Propofol 200 mg  
- atropina 5mg  
- atropina 5mg  
- lidocaína 2% 2ml

Medicamentos utilizados:  
Fentanil 100 mcg  
Propofol 200 mg  
atropina 5mg  
lidocaína 2% 2ml

SELECIONE O TIPO DE ANESTESIA:  
☐ FPM ☒ PANI ☐ Gaseoso ☐ Local  
SELECIONE O TIPO DE ANESTESIA:  
☐ FPM ☒ PANI ☐ Gaseoso ☐ Local

Atropina	4	Amp	Copamina		Amp	Neosigmina	4	Amp	Ranitidina		Fas
Atropina		Amp	Diamond	1	Amp	Nitride		Amp	Ranitidina		Amp
Atropina 10mg	4	Amp	Efortil		Amp	Noradrenalina		Amp	Ringer-Lactado		Fas
Ciplo 500mg		Fas	Efedrina		Amp	Neocaina 0,5%		Amp	Sufentanil		Amp
Cefazolin 1g	2	Amp	Fentanil (amp)	0	Amp	Neocaina 0,5%		Amp	S. Fisio 0,9%	1	Fas
Cloxacilina		Amp	Fentanil (amp)		Fas	Orneprazol		Fas	S. Glicolato 5%		Fas
Cloxacilina		Fas	Sevorurano	2ml	III	Pancurônio		Amp	Tracrium	2	Amp
Cloxacilina		Amp	Hidroclorotina		Fas	Propofol	2	Fas	Transamin		Amp
Cloxacilina		Amp	Isoflurano		III	Propofol	2	Fas	Nitrobupri 0,5 v		Fas
Cloxacilina		Amp	Meprobol		Fas	Protamina		Amp	Lidocaína 2% v		Fas
Cloxacilina		Amp	Metronidazol		Fas	Quelicin		Fas	Lidocaína 2%	2	Fas
Cloxacilina		Amp	Narcan		amp	Quetamina		Fas	Lidocaína 2%	2	Fas

Assassinato  
Anestesiologista - CRM

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/06/19  
Edna Maria Andrade Silva  
CÓPIA DE PRONTUÁRIO MAT. 618034



#### RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTESIA

PACIENTE: <u>Antônioaldo Soares</u>		LEITO DE RECUPERAÇÃO:					
DATA: <u>01/06/19</u>	HORÁRIO DE ADMISSÃO NA S.R.P.A.: <u>11:40h</u>		ALÉRGICA: <u>ALÉRGICA</u>				
CIRURGIA REALIZADA: <u>ft. de fratura fêmur proximal + craniotomia</u>							
TIPO DE ANESTESIA: <u>Bloqueio Plexo Braquial + Geral</u>		<u>conv</u>					
SINAIS VITAIS	HORÁRIOS						
	ADMISSÃO	15'	30'	45'	60'	90'	120'
P.A.	158 x 82 (107)					158/82 (120)	
F.C./PULSO	67					69	
TEMPERATURA							
OXIMETRIA	93%					92%	

### EXAME FÍSICO

ÍNDICE DE ALDRETE-KROULINK MODIFICADO	Admissão	30'	Saída	ESCALA DA ESCORE DA DOR
<b>CONSCIÊNCIA</b> Completamente acordado = 2 Desperta ao chamado = 1 Não responde ao chamado = 0	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2	 <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <span>(Sem Dor)</span> <span>(Dor Máxima)</span> </div>
<b>ATIVIDADE MOTORA</b> Move 4 extremidades = 2 Move 2 extremidades = 1 Não movimenta = 0	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2	<b>CONTROLES</b> OXIGENOTERAPIA ( ) PLUNÇÃO VENOSA CENTRAL ( ) SONDA NASOGÁSTRICA ( ) SONDA NASCENTRAL ( ) SONDA VESICAL DE DEMORA ( ) DRENO DE KHER ( ) DRENO PENROSE ( ) DRENO TORAX ( ) DRENO SUÇÃO ( ) DRENO LAMINAR ( ) COLOSTOMIA ( ) GASTROSTOMIA ( ) TRAQUEOSTOMIA ( )
<b>RESPIRAÇÃO</b> Profunda ou tosse livremente = 2 Limitada, dispnéia = 0 Apnéia = 1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2	
<b>CIRCULAÇÃO (PA)</b> 20% do nível pré-anestésico = 2 20 - 49% do nível pré-anestésico = 1 50% do nível pré-anestésico = 0	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2	
<b>SpO<sub>2</sub></b> Mantém SpO <sub>2</sub> > 92% em ar ambiente = 2 Mantém SpO <sub>2</sub> > 90% em O <sub>2</sub> = 1 Mantém SpO <sub>2</sub> < 90% em O <sub>2</sub> = 0	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	2	
<b>TOTAL DE PONTOS</b> APTO A ALTA: 8 A 10 PONTOS	8		10	RESPONSÁVEL PELA CHECAGEM J. A. A. A.

**AValiação de enfermagem:** 14:45 Segue em PO3 de total cuidados de 1ª  
di. Vítima consciente, orientado, expulso com aux. p.  
via aérea. Jta de SPPA, encaminhado ao 2º

Indirizzo: Alcega de R. 101  
Tel. 02/27.11.11.11

Entregue:	<input type="checkbox"/> EX. LABORATORIAIS	<input type="checkbox"/> RX	<input type="checkbox"/> RECEITA MEDICA	<input type="checkbox"/> ATESTADO MEDICO	<input type="checkbox"/> F. NÃO PADRÃO/ALIC
Encaminhado a:	<input type="checkbox"/> UTI	<input type="checkbox"/> EX	<input type="checkbox"/> ENFERMARIA	<input type="checkbox"/> EXTERNO	

HOSPITAL GETULIO VARGAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/05/19  
MARCIA ANDRADE SILVA  
DE FORTALEZA MAT. 019015

### Anesthesiologists -- CRM

